

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

THALITA OLIVEIRA DA SILVA GAMA

**OS BIBLIOTECÁRIOS E A SUA MEMÓRIA:
UM ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS CIRCULANTES NAS EDIÇÕES DO
CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
(1954-1979)**

**RIO DE JANEIRO
2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

THALITA OLIVEIRA DA SILVA GAMA

**OS BIBLIOTECÁRIOS E A SUA MEMÓRIA:
UM ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS CIRCULANTES NAS EDIÇÕES DO
CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
(1954-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória e Linguagem

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Evelyn Goyannes Dill Orrico

**RIO DE JANEIRO
2021**

**Ficha de identificação da obra elaborada pela autora através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO.**

G185	<p>Gama, Thalita Oliveira da Silva Os bibliotecários e a sua memória: Um estudo sobre os discursos circulantes no congresso brasileiro de biblioteconomia e documentação (1954-1979) / Thalita Oliveira da Silva Gama. -- Rio de Janeiro, 2021. 142 p.</p> <p>Orientador: Evelyn Goyannes Dill Orrico . Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2021.</p> <p>1. Movimento Associativo Bibliotecário. 2. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. 3. Memória da Biblioteconomia. 4. Análise do discurso vertente francesa. I. Goyannes Dill Orrico , Evelyn , orient. II. Título.</p>
------	---

THALITA OLIVEIRA DA SILVA GAMA

**OS BIBLIOTECÁRIOS E A SUA MEMÓRIA:
UM ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS CIRCULANTES NAS EDIÇÕES DO
CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
(1954-1979)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Memória Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a. Evelyn Goyannes Dill Orrico (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof^a Dr^a Marielle Barros de Moraes (Membro Externo)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dedico esse trabalho àqueles que acreditam na educação como processo de liberdade e para a liberdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha mãe Sirléia, pelo apoio incondicional e estímulo à minha educação.

Agradeço ao meu pai Almir, pelo exemplo e inspiração.

Minha sincera gratidão à minha orientadora, professora Evelyn pela paciência, apoio, inspiração e estímulo durante toda a jornada de construção desta pesquisa. Agradeço igualmente à minha banca, professora Marielle e professor Eliezer pela leitura atenta e considerações relevantes no exame de qualificação e que auxiliaram a finalização deste material.

Agradeço toda a comunidade acadêmica da UNIRIO, em especial aos meus colegas de trabalho do Sistema de Bibliotecas. Agradeço igualmente a todos os funcionários do Programa de pós-graduação em Memória Social pelo trabalho dedicado e apoio aos alunos. Foi uma honra ir além do papel de servidora da instituição para o de aluna de pós. Um salve a todos os meus colegas da turma 2019: foi muito bom conhecer vocês e compartilhar anseios, aulas, debates, medos, dilemas e cervejas, momentos que guardo em meu coração.

Agradeço aos amigos mais próximos que em tempos de isolamento me deram amor, amizade e afeto como combustível de apoio nessa missão acadêmica: Thulio, Taís, Carol, Débora, Ingrid, Rafael, Talita, Camila, Adhara e Akemi, obrigada por existirem na minha vida.

E agradeço ao meu companheiro Vitor, pela paciência e amor todos os dias que passei refugiada em meu canto escrevendo esse documento. Seu apoio foi fundamental.

Por fim, agradeço a todos os bibliotecários que construíram e ainda constroem o movimento associativo em Biblioteconomia. A todos os profissionais que lutam como podem por um mundo melhor. Vocês me inspiram.

“A memória não é sequer capaz de conservar todas as nossas próprias ideias, e é muito importante conservar a de outros homens. É tão importante que isso é o que mais caracteriza a nossa condição humana.”

A missão do bibliotecário, José Ortega y Gasset (2006, p. 29).

GAMA, Thalita Oliveira da Silva. **Os bibliotecários e a sua memória:** Um estudo sobre os discursos circulantes nas edições do congresso brasileiro de biblioteconomia e documentação (1954-1979). 2021, 142f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RESUMO

A pesquisa apresenta um estudo sobre as dez primeiras edições do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB) entre 1954-1979. Seu objetivo é a observação de marcas discursivas que já se mostravam presentes na agenda dos bibliotecários no período temporal estudado em virtude de conexão com a agenda de interesses contemporâneos da área. Foram utilizados os métodos de análise documental e da análise do discurso de vertente francesa nos arquivos recuperados no repositório FEBAB. Os discursos de abertura e encerramento dos congressos também foram alvo de reflexão ao longo do trabalho assim como suas recomendações finais, pela compreensão de que esses elementos devem dialogar com a temática do evento. De acordo com a investigação dos documentos e comparação com as temáticas envolvidas na edição do CBBB em 2019, os resultados demonstram que diversos aspectos da agenda recente da Biblioteconomia no Brasil já constituíam a agenda da área durante as dez primeiras edições do CBBB, e que aqueles debates influenciaram e apresentam reflexos até hoje na área.

Palavras-chave: Memória da Biblioteconomia; Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação; Movimento Associativo Bibliotecário; Análise do Discurso.

GAMA, Thalita Oliveira da Silva. **Librarians and their memories:** A study on the discourses circulating in the editions of the Brazilian Congress on Librarian Science and Documentation (1954-1979). 2021, 142f. Master's Thesis (Graduate Program on Social Memory). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ABSTRACT

The research presents a study on the ten first editions of the Brazilian Congress of Library Science and Documentation (CBBB) between 1954-1979. Its objective is the observation of discursive markers that were already present in the agenda of librarians in the studied period due to their connection with the program of contemporary interests in the area. The methods of document analysis and French-derived discourse analysis were used in the files retrieved from the FEBAB repository. The opening and closing speeches of the congresses were also the subject of reflection throughout the work, as well as their final recommendations, due to the understanding that these elements must dialogue with the theme of the event. According to the investigation of the documents and comparison with the themes involved in the edition of CBBB in 2019, the results demonstrate that several aspects of the recent agenda of Library Science in Brazil already constituted the area's program during the first ten editions of CBBB, and that those debates have influenced and presented reflections in the area until today.

Keywords: Library Science Memory; Brazilian Congress of Library Science and Documentation; Librarian Associative Movement; Discourse Analysis.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
2	OS PRINCIPAIS ATORES DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO BIBLIOTECÁRIO.....	29
2.1	ORGANISMOS DE CLASSE E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS	34
2.2	SINDICATOS	37
2.3	CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA	40
3	MEMÓRIA BIBLIOTECÁRIA: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO	42
4	A AGENDA DO FUTURO E AS DEMANDAS DO PASSADO: O CBBB SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO DE VERTENTE FRANCESA.....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	85
	ANEXO A – TEMAS POR EDIÇÃO.....	98
	ANEXO B – DISCURSO DE ABERTURA 6º CBBB.....	106
	ANEXO C – DISCURSO DE ABERTURA 7º CBBB.....	111
	ANEXO D – DISCURSO DE ABERTURA 8º CBBB	116
	ANEXO E – RECOMENDAÇÕES FINAIS 8º CBBB	119
	ANEXO F – DECLARAÇÃO FINAL 8º CBBB	122
	ANEXO G – RECOMENDAÇÕES 9º CBBB	123
	ANEXO H – DISCURSO DE ABERTURA 10º CBBB	127
	ANEXO I – DISCURSO DE ENCERRAMENTO 10º CBBB	128
	ANEXO J – DECLARAÇÃO FINAL 10º CBBB	129
	ANEXO L – RECOMENDAÇÕES 10º CBBB	130
	ANEXO M – DISCURSO DE ABERTURA 28º CBBB	133
	ANEXO N – ENTREVISTA LAURA RUSSO 1984.....	138

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inserida na proposta interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, onde a troca de saber entre diferentes áreas é estimulada, esta dissertação busca beber de variadas áreas do conhecimento para compor seu escopo: a linguagem, a memória social e a Biblioteconomia, mobilizando uma diversificada rede de saberes que embasam os pressupostos teóricos e metodológicos aqui apresentados. Pretende-se ao longo dos capítulos construir um estudo sobre as dez primeiras edições do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), com o intuito de compreender o processo histórico de organização da área durante esse período temporal (1954-1979) e seus reflexos nas atuais demandas dos bibliotecários. Cardoso (2018) destaca que “esse evento pode ser entendido como uma vitrine do que de mais relevante tem se produzido na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, revelando suas prioridades, tendências e interesses ao longo dos anos.”

A motivação em empenhar-me nesta pesquisa vem do meu trabalho como bibliotecária, posição que permite muitos questionamentos, discussões e dúvidas compartilhadas com meus colegas de profissão. Ao participar da 28ª edição do CBBD em 2019, observei os temas discutidos e os problemas da categoria que estavam sendo abordados no evento. A partir dessa experiência busquei, nas primeiras edições, registros e possíveis diálogos entre essas pautas e a construção da memória da área a partir desse estudo. Dessa forma interessou-me pesquisar sobre o CBBD, seus desafios, influências e legado porque esse evento posiciona-se na estrutura da Biblioteconomia brasileira como uma das maiores representação das demandas da própria área e como reflexo da evolução das instituições relacionadas no setor. Em termos quantitativos, de acordo com dados da FEBAB (2021) a 28ª edição de 2019 reuniu cerca de 763 participantes. Souza (2009, p.67), afirma que:

No contexto brasileiro, esse evento veio a se transformar no principal conclave profissional, técnico e científico, reunindo profissionais de biblioteconomia e áreas afins atuantes no país e, profissionais vindos do exterior.

O espaço de tempo de 25 anos que será analisado (1954-1979), representam os dez primeiros congressos, e esse período reveste-se de extrema relevância pelos marcos para a profissão que neles foram discutidos, em especial pela aprovação de legislações que

beneficiaram os bibliotecários, a criação de cursos em várias regiões do país no nível de graduação e de pós-graduação, e por fim o início da organização do movimento associativo.

Busca-se neste trabalho conhecer e sistematizar as temáticas do CBBB por intermédio dos documentos encontrados sobre seus temas, debates e recomendações finais, além de alguns discursos realizados na abertura e no encerramento desses eventos, no intuito de compreender o impacto atual que esses discursos produzem na prática profissional de hoje.

Compartilhando o pensamento de Côrte (1991, p.135) de que: “desenvolver uma consciência profissional requer do bibliotecário conhecimento das estruturas formais e informais que o cercam, do seu papel na sociedade e principalmente a vontade de promover a profissão”, esta seria uma forma de oferecer à toda categoria um estudo que possa contribuir para um melhor entendimento da nossa própria trajetória, valorizando nossa memória e honrando a herança dos que vieram antes de nós, construindo o caminho que hoje podemos percorrer. Acredito que apenas assim, compreendendo os discursos, as lutas envolvidas e discussões existentes, poderemos nos conectar e construir novos horizontes de atuação e possibilidades de apoio da nossa classe profissional com a sociedade.

Destaca-se a necessidade de diferenciar neste trabalho as especificações dos três campos institucionais possíveis relacionadas ao universo bibliotecário. O primeiro relacionado à Biblioteconomia como disciplina e área do conhecimento. O segundo ao bibliotecário no campo profissional, e o terceiro às bibliotecas como instituições. Pontuamos que o foco nesta pesquisa está estritamente relacionado à segunda esfera, a do bibliotecário como ator social de um campo profissional, e que utilizamos as outras esferas apenas como base explicativa dos diversos contextos relacionados à área. De acordo com a definição de Cunha e Cavalcante (2008, p.53), o bibliotecário pode ser definido como:

1. Profissional que tem a seu cargo a direção, conservação, organização e funcionamento de bibliotecas. 2. Profissional que: a) desempenha funções técnicas ou administrativas em bibliotecas; b) lida com documentos de todos os tipos (p.ex.: livros, periódicos, relatórios, materiais não-impresos) com base na especificação de seu conteúdo temático e a serviço de uma variedade de usuários, desde crianças até cientistas e pesquisadores.

Temos ainda a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO que classifica o bibliotecário como sendo da Família 2612: Profissionais da informação. Divididas e categorizadas da seguinte forma:

2612-05 - Bibliotecário - Bibliógrafo, Biblioteconomista, Cientista de informação, Consultor de informação, Especialista de informação, Gerente de informação, Gestor de informação.

2612-10 - Documentalista - Analista de documentação, Especialista de documentação, Gerente de documentação, Supervisor de controle de processos documentais, Supervisor de controle documental, Técnico de documentação, Técnico em suporte de documentação.

2612-15 - Analista de informações (pesquisador de informações de rede) - Pesquisador de informações de rede.

Descrição sumária: Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria. (CRB4, 2020)

Retrospectivamente, temos que a ciência e a técnica relacionadas à Biblioteconomia surgem primeiro com o objetivo de guardar livros, isso significa que o foco era manter a salvo os materiais físicos de qualquer possibilidade de acidente por meio de seu manuseio. Desde os tempos mais primórdios quando apenas os reis tinham uma biblioteca, o acesso ao conhecimento era para quem fazia parte de uma determinada casta social. Saber ler e saber onde as informações estavam sempre foi uma capacidade de poucos e considerada restrita aos intelectuais. Com as transformações políticas, sociais e culturais que a sociedade vem sofrendo ao longo de muitos séculos, houve uma ampliação do acesso à informação em todos os níveis. Destaque para a criação da imprensa por Gutenberg, na década de 1430, que veio a facilitar a reprodução de textos, passando pelo advento das comunidades e revistas científicas no século XVII até a grande explosão da informação pós 2º guerra mundial. Todos esses fatores viabilizaram a população em geral mais acesso à educação e a realidade da Biblioteconomia se transformou junto com essas possibilidades envolvidas.

Burke (2002, p. 45) aborda que “uma das consequências sociais da organização da informação foi o surgimento de novas ocupações. A imprensa trouxe consigo não apenas um novo grupo social de editores, mas também aliou ocupações tais como a de revisor e bibliotecário”. Primeiro porque há muitos livros e documentos, e é preciso organizá-los de forma coerente para que seja possível sua recuperação, Burker (2002) cita esse ciclo:

Na alta Idade Média o problema fora a escassez, a falta de livros. No século XVI o problema era o da superfluidade. Antonfrancesco Doni, escritor italiano, em 1550 já se queixava da existência de “tantos livros que não temos tempo para sequer ler os títulos”. Livros eram uma “floresta” na qual os leitores poderiam se perder.

Segundo que a biblioteconomia tem se tornado uma área científica que busca estudar os fluxos da informação, suas formas de produção e uso, tornando-se assim um campo do saber que se apoia na democratização do conhecimento. Não há mais a ambição que uma biblioteca seja apenas um depósito para resguardar livros. Temos a visão de Lankes (2016) apontando que as bibliotecas foram vistas (e continuam sendo) como instituições elitistas que promovem uma literatura “correta”. A missão do bibliotecário evoluiu junto com a humanidade e atualmente se assemelha mais ao papel de fornecer os caminhos necessários entre o cidadão e a informação, desviando das notícias falsas (Fake News) para sanar dúvidas e de alguma forma enfrentar esse elitismo milenar que as escolhas bibliográficas acabam apresentando.

Vieira (1983) já retrata um cenário sombrio notado entre os profissionais bibliotecários e que ainda permeia o imaginário coletivo:

O conhecimento biblioteconômico apresenta-se como um produto acabado e, assim, em área tão dogmática, pouco se cria, raramente se inova e ousar é proibido. Embora teoricamente um trabalhador da área social, o bibliotecário não se faz sentir como necessário pela sociedade, seja pelo simplismo de sua proposta profissional, seja pelo seu alheamento às questões sociais e políticas relevantes à comunidade e ao país ou mesmo pela baixa qualificação desse profissional para o diálogo substantivo com os usuários de áreas especializadas (Vieira, 1983, p. 82)

Essa crítica de imobilidade perante os desafios que a sociedade enfrenta é uma sombra que os bibliotecários precisam encarar para seguir por outro caminho, com foco na ajuda da manutenção de sociedades democráticas, da liberdade de expressão, manifestação e do acesso à educação de forma ampla e irrestrita. Como exemplo de conduta ética e profissional, temos no Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas (1994) indicando que:

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas.

Entende-se que não há como ser simplista na questão do acesso à informação, tendo em vista que muitos interesses, sejam eles financeiros, tecnológicos ou gerenciais, dificultam os profissionais que atuam em bibliotecas a oferecer o melhor tratamento possível a qualquer

tipo de pessoa que busque ajuda. Lankes (2016, p.113), sobre outros tipos de ações possíveis, propõe:

Bibliotecários universitários podem defender o acesso aberto à produção científica a fim de aumentar a taxa de descobertas e investigações. Bibliotecários de órgãos governamentais podem fornecer aos cidadãos acesso mais fácil ao funcionamento interno do governo assegurando a gestão adequada de toda produção intelectual, permitindo à companhia melhorar seus resultados.

Essas diretrizes de posicionamento perante a postura do bibliotecário sinalizam uma evolução no posicionamento político e social da classe. Almeida Júnior (2004, p.75) discute que os bibliotecários, partindo da perspectiva de que 70% dos brasileiros são identificados como não-usuários de biblioteca, trabalham para atender apenas os 30% que já frequentam esses espaços. Sendo assim é nessa concepção que os bibliotecários passam a ser profissionais voltados a um pequeno e seletivo segmento social. Os espaços onde atuam são concebidos e estruturados para atender a uma demanda oriunda daqueles que já têm acesso à informação.

A dita “neutralidade bibliotecária” esperada décadas atrás por afirmações do tipo: “durante o serviço de referência, os bibliotecários devem desaparecer como indivíduo, exceto nos casos em que a sua personalidade irá lançar alguma luz sobre o trabalho da biblioteca. Deve ser o *alter ego* do leitor, imerso em sua política, religião, moral” (FOSKET, 1962, p. 10, tradução nossa), mas essa concepção não é unanimidade. Lewis (2008, p.1, tradução nossa) aborda outra expectativa:

[...] Do ponto de vista moral, não tenho nenhum desejo de permanecer neutro quando confrontado com uma escolha entre a ciência baseada no método científico ou com ciência com base na teologia, e entre o fato histórico ou o discurso de ódio. Ocultar-se atrás da ideia de “neutralidade” em tais posições é ser parte promulgando desinformação ou pior.

E tal tipo de discussão assola a prática bibliotecária por questionar posturas e expectativas arraigadas no imaginário popular ou até hoje propagados por profissionais que não refletem sobre o impacto social e político de uma postura neutra diante de “Fake News” e a desinformação tão comum no século XXI.

Entendemos como papel do bibliotecário orientar a população sobre a forma correta de buscar informações fidedignas, atuar como mediador do processo de leitura, organizador e colaborador nas atividades culturais. Compreende-se também que a Biblioteconomia durante muito tempo valorizou mais sua parte técnica, como se seus códigos, classificações e tabelas

fossem o grande objetivo da área. Isso se reflete na literatura como Miranda (1999, p.23) expõe:

[...] a questão social está ainda mais em nível retórico, com a classe bibliotecária pouco participativa nas lutas pela democracia nos períodos ditatoriais. Na pauta de nosso corporativismo aparecem mais as questões técnicas, as administrativas, as legais, e raramente, o engajamento com os grandes movimentos sociais que lutaram pela universalização do ensino, contra a censura à imprensa e às artes em geral, pela defesa da cultura nacional e outras bandeiras, que todos nós sabemos, afetam o nosso desempenho e comprometem os nossos objetivos profissionais.

Destaca-se que 20 anos após essa observação, há principalmente por meio de redes sociais e das ações do movimento associativo, a movimentação dos bibliotecários no posicionamento a favor da democracia, contra a censura e em prol da educação e da cultura no Brasil.

Inferimos que política é uma dimensão básica da vida humana, sempre relacionada a uma forma de poder, e “é entendido o poder como capacidade que um sujeito tem de influenciar, condicionar, determinar o comportamento de outro sujeito” (BOBBIO, 2000, p.216). O Estado apresenta-se como o maior centro de poder político, aliado aos grandes empresários que concentram o capital e conseqüentemente influem por seus interesses nesse embate muitas vezes silencioso de forças. Em nosso universo micro, seja em nosso condomínio, ou ainda dentro da universidade, convivemos com políticas bem delimitadas para uma melhor convivência. Na qualidade de indivíduos políticos, entender o papel que nos é imposto e esperado, torna-se necessário para que se questionem as relações de poder e influência das grandes estruturas em nossa vida cotidiana. Tendo em vista que:

[...] a política é uma atividade prática na medida em que a luta que os grupos ou classes travam está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros (instituições e organizações políticas, como são, por exemplo, os partidos); em segundo lugar, ainda que a atividade política seja acompanhada de um choque e contraposição de ideias, projetos, programas, etc., e essa luta ideológica exerça uma influência indubitável nas ações políticas reais, concretas, o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta; assim, por exemplo, o proletariado em sua luta política se vale de greves, manifestações, comícios e inclusive de métodos violentos. Em terceiro lugar, a atividade política gira em torno da conquista, conservação, direção ou controle de um organismo concreto como é o Estado. O poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade. (VÁZQUEZ, 1990, p. 200-201).

Demarca-se aqui que o cidadão pode ser capaz de formular respostas alternativas à ordem vigente, porque acreditamos que apenas conhecendo a realidade, suas nuances e interesses nem sempre visíveis é possível sobreviver às correntes invisíveis da ignorância e da

falta de acesso. O discurso que coloca o bibliotecário como um agente de transformação social por meio da leitura e acesso à informação está cada vez mais ganhando espaço na época atual, porém já era proclamado nos anos 70 por exemplo: “se a Biblioteconomia deve servir à sociedade em toda extensão de suas potencialidades, deve ser muito mais que um monte de truques para encontrar um determinado livro numa estante particular, para um consulente particular” (SHERA, 1977, p. 10). Tomando esse horizonte, de que a Biblioteconomia deve servir à sociedade e esse deve ser o foco do seu trabalho, temos nesta dissertação vários questionamentos a serem aprofundados para compor um panorama atualizado do que vem sendo (ou tem sido) defendido pela categoria, principalmente relacionado aos discursos que emanam e circulam no evento científico analisado (CBBD).

A IFLA – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias é a mais importante instituição em âmbito global, que representa os interesses dos serviços de biblioteca e informação e o de seus usuários. Tem como propósito promover o valor dos serviços das bibliotecas e da informação mundialmente. No Brasil temos a FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, que nasceu em 1959, durante da segunda edição do CBBD, com o propósito de estabelecer uma melhor orientação e coordenação com “atribuições de defesa e incentivo ao desenvolvimento da profissão” (ARAGÃO, 1961, p.9), tornando-se a mais importante entidade da área no país. De acordo com Russo (1961, p.2), vários itens foram levados em conta na sua criação:

1. Que a extensão geográfica do país dificultava o intercâmbio entre as Associações.
2. Que era de urgente necessidade a publicação de um boletim informativo que levasse aos bibliotecários de todas as unidades da Federação os assuntos de seu interesse, no âmbito nacional e internacional.
3. A necessidade de um código de ética profissional

O Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação - CBBD é promovido desde 1954, tendo sua 1º edição sido organizada pela Associação Pernambucana de Bibliotecários e a 2º edição em 1959 organizada pela Associação Baiana de Bibliotecários. Desde a 3º edição em 1961 é organizado pela FEBAB sendo um evento consolidado no cenário nacional, constituindo-se num espaço privilegiado para a apresentação de experiências, práticas e difusão da produção técnico-científica relativa a bibliotecas, unidades

de informação, ensino, pesquisa e propiciando oportunidades para a atualização dos profissionais da área.

Busca-se ao longo desta dissertação entender qual legado essas discussões feitas durante as dez primeiras edições do CBBD têm no atual panorama da Biblioteconomia brasileira sendo refletidas especialmente na 28ª edição do evento realizado em 2019.

Posto isso, formulamos a questão que orienta a pesquisa: “Quais aspectos dos discursos atuais sobre o campo biblioteconômico no Brasil já constituíam a agenda da área desde as primeiras edições do CBBD?”

Para responder essa questão propomos, então, como objetivo geral:

“Construir a memória do campo profissional da Biblioteconomia pelos discursos do CBBD”

Como objetivos específicos:

- a) Identificar marcas discursivas nas temáticas promovidas pelo CBBD;
- b) Analisar as marcas identificadas nos discursos proferidos durante a realização de suas dez primeiras edições.

Tendo os objetivos acima traçados, este estudo busca resgatar e compreender as discussões promovidas pelos integrantes do movimento associativo ao longo das primeiras edições do CBBD, compreendendo que não há isolamento de uma categoria. Atuando como categoria profissional, nossos discursos se atrelam ao ambiente social, político, econômico, fazendo com que a memória desse evento seja essencial na construção da trajetória da atuação dos bibliotecários no Brasil. E de alguma forma o entrelaçamento dessa memória poderá servir de base para o entendimento do nosso papel na sociedade atual.

Frequentemente a memória institucional é atrelada ao poder e ao desejo do controle sobre o que será propagado pela/sobre a instituição em questão. É uma interação entre poderes e saberes mais profunda do que a percepção comum pode supor. Vivemos de uma forma ou de outra sob um jogo de poder que ocorre por trás de cada fato histórico registrado e propagado. Em muitos momentos na história, heróis foram criados, ou silenciados, em prol desse jogo, lendas urbanas foram alimentadas, imagens foram construídas e destruídas. Pode-se afirmar que nada é por acaso na continuidade de um enredo, ou na exaltação de algum fato

importante. Calçadas em Oliveira (2008, p.21) que aborda o conceito de memória institucional como um “campo permeado pelas disputas de poderes, na dimensão dos embates que definirão o que será lembrado, como será lembrado, e também com aquilo que, não sendo lembrado, será esquecido: não somos só o que lembramos, somos também o que esquecemos”, devemos pôr luz e procurar entendimento não apenas dos fatos registrados oficialmente, mas também de influências possivelmente esquecidas pelo contexto oficial.

O esquecer também é essencial para a compreensão do conceito de instituição. Afinal fatos abandonados, deixados de lado na história, poderiam mudar o rumo da imagem propagada pela instituição, seus rumos políticos e decisões importantes na sua estrutura. Alberti (apud OLIVEIRA, 2008, p.34) explica que “conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e disputar significados e desencadear ações”. Essas ações desencadeiam tanto os processos futuros, quanto os discursos presentes e incorporados nas instituições.

Tanto as ausências quanto as palavras, as formas como são expostas e as ocasiões em que isso ocorre moldam a - ou são moldados por - ideologia que permeia toda e qualquer instituição. E-mails, cartas, relatórios, fotografias, tudo em relação ao ambiente, e bem como as formas de estrutura dessa divulgação, são registros dessa memória institucional, seu discurso e ideologia. Por discurso Oliveira (2008) define que:

O discurso a que nos referimos extrapola a noção de textos, documentos e falas. Refere-se à relação que os sujeitos estabelecem com o meio social e o processo histórico em curso. Discurso permeado pela ideologia, que se oculta muitas vezes nas retóricas das autoridades e no conteúdo dos documentos institucionais. (OLIVEIRA, 2008, p. 33)

Nessa lógica, o estudo aqui apresentado procura respeitar o entendimento de que existem embates sócio-históricos nas construções discursivas, e que o fato de a FEBAB representar institucionalmente a categoria profissional no Brasil abarcaria tais embates e estes são refletidos nos discursos circulantes no CBBD.

Justifica-se esta pesquisa sobre a memória das dez primeiras edições do CBBD, no intuito de compreender as demandas e os discursos que foram pauta nesse período de tempo tão importante para a profissão no maior congresso da área. Como produto final, pretende-se contribuir para a construção de uma memória das demandas e temas relevantes para os bibliotecários no intuito que, ao identificá-las, possamos compreender a trajetória histórica da área no Brasil, seu legado, avanços e demandas ainda em aberto.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa documental e de natureza explicativa, que visa compreender, por intermédio dos registros das primeiras dez edições do CBBB, com quais assuntos e temas a classe profissional dos bibliotecários vinham dialogando, e quais seus impactos na área até a atualidade. Usaremos a Análise do Discurso (AD) de vertente francesa que pode e deve ser uma aliada no objetivo de trazer luz aos jogos de poder em que todos estamos envolvidos. Dentro de uma profissão, em que muitos discursos e interesses circulam, esse olhar atento nos acontecimentos que constroem a memória, é um exercício eterno e necessário para a criação de novos espaços e formas de pensar. A metodologia da pesquisa exalta a memória do discurso dos congressos pelo olhar da AD.

O passo a passo para responder aos objetivos e problemática propostos estruturou-se da seguinte forma:

1. Seleção, no conjunto de documentos disponíveis, das edições do evento entre 1954 e 1979, quais foram as discussões promovidas;
2. Identificação dos assuntos debatidos nas edições selecionadas e suas possíveis relações com as atuais discussões da área, à luz da análise do discurso de vertente francesa.
3. Análise da agenda do último evento em 2019 vis-à-vis às pautas analisadas nas edições que compõem o corpus da pesquisa.

A análise dos dados pautou-se nos muitos documentos que foram agregados ao corpus a partir do lançamento do repositório da FEBAB em 12 de março de 2020 (simbolicamente no dia do bibliotecário), dessa forma arquivos importantes foram adicionados ao corpus da pesquisa, criando novas possibilidades de análise.

Na medida em que buscamos compreender a importância dos temas e assuntos circulantes nas edições, optou-se por identificar as temáticas gerais, por entender que elas apontariam o tema mais relevante para a área nos diferentes momentos históricos. Inicialmente, identificamos as temáticas gerais de cada evento. Em seguida, voltamo-nos para os discursos de abertura e encerramento porque eles costumam dialogar mais diretamente com

a temática central proposta pela organização do evento. Em novembro de 2020 o repositório contava com 679 itens relacionados às 10 edições do CBBD aqui estudadas. Optamos por aprofundar a análise nos discursos de abertura e encerramento, nas recomendações ao fim de cada congresso e nos temas propostos nas programações oficiais por entender que são uma boa representação dos dilemas da época, tornando-os as melhores fontes para responder às questões desta pesquisa.

Quadro 1: Quantitativo de documentos disponíveis em Novembro de 2020

Ano do Congresso	Itens
1954	14
1959	22
1961	31
1963	52
1967	63
1971	42
1973	79
1975	28
1977	91
1979	117
TOTAL:	679

Fonte: Repositório FEBAB 2020

A partir do grande material existente, selecionamos, no repositório FEBAB, a documentação disponível. Assim, foram excluídos da análise os artigos, os pôsteres e os trabalhos apresentados, limitando a pesquisa aos temas propostos oficialmente pela organização do congresso, aos discursos de abertura e encerramento e às recomendações dos relatórios finais que foram passíveis de recuperação.

Como fruto dessa pesquisa e seleção, os 10 primeiros congressos foram analisados a partir dos seguintes materiais no repositório:

Quadro 2: Material Encontrado no Repositório FEBAB

EDIÇÃO	ANO	MATERIAL ENCONTRADO
1°	1954	Temas disponíveis pelo trabalho apresentado*
2°	1959	Temas disponíveis pelo trabalho apresentado*
3°	1961	Temas disponíveis pelo trabalho apresentado*
4°	1963	Temas disponíveis pelo trabalho apresentado*
5°	1967	Apenas os temas disponíveis
6°	1971	Programa Completo Disponível
7°	1973	Apenas os temas disponíveis
8°	1975	Programa Completo Disponível
9°	1977	Programa Completo Disponível
10°	1979	Programa Completo Disponível

Fonte: Repositório FEBAB 2020

*Outra fonte

Considera-se “programa completo disponível” o que apresenta além dos temas, os palestrantes convidados. Quando apenas os temas estão disponíveis, significa que foi possível encontrar quais as temáticas foram debatidas, porém sem a programação ou indicação dos convidados.

Destaca-se que no Repositório FEBAB não foi encontrada a programação oficial de todos dos eventos estudados, em especial as cinco primeiras edições, porém foram encontrados dois trabalhos que realizaram esse levantamento histórico e auxiliaram a completar a lacuna sobre a memória desses eventos. O primeiro é o trabalho apresentado no 4° CBBD em 1963 por Maria Alice de Toledo Leite e Maria Gecilia Pimenta Pinheiro intitulado “Os Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação: estudo comparativo de suas resoluções com o que foi realizado” que traz de forma detalhada as temáticas debatidas nos 4 primeiros congressos (1954; 1959; 1961; 1963), conteúdo que será utilizado neste estudo. O segundo é o trabalho apresentado no 10° CBBD em 1979 “Jubileu dos congressos de biblioteconomia e documentação (1954-1979)” que aborda temáticas, autores, trabalhos apresentados e recomendações, com autoria das bibliotecárias Carminda

Nogueira de Castro Ferreira, Maria do Rosário de Castro Ferreira Toledo e Ruthe Helena Camargo Ferreira.

Sendo esta uma pesquisa que busca entender os discursos circulantes no congresso, buscamos no repositório FEBAB transcrições de discursos de abertura, encerramento, e possíveis índices sobre os posicionamentos e sentimentos envolvidos em cada edição. Abaixo a listagem do material recuperado e utilizado na análise apresentada no capítulo 4.

Quadro 3: Os discursos encontrados e utilizados na análise

Discurso de abertura do 6° CBBB em 1971 ministrado por Maria Alice Barroso
Discurso de abertura do 7° CBBB em 1973 ministrado por Laura Russo
Discurso de abertura do 8° CBBB 1975 ministrado por Rubens Borba de Moraes
Declaração final do 8° CBBB em 1975 assinado pela comissão diretora do evento
Recomendações do 9° CBBB pela comissão diretora do evento
Declaração final do 10° CBBB 1977 ministrado pela presidente da comissão do evento Yara Soeli Bassani Vieira
Discurso de abertura do 10° CBBB em 1979 ministrado por Edson Nery da Fonseca
Relatório final geral do 10° CBBB em 1979 tendo como referência de autoria a FEBAB & Associação Bibliotecária do Paraná
Discurso de abertura do 28° CBBB em 2019 ministrado por Adriana Ferrari, Presidente da FEBAB retirado do Relatório final do evento.

Fonte: Repositório FEBAB e Brapci.

Seguimos a pesquisa em busca da revisão bibliográfica sobre o nosso tema, pela busca na Biblioteca Digital de Dissertações e Teses- BDTD, e na Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação – BRAPCI utilizando as palavras chave e operadores booleanos: “Movimento associativo” and “biblioteconomia”, “entidades de classe” and “biblioteconomia”, “congresso brasileiro de biblioteconomia e documentação,” “Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários”, pesquisou-se a literatura da área relacionada a esses temas. A pesquisa foi realizada durante o período de janeiro e fevereiro de 2020 e em um único idioma, o português. Ignoraram-se pesquisas em outro idioma pois, por se tratar de uma pesquisa regional sobre a memória dos bibliotecários atrelada ao movimento associativo, buscamos aqui visões e questionamentos da própria classe brasileira. A pesquisa foi realizada

utilizando todos os argumentos de pesquisa (título, assunto, palavra-chave, documento integral) e sem delimitações de tempo. Cada item encontrado era incluído em um banco de dados utilizando uma planilha do *software* Microsoft Excel com informações relevantes sobre os trabalhos, tais como: título, resumo, assunto, ano de publicação, tipo (se artigo, tese, dissertação etc.), revista em que foi publicado.

A partir da leitura integral dos resumos de cada artigo, estabeleceu-se uma avaliação preliminar em que três possíveis caminhos foram seguidos: 1) o artigo era classificado como sendo de interesse, caso investigasse os temas “memória da biblioteconomia” “congresso brasileiro de biblioteconomia e documentação” e “movimentos associativos na biblioteconomia”; 2) o artigo era classificado como não sendo de interesse, caso não investigasse o tema; 3) o artigo era classificado como incerto, caso não fosse possível classificá-lo em uma das duas categorias anteriores. Por um lado, se o artigo fosse classificado como sendo de interesse, ele era lido integralmente e uma série de informações adicionais eram incluídas no banco de dados, a saber: teoria de base, abordagem metodológica, se era estudo qualitativo ou quantitativo, instrumento utilizado para a coleta de dados; participantes da pesquisa, como foi realizada a análise dos dados coletados, principais resultados, limitações e sugestões para estudos futuros. Por outro lado, se o artigo fosse classificado como incerto, ele era submetido à uma leitura minuciosa e, então, classificado como sendo de interesse ou não. Ao ser classificado como sendo de interesse, aplicava-se a etapa analítica descrita acima. Registrar essas informações foi importante para melhor sistematização do campo de pesquisa.

Foram encontrados aproximadamente 53 resultados na base BRAPCI, e 39 na base BDTD. Desses 92 itens encontrados apenas 4 seguiam os critérios exigidos por esse estudo:

- Abordassem a temática memória do movimento associativo ou ainda entidade de classes relacionados a área de biblioteconomia.
- Foram excluídos artigos que, apesar de abordarem o CBBD ou a FEBAB, tinham como objeto outros assuntos.

Quadro 4: Pesquisa bibliográfica nas bases de dados selecionadas

PALAVRA- CHAVE	BDTD	BRAPCI
“movimento associativo biblioteconomia”	8	9
“Movimento Associativo” and “Biblioteconomia”	0	3
“Entidades de classe” and “biblioteconomia”	1	3
“Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação” or “CBBB”	4	15
FEBAB	26	23
TOTAL	39	53

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Os dados coletados acima demonstram que já existem produções acadêmicas que abordam a temática desta pesquisa, com destaque para estudos sobre a própria FEBAB com o maior número de itens. O movimento associativo também merece destaque como assunto pesquisado e o próprio CBBB aparece como temática de vários artigos. Tal levantamento dá luz aos temas a que a classe bibliotecária vem dando atenção e serviu para evidenciar a oportunidade e estimular a construção do presente estudo.

Quadro 5: Resultados mais próximos ao objeto desta pesquisa:

AUTORES/ANO	TÍTULO	TIPO	OBJETIVO	RECOMENDAÇÕES
RIBEIRO; MIRANDA e REIS, 2015	“Movimento Associativo e Entidades de Classe: Discussões existentes e a produção científica”.	Artigo científico – Revista RBBB	Revisão de Literatura sobre o tema	“Recomenda-se um maior incentivo (...) na produção sobre o assunto entidades de classe na área da ciência da informação”
SILVA, 2008	“Sob o signo do paradigma informacional: representações sociais dos dirigentes de classe sobre identidade e práticas profissionais”	Dissertação – Mestrado em Ciência da Informação, UNB	Compreender como é construída a identidade profissional dos bibliotecários a partir das representações sociais dos membros dirigentes das entidades de classe da profissão.	“Destaca a necessidade de novos estudos sobre a identidade profissional e poder simbólico na biblioteconomia”
AFONSO; SILVEIRA; GARCIA E MATIAS, 2016.	“Movimentos associativos: um estudo webométrico nos websites das Associações de Bibliotecários do Brasil”	Artigo científico – Revista ABC	“Pesquisa a identificação dos movimentos associativos de bibliotecários na web; analisar os indicadores de tamanho do site, luminosidade, visibilidade e fator de impacto de cada instituição analisada (...)”	“Sugere-se para futuras pesquisas, a verificação de conteúdo das citações web entre as associações e a federação.”

CARDOSO, 2018	“Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação: análises a partir de sua produção científica (2011-2017)”	Artigo científico – Revista RBBD	Tem como objetivo investigar os eixos temáticos adotados como diretrizes para bibliotecários e cientistas da informação brasileiros ao submeterem suas propostas de trabalho.	“A falta de uma sistematização, bem como, a dificuldade de se obter, preservar e disponibilizar esse tipo de literatura cinzenta prejudica o desenvolvimento da ciência, e, conseqüentemente, a escrita da história da Biblioteconomia brasileira.”
------------------	--	----------------------------------	---	---

Fonte: Dados da Pesquisa (2020)

Com base na análise da produção existente na área sobre a temática, identificamos que este trabalho pode contribuir para cobrir uma lacuna importante no entrelaçamento dessas questões relacionadas à memória da Biblioteconomia no Brasil. Procura-se, ao longo dos capítulos a seguir, aprofundar essa discussão, sem ter a pretensão de esgotar o assunto, porém contribuir para a construção de novos caminhos para a área.

Ressalta-se que a maioria dos itens encontrados (artigos e trabalhos acadêmicos) que abordam a história da biblioteconomia e as palavras-chave utilizadas se inclinam a avaliar - como objetos - os currículos acadêmicos e a formação do profissional nas universidades, o que evidencia a oportunidade desta dissertação. Talvez esse fato evidencie uma maior tendência na área a promover discussões técnicas e menos discussões políticas? Esta pesquisa busca discutir essa questão. Outro aspecto a se destacar é que pela leitura e pesquisa dos livros e artigos indicados nas referências bibliográficas acima, a revisão bibliográfica realizada nos próximos capítulos foi ampliada, para além do quadro apresentado, partindo dele como referência, mas não um ponto final. Primordialmente buscando atingir os objetivos específicos de:

- a) Identificar marcas discursivas nas temáticas promovidas pelo CBBB;
- b) Analisar as marcas identificadas nos discursos proferidos durante a realização de suas dez primeiras edições.

Esta dissertação estrutura-se no capítulo 2 com a discussão sobre “Os principais atores do movimento associativo bibliotecário”, realizando o levantamento histórico da relação entre a IFLA e a FEBAB, da Biblioteconomia no Brasil e apresentando de forma geral as funções dos principais órgãos de classe como o sindicato e o Conselho Federal.

No capítulo 3 “Memória bibliotecária: Trajetória e construção”, fundamenta-se a base teórica desta dissertação já que, pela análise dos discursos circulantes nas primeiras edições do CBBB, entendemos que os mesmos ainda se fazem presentes nas suas edições mais contemporâneas. Compreender o mundo à nossa volta, estudar o presente, além de buscar estudar os aspectos sociais, culturais, coletivos, suas configurações do contínuo embate entre lembranças e esquecimento, tornam o conceito de memória social um dos subsídios teóricos desta pesquisa, pois, baseados em Halbwachs (2006), entendemos que a Memória Social nos ajuda a compreender e a construir o universo simbólico que nos permite reconhecer o grupo social em que estamos inseridos.

No capítulo 4 “O CBBB sob a ótica da análise do discurso de vertente francesa”, analisamos o objeto que selecionamos estudar, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (CBBB) e sua relação com a memória dos bibliotecários. Nesse ponto da pesquisa também utilizamos os discursos mencionados no quadro 3 e realizamos uma proposta de análise sobre as temáticas debatidas, discursos e recomendações recuperados sobre as edições analisadas. Diante disso, após detalhamento de cada uma das dez edições e seus fatores externos, sociais e históricos de impacto foi possível atingir o objetivo geral, qual seja o de “Construir a memória do campo profissional da Biblioteconomia pelos discursos do CBBB” e objetivamente fazer uma comparação da agenda do último evento em 2019 com as pautas analisadas nessas primeiras edições, respondendo nossa problemática proposta: “Quais aspectos dos discursos atuais sobre o campo biblioteconômico no Brasil já constituíam a agenda da área desde as primeiras edições do CBBB?”. Por fim, no capítulo 5, nossas considerações finais sobre a pesquisa.

2 OS PRINCIPAIS ATORES DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO BIBLIOTECÁRIO

Na sessão anterior expusemos as motivações e o fio condutor da presente dissertação. Neste capítulo iremos apresentar as instituições presentes no movimento associativo bibliotecário, pois compreendemos que há uma relação direta com o objeto de pesquisa: o CBBB. Sendo um Congresso organizado pelas associações em parceria, seus temas e demandas refletem de alguma forma as necessidades do movimento associativo e seus participantes da época da edição do evento. Para melhor contextualização desses movimentos também apresentamos considerações históricas sobre a Biblioteconomia no Brasil. As entidades representativas apresentadas neste capítulo - Associações, Conselhos e Sindicatos - formam a base da área de Biblioteconomia, e juntas fornecem subsídios para o fortalecimento das ações, que individualmente seriam muito mais difíceis. Todas se entrelaçam com a própria história da área no país, e com os acontecimentos históricos. Aliadas à representação maior da IFLA em escala global, temos o conjunto principal de entidades que reforçam a luta pelas bibliotecas como instituições, pelos bibliotecários como trabalhadores e pela biblioteconomia como área.

De acordo com seu portal institucional, a IFLA (do inglês: *International Federation of Library Associations and Institutions*; em português: Federação Internacional De Associações E Instituições Bibliotecárias), consiste no principal órgão internacional que representa os interesses de bibliotecas e serviços de informação e seus usuários, sendo a voz global das bibliotecas e da informação. A IFLA foi fundada no ano de 1927 em Edimburgo (Escócia) durante uma conferência internacional, sendo registrada na Holanda em 1971 e abrigada na The Royal Library (Biblioteca Nacional da Holanda), localizada em Haia.

Surgindo de proposta apresentada por Laura Russo e Rodolfo Rocha Júnior no 2º Congresso de Biblioteconomia e Documentação, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), fundada na Bahia em 26 de julho de 1959, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade civil, apolítica, sem finalidades lucrativas, que congrega as associações dos profissionais em Biblioteconomia e Documentação em todo o território nacional. (RUSSO, 1973). Um dos motivos de criação da associação defendida por Laura e Rodolfo foi “que a referida comissão tem incumbência de promover a

incorporação de Associações de Bibliotecários Iberoamericanos ao movimento universal da IFLA” (RUSSO, 1959).

Atualmente a FEBAB é considerada o “braço” da IFLA no Brasil, e repercute as discussões e temas internacionais por essa ligação. Dentre os principais objetivos da FEBAB, de acordo com o site oficial (2021), podem ser destacados:

- Congregar as entidades para se tornarem membros e instituições filiadas;
- Coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais;
- Fornecer apoio às atividades de seus filiados e de profissionais associados;
- Atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de biblioteconomia, ciência da informação e de áreas correlatas;
- Promover a interação com instituições internacionais da área de informação;
- Desenvolver e apoiar projetos na área, visando ao aprimoramento de bibliotecas e seus profissionais;
- Contribuir para a criação e desenvolvimento dos trabalhos das comissões e grupos de áreas especializadas de biblioteconomia e ciência da informação.

Distingue-se que a IFLA é uma associação internacional com foco nas bibliotecas e a FEBAB é uma associação nacional com foco além da instituição biblioteca, incluindo as necessidades dos profissionais da área, suas demandas e desafios. Essa diferença precisa ser levada em consideração ao explicarmos as áreas de atuação possíveis das duas instituições e suas possíveis relações e influências.

Mesmo a FEBAB sendo a entidade de classe de amplitude nacional mais antiga relacionada à área, ela não foi a primeira a ser fundada. A mais antiga, segundo Fonseca (2007, p. 109) é a Associação Paulista de Bibliotecários - APB “[...] fundada em 1938, quando o curso de Biblioteconomia de São Paulo diplomou seus primeiros concluintes”. Porém a APB encerrou suas atividades em 2005. Naquele momento histórico de criação da FEBAB existiam apenas dois cursos de Biblioteconomia no Brasil, os pioneiros da Fundação Biblioteca Nacional no RJ, inaugurado em 1911, e o da Mackenzie College em SP fundado em 1929. Sobre a importância da Federação, Rosetto (2010), afirma:

[...] a FEBAB, como os outros órgãos de classe, conquistou nesses últimos 50 anos marcos importantes para os bibliotecários brasileiros tais como: a regulamentação da profissão, instalação de cursos de biblioteconomia, código de ética, instalação de associações de representação, cursos e eventos para a construção de novas competências, entre outros aspectos profissionais. Com as mudanças impostas pela sociedade contemporânea, o bibliotecário deve estar atento, pois, sem uma entidade que acompanhe e transforme essas mudanças sociais em ações concretas junto à comunidade usuária dos serviços de informação, os anseios da classe estarão sempre sem um canal de comunicação e de representatividade junto aos órgãos governamentais e patronais para o desenvolvimento de políticas compatíveis à área. (ROSETTO, 2010, p.25)

Segundo Nunes e Araújo (2015), tanto a IFLA quanto a FEBAB representam instituições que assumem o papel de lutar pela informação e pelo exercício profissional no âmbito da Biblioteconomia em diferentes níveis. Em seu portal eletrônico, a FEBAB reafirma o compromisso em ampliar a divulgação de materiais relacionados com sua missão, sobretudo ao trazer documentos da IFLA e de demais instituições ligadas à Biblioteconomia e à Ciência da Informação para o Português. Importante lembrar que a língua portuguesa não é uma das línguas oficiais da IFLA, sendo todas as traduções para o português feitas por bibliotecários ligados ao movimento associativo e que de forma voluntária traduzem os textos. As línguas oficiais atualmente são o Francês, o Espanhol e o Inglês.

O entendimento da FEBAB publicado em seu portal institucional contempla documentos internacionais como o Manifesto da IFLA/UNESCO e outros em defesa da biblioteca pública e da prestação de serviços bibliotecários devem ser reconhecidos e difundidos, contribuindo com o avanço na atualização e adequação às mudanças tecnológicas do comportamento da sociedade como um todo. A FEBAB utiliza sua “voz institucional” e se posiciona ao afirmar e questionar o estado brasileiro, que foi incapaz de seguir as diretrizes propostas pela IFLA/UNESCO, posto que o país não conta com um número suficiente de bibliotecas para atender as demandas por informação e leitura de sua população, também não tendo avançado na ampliação e no fortalecimento das bibliotecas, ocorrendo justamente o contrário: a precarização das bibliotecas brasileiras pela falta de investimentos públicos.

Dutra e Belluzzo (2010) reafirmam o papel desempenhado pela FEBAB na formação continuada do bibliotecário, diante de uma preocupação crescente na sociedade contemporânea em relação às mudanças de postura por parte dos profissionais, em especial no tocante a servir bem a uma comunidade de usuários que precisa cultivar o prazer de ler,

acessar e utilizar a informação. Salientamos que existem poucos estudos na literatura científica nacional que abranjam especificamente a relação entre a IFLA e a FEBAB.

No Brasil, o CBBB representa o ponto de encontro “oficial e institucional” da categoria profissional, por ser organizado pela entidade representativa. No evento em si, além de participar para assistir palestras e cursos, o bibliotecário pode ter voz ativa nas discussões. É possível apresentar um trabalho inédito, e/ou um estudo de caso, que se caracteriza como uma produção científica que é um termômetro fidedigno sobre as demandas da profissão.

Com uma proposta similar, porém com suas diferenças inevitáveis, temos o Congresso Mundial de Biblioteca e Informação (World Library and Information Congress-WLIC) da IFLA, que é o principal evento profissional e comercial internacional para o setor de bibliotecas e de forma mais abrangente igualmente pode ser considerado como um espaço de colaboração e troca entre bibliotecários de diversas parte do planeta. Destaca-se que, apesar de ser um evento de âmbito global, grande parte dos encontros aconteceu na Europa. Desde 1993 até 2019 foram 26 WLIC sendo a exata metade no velho continente: Espanha (1993), Turquia (1995), Dinamarca (1997), Holanda (1998), Escócia (2002), Alemanha (2003), Noruega (2005), Itália (2009), Suécia (2010), Finlândia (2012), França (2014), Polônia (2017) e Grécia (2019) totalizando 13 eventos. A Ásia segue como o segundo continente que mais vezes foi sede do WLIC: China (1996), Tailândia (1999), Israel (2000), Coreia do Sul (2006), Cingapura (2013) e Malásia (2018) totalizando 6 eventos (metade dos eventos europeus). A América do Norte foi sede em 4 oportunidades: EUA (2001 e 2016), Canada (2018) e Porto Rico (2011). A África do Sul foi a sede em dois anos (2007 e 2015). A América Central teve 1 edição em Cuba (1994), similar a América do Sul que também teve apenas 1 evento na Argentina (2004). Essas escolhas de locais certamente encontram justificativa na logística própria do congresso, porém demonstra de forma simples que os ditos “países de primeiro mundo”, incluindo aí países fora do eixo europeu continuam encabeçando as discussões relevantes da área.

Entendemos que existe um alinhamento entre FEBAB e IFLA no que diz respeito à relevância das bibliotecas como espaços de democracia e inclusão. Seus manifestos e posicionamentos criticam o desprestígio que o Poder Público brasileiro dedica às bibliotecas, como se pode verificar na prática do sucateamento, a falta de recursos humanos, e outras preocupações compartilhadas por ambas as entidades:

Parte da fragilidade das bibliotecas públicas brasileiras poder ser atribuída pelo fato de o país não ter avançado na formalização de marcos legais para a constituição e manutenção desses equipamentos. O país tem uma lei para o livro, tem uma lei para o fomento da leitura e escrita, entretanto não tem uma lei específica que garanta a existência e o bom funcionamento de bibliotecas públicas em seu território, coerente com a sua realidade, realidade está marcada pela grandeza territorial e pela diversidade cultural, econômica e social. Uma lei que estabeleça parâmetros para a sua criação e funcionamento, e que garanta investimentos financeiros contínuos para a sua manutenção. Essa situação marca e expõe o atraso do país em relação à democratização do acesso à leitura, à informação e ao conhecimento, direitos dos cidadãos, garantidos na Constituição de 1988. Não é concebível que, em pleno século XXI, a população brasileira não tenha à sua disposição bibliotecas públicas municipais, estaduais e federal com infraestrutura, espaço, acervo, serviços e pessoal qualificado para atendê-la. Falamos da biblioteca pública entendida como um espaço público de cultura e educação, que possibilita meios para a inserção e desenvolvimento da população, em todas as áreas que afetam direta ou indiretamente a vida das pessoas (FEBAB, 2019, s/n).

O fortalecimento das bibliotecas encontra-se entre as prerrogativas que justificam a existência tanto da IFLA em âmbito internacional quanto da FEBAB em âmbito nacional e, mesmo que isso não aconteça na prática pelos motivos expostos acima, ambas estão comprometidas com o futuro desses espaços da informação, buscando soluções para o enfrentamento dessa problemática na publicação de documentos e realização de eventos que buscam a transformação dessa realidade.

É possível afirmar que existe não apenas uma relação entre FEBAB e IFLA, mas também uma série de alinhamentos que buscam oferecer mais dinamismo para o setor bibliotecário e para o tratamento da informação como um todo. Alinhamento este que reverbera na escolha do tema a ser discutido no objeto de pesquisa desta dissertação, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

Se o setor bibliotecário atravessa hoje um momento permeado por obstáculos e desafios, certamente a participação ativa dessas organizações pode ser um ponto de convergência na busca por soluções contundentes para a superação dos problemas, como o descaso do setor público às bibliotecas e instituições culturais. Esse movimento ocorre justamente pelo fato de que elas buscam o diálogo com a classe em seus diferentes níveis, seja através dos eventos, das consultas públicas ou ainda da associação por meio de pagamento de anuidade. Ao mesmo tempo, é preciso ter um olhar crítico sobre quais lugares e quais discussões ocupam o centro do debate, tendo em mente que as situações atuais são complexas como: o analfabetismo digital, o volume de *fake news*, e a falta de biblioteca públicas para a população mais carente. Todos esses itens devem ser tratados com cautela, contemplando

valores que proporcionem a transformação e adaptação das bibliotecas e demais espaços de informação.

2.1 ORGANISMOS DE CLASSE E ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

Buscando como referência o trabalho de Côrte (1991) que organizou em uma única obra a legislação e os organismos de classe da década de 80/90 relacionados à biblioteconomia, igualmente promovendo uma relevante discussão sobre o contexto profissional, educacional e técnico, busca-se neste tópico contribuir para atualizar o contexto relatado pela autora, apresentando um panorama atual da área. As associações de bibliotecários:

[...] têm como objetivo defender os interesses da classe e apoiar suas reivindicações, promovendo a colocação do profissional dentro do mercado de trabalho, viabilizando a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento. São entidades sem fins lucrativos de cunho associativo atuando, na sua maioria, em nível estadual. (Moreno et al. 2007, p. 48)

O agrupamento de profissionais, buscando uma melhoria contínua em termos de capacitação e força política, se refletiu nas nossas legislações. Pereira e Cunha (2007, p. 46) discutem e enfatizam o papel fundamental das associações:

Através destas associações os profissionais buscam obter do Estado seu reconhecimento a partir de uma legislação específica. Esta legislação regulamenta a prática da atividade ocupacional aos que possuem um grau acadêmico e o licenciamento, penalizando os que exercem esta ocupação sem o devido credenciamento.

A constituição brasileira, promulgada em 1988, estabelece em seu artigo 5º garantias constitucionais à livre associação:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Em destaque, os itens relativos às associações:

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

Consistindo o direito de organização estabelecido por lei, o movimento associativo na área de biblioteconomia cresceu e criou uma dinâmica própria pois “[...] categorias profissionais, [...] necessitam de representações político-institucionais através dos órgãos de classe, visando aprimorar as formas de congregação e atuação” (SILVA, 2016).

Além da constituição de 1988, o movimento associativo é instituído pelo Novo Código Civil Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 dos artigos 53 ao 61 e pode ser definido: “[...] organizações sem fins lucrativos e entidades de direito privado que reúnem pessoas em favor de um bem comum em prol do bem-estar, do social, da cultura, política, filantropia ou realização de processos produtivos de bens e/ou serviços coletivos” (SEBRAE, 2019).

Portanto, pode-se considerar o papel da Associação:

- Promover treinamento e aprimoramento de cursos, congressos, simpósios, fóruns e etc;
- Promover e apoiar o aprimoramento social e profissional de seus filiados no mercado de trabalho;
- Representar a profissão em eventos e espaços políticos;
- Disseminar os resultados de pesquisas da área que foram elaborados pelos Grupos de Trabalho e Comissões da associação;
- Ajudar e apoiar a formação da consciência ativista em prol das causas sociais. (CREF3/SC, 2017)

A criação da Associação Paulista de Bibliotecários em 1938, iniciativa de Rubens Borba de Moraes, inaugura o movimento associativo na área. A importância dessas instituições para o panorama de ações nacionais relacionados a biblioteconomia, ciência da informação e áreas afins é imensa. De acordo com a ex-presidente da APB, Regina Celi de Sousa (2021), o fim da instituição ocorreu por carência de planejamento financeiro de várias gestões e a falta de apoio dos próprios bibliotecários. Infelizmente a falta de apoio dentro da própria categoria não é algo recente e impacta diversas iniciativas que poderiam gerar bons

frutos para todos. Entendemos que uma das causas do encerramento das atividades da APB foi que, o número de associados e pagantes da anuidade não comportou as necessidades trabalhistas e burocráticas da associação. E mesmo com a constante reclamação de que há pouco envolvimento da categoria até a atualidade, há de se valorizar o trajeto já caminhado e as oportunidades criadas pelo movimento associativo. Job e Oliveira (2006, p. 269) afirmam que:

As entidades representativas da categoria nas áreas de fiscalização e regulamentação profissional, as escolas de biblioteconomia, as associações e sindicatos não existem em vão. Foram criados a partir de uma demanda dos próprios bibliotecários, que delas fazem parte, estudando, decidindo e interagindo.

As associações procuram ocupar espaços e trabalhar em conjunto em prol da categoria como um todo. Para melhor visualização das associações em atividade, segue uma tabela sistematizada:

Quadro 6: Lista das Associações relacionadas a área em atividade:

ASSOCIAÇÕES EM ATIVIDADE
Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação — Abecin
Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciência da Informação — ANCIB
Associação Alagoana dos Profissionais em Biblioteconomia – AAPB
Associação de Bibliotecários e Documentalistas do Estado da Bahia – ABDEB
Associação dos Bibliotecários do Ceará – ABCE
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal – ABDF
Associação dos Bibliotecários de Goiás – ABG
Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul – APBMS
Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais – ABMG
Associação Paraense de Bibliotecários – ASPABI
Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba – APBPB
Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco – APBPE
Associação de Bibliotecários do Estado do Piauí – ABEPI

Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro (REDARTE/RJ)
Associação Profissional de Bibliotecários do Rio Grande do Norte – APBERN
Associação Rio-Grandense de Bibliotecários – ARB
Associação Catarinense de Bibliotecários – ACB
Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe – APBDSE

Fonte: Site FEBAB (2020)

Percebe-se que nem todos os Estados da Federação possuem uma associação em sua jurisdição, sendo as duas nacionais da lista: Abecin e ANCIB relacionadas à grande área de Ciência da Informação. Esses dados fortalecem e confirmam a importância da FEBAB como núcleo central da categoria no espaço nacional e do CBBB como evento que possibilita trocas e discussões.

2.2 SINDICATOS

Sobre a trajetória do Movimento Sindical na Biblioteconomia, Moraes, Silva e Silva Neto (2009, p. 57) consideram que:

O início da organização sindical bibliotecária no Brasil dá-se quase concomitantemente com a entrada do neoliberalismo no cenário político, fato que promove a adequação do bibliotecário aos padrões ideológicos neoliberais, confirmando a visão de uma Biblioteconomia reprodutora da ideologia dominante, dos valores daqueles que detêm o poder. É preciso oferecer, contudo, novas marcas para a Biblioteconomia, como ações de cunho coletivo, desenvolvimento de projetos que satisfaçam as necessidades da sociedade e tornem essa área do conhecimento e da formação profissional mais reconhecida e legitimada perante as demandas contemporâneas.

Sobre a trajetória histórica, temos em Spudeit e Führ (2011) que, em meados de 1970, foi criado o primeiro sindicato de bibliotecários no Brasil, localizado no estado da Bahia. O sindicato surgiu a partir da mobilização de Antônio Gabriel, então presidente da FEBAB, que viajou pelo Brasil para criar associações profissionais. Esse sindicato não está mais em funcionamento.

O Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo nasceu em 1985, quando um grupo de bibliotecários que na época dirigia a Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo encaminhou ao Ministério do Trabalho proposta para transformação da

Associação, que fora criada em 1977, em Sindicato. A assinatura da Carta Sindical se deu em 22 de agosto de 1985. (SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020)

O Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro teve sua origem na APB-RJ, cuja transformação, foi aprovada por unanimidade, pelos presentes à Assembleia de 15/08/1989. (SINDICATO DOS BIBLIOTECÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020)

O papel do sindicato é:

- Coordenar, defender e representar legalmente a categoria nas esferas públicas e privadas e perante autoridades e poderes;
- Orientar, arbitrar e fiscalizar relações trabalhistas, o cumprimento da CLT, das normas de segurança do trabalho e de atuação funcional, de pisos salariais, convenções e acordos;
- Oferecer assistência profissional e judiciária aos associados;
- Substituir processualmente em juízo o associado, em defesa de direitos relacionados ao cargo, função ou condição de trabalho. (CREF3/SC, 2017)

De acordo com o boletim do SINDIBIES disponível em seu site, existe desde 2015 uma movimentação em torno da criação de um Sindicato Nacional que abranja não apenas a Biblioteconomia, mas áreas afins também, que se intitula: SINDICATO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO (Bibliotecários, Documentalistas, Cientistas da Informação, Historiadores, Museólogos, Arquivistas, Auxiliares/Atendentes de Biblioteca e de Centros de Documentação) - *SINAInfo* e terá atuação em todo o País, com exceção dos Estados onde haja sindicatos representativos. (SINDIBIES, 2020).

Apesar da movimentação por um sindicato atuante em âmbito nacional, poucas atitudes se concretizaram de fato, devido à mudança legislativa dos últimos anos, com a reforma trabalhista de 2017 e a não obrigatoriedade de pagamento do imposto sindical a partir de sua aprovação. A contribuição sindical era paga pelo trabalhador uma vez por ano e correspondia à remuneração de um dia normal de trabalho (1/30 da remuneração mensal), sem inclusão de horas extras. Essa contribuição, criada na década de 40 para fortalecer o

movimento sindical, era descontada pelos empregadores na folha de pagamento dos empregados, no mês de março de cada ano. (Adaptado de Agência Senado, 2015).

A Reforma Trabalhista de 2017 atualizou diversas legislações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e como grande mudança alterou o desconto de contribuição do sindicato, que antes era automático, à autorização prévia e expressa dos trabalhadores. Ou seja, com a nova lei trabalhista o sindicato não arrecada o imposto de maneira compulsiva e impreterível. Tal mudança ainda gera impacto na categoria e suas consequências ainda precisam ser analisadas com mais atenção.

Quadro 7: Sindicados relacionados a área de Biblioteconomia

SINDICATO	ATIVIDADES
Sindicato dos Bibliotecários do Alagoas - SINBIBLIO-AL	Criação: 2016 – Em atividade até hoje
Sindicato dos Bibliotecários do Paraná – SINDIB-PR	Criação: 1991 – Em atividade até hoje
Sindicato dos Bibliotecários do Rio de Janeiro – SINDIB-RJ	Criação: 1989 – Em atividade até hoje
Sindicato dos Bibliotecários do Estado de São Paulo – SINDIBIES	Criação: 1985 – Em atividade até hoje
Sindicato da Bahia	Criação: Meados de 1970 / Encerramento: 1994

Fonte: Elaboração própria de acordo com os respectivos sites (2020)

Observa-se que, assim como nas associações, não é igualitária a distribuição dos sindicatos relacionados à área de Biblioteconomia no Brasil, tendo o Sudeste 2 dos 4 em atividade, sendo os outros distribuídos respectivamente 1 na região Sul e outro na região Nordeste. As regiões Centro-Oeste e Norte do país não contam com nenhum apoio jurídico para os profissionais, o que acaba se refletindo na demanda de vagas de emprego e valores pagos. Segundo levantamento do site Salario.com.br junto a dados salariais oficiais do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web, o Estado com maior média salarial para bibliotecários, baseado nos dados de 2020, é São Paulo (4.499,82), seguido do Rio de Janeiro (3.989,32) e Brasília (3.734,92). Sendo as piores médias do Rio Grande do Norte (1.434,88), Piauí (1.554,14) e Paraíba (1.681,31). Realidade que acaba refletindo as desigualdades de oportunidades e a falta de um piso nacional à área.

Sendo o Sindicato o órgão responsável pelas discussões salariais e conseqüentemente integração e valorização do bibliotecário no âmbito regional, considera-se que é importante

que se tenham cada vez mais discussões acadêmico-científicas sobre esse papel e seus desafios.

2.3 CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

A lei nº 4.084 de 1962 dispõe sobre a profissão do bibliotecário e regula o seu exercício. Também cria o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) que se atrelam em um único sistema nacional. O objetivo do Sistema CFB/CRB é atuar em prol da sociedade brasileira por meio da sua principal missão: fiscalizar o exercício profissional do bibliotecário, cuja operacionalização é feita pelos Conselhos Regionais. Foca seus esforços em diversas frentes, entre elas destaca-se o acompanhamento para aprovação de Leis que privilegiem a cultura, a educação e a visão de bibliotecas como equipamentos culturais. Para o Sistema CFB/CRB um país aparelhado com bibliotecas contribuirá na formação de cidadãos esclarecidos, críticos e participativos, condição *sine qua non* para o progresso de uma nação. (CFB, 2020)

Quadro 8: Listagem dos CRBs

CONSELHOS REGIONAIS DE BIBLIOTECONOMIA	
CRB1	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
CRB2	Pará, Amapá e Tocantins
CRB3	Ceará e Piauí
CRB4	Pernambuco e Alagoas
CRB5	Bahia e Sergipe
CRB6	Minas Gerais e Espírito Santo
CRB7	Rio de Janeiro
CRB8	São Paulo
CRB9	Paraná
CRB10	Rio Grande do Sul

CRB11	Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima
CRB13	Maranhão
CRB14	Santa Catarina
CRB15	Paraíba e Rio Grande do Norte

Fonte: Site do CFB (2020)

Igualmente como sindicatos e associações, não é igualitária a distribuição das sedes dos Conselhos. Alguns chegam a congregar 4 Estados de uma vez, porém o Conselho Federal atua em âmbito nacional, o que facilita de certa forma que todo bibliotecário brasileiro tenha esse aval legal e jurídico como auxílio direto ou indireto.

É relevante lembrarmos que a criação do CFB (1962) acontece depois da criação da FEBAB (1959), e de acordo com os documentos relacionados ao CBBB (que analisaremos no capítulo 4), a legislação que oficializa o conselho foi tema e uma das lutas diretas debatidas nas primeiras edições do congresso. Após a regulamentação da profissão, as funções que estavam concentradas apenas na FEBAB foram desmembradas entre o CFB e os CRB, ficando a Federação com o papel de divulgação da área junto com as capacitações e o Conselho com o papel fiscalizador.

Nesta sessão analisamos as entidades, seus papéis e as trajetórias históricas, solidificando a base de análise do projeto. São indissociáveis a trajetória e a construção da memória da Biblioteconomia com seus órgãos de classe e entidades. E como essas instituições, conquistas e desafios se relacionam com a memória social da Biblioteconomia será abordado no capítulo a seguir.

3 MEMÓRIA BIBLIOTECÁRIA: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO

Abordamos no capítulo anterior a trajetória do movimento associativo na Biblioteconomia, perpassando pela IFLA e chegando a FEBAB em âmbito nacional, igualmente colocando luz sobre outras instituições importantes para a área. Neste capítulo, passaremos a conhecer a base teórica sobre memória social que orienta o trabalho. O objetivo é estabelecer conexões entre a trajetória da Biblioteconomia no Brasil com o objeto de pesquisa: O CBBD e suas discussões.

Segundo Gondar (2005), a concepção de memória social acaba sempre implicando na escolha entre o que deve ser conservado e o que deve ser interrogado, de modo que o ato de recordar acaba colocando em jogo, em alguma medida, o que se pretende projetar para o futuro. Quando desenhamos um mundo possível, a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar, estamos construindo um conceito de memória, que é produzido no tempo presente, exercendo uma inclinação na maneira de pensar no passado em função do futuro que se deseja construir.

Em outra publicação, Gondar (2008, p. 1) ressalta que a memória social como "produto do entrecruzamento de diversas disciplinas, não constitui um território unívoco, mas um território polissêmico", fazendo com que a pergunta "*O que é memória social?*" já não receba mais uma única resposta, posto que a memória comporta variados sentidos, de acordo com a disciplina ou o pensador que dela se ocupe, com uma polissemia que também é observada em noções correlatas, provocando concepções de memória individual e coletiva que apresentam variações em diferentes saberes. Compreende-se neste trabalho que estudar o CBBD e conseqüentemente a memória dos bibliotecários no Brasil, pauta-se no viés da Memória Social como base epistemológica.

Quando nos eventos é sinalizada, pelas temáticas e discursos, a necessidade de um fortalecimento das entidades da área, a criação de certos mecanismos, como associações, aponta para uma produção de sentidos envolvida pré-existente. O modelo de organização profissional é pré-posto à estruturação das carreiras no país. O fato de os representantes e convidados da FEBAB enunciarem suas opiniões e visões da profissão, defendendo seus princípios e incentivando certos tipos de postura e comportamento, ilustra que há um contexto incentivando o sentimento de união como, por exemplo, quando Laura Russo, no 7º

congresso em 1973, expõe suas opiniões sobre as possíveis nomenclaturas relativas à atividade bibliotecária. Ela reforça a necessidade de termos um único nome para a profissão, esse sentido de unidade.

Os “lugares de memória” (NORA,1993) contribuem para a construção da memória social, fornecendo informações e conhecimentos para o ato de rememorar, o que pode envolver diferentes grupos sociais e, no caso desta pesquisa, o universo simbólico e institucional dos bibliotecários.

Quando, a partir do olhar da contemporaneidade, analisamos os discursos e temáticas envolvidos nas primeiras edições do CBBB, bem como o momento histórico, político e social em que ele está inserido, sendo o próprio analista do discurso marcado pela história, pela ideologia e pelo inconsciente.

Neste ponto iremos destacar a trajetória da bibliotecária Laura Russo que teve grande papel na história da profissão no Brasil. Ela redigiu com o auxílio de Maria Helena Brandão o documento que viria a ser transformado em projeto de lei e, posteriormente na Lei 4.084/62, dispendo sobre a profissão de bibliotecário e regulamentando seu exercício. Em 1959 ela também foi uma das idealizadoras, ao lado de Rodolfo Rocha Júnior, do II Congresso de Biblioteconomia e Documentação em Salvador da FEBAB, sendo sua primeira presidente (de 1961 até 1975). Laura igualmente participou da criação dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, e foi a primeira presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia (de 1966 até 1968). Também editou o Boletim Informativo FEBAB entre 1961 e 1970, e a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação de 1973 a 1977. E por fim, Laura elaborou a primeira versão do Código de Ética Profissional do Bibliotecário em 1961. Em 1963, o Código de Ética Profissional foi aprovado no IV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, já sob a responsabilidade da FEBAB pela organização. Em 1966, o Código de Ética passa a ter status de lei, sendo agora responsabilidade do CFB. Castro (2000, p.268) expôs em sua obra que “Laura Russo, mulher de personalidade forte e determinada, assumiu para si a tarefa que seria de toda uma categoria: regulamentar a profissão”.

Com tantas ações em prol da categoria, suas opiniões mostram-se muito importantes para esta pesquisa. Os discursos e entrevistas proferidos por Laura Russo abordam não apenas a realidade daquele momento histórico, mas também uma visão privilegiada das primeiras

edições do CBBB, e de como a categoria estava se posicionando perante diversas demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Grupos lembram e disputam visões sobre o acontecido. Grupos lembram e esquecem por meio da linguagem, construindo uma versão do passado, uma narrativa de trajetória construindo fundamentos de uma identidade. Estudar a criação dos cursos, depreender as demandas de cada período, identificar as personalidades envolvidas colaboram na construção dessa memória e é esta a nossa proposta da pesquisa. Nesse contexto a criação de novas graduações na área de acordo com Souza (2009):

Globalmente, essa movimentação em torno da educação formal em graus cada vez mais elevados refletia os demais movimentos existentes na sociedade e também a pressão que a progressiva industrialização e racionalização da produção estabelecia no sentido de a sociedade fornecer quadros técnicos suficientes para compreender aspectos da negociação e utilização de tecnologias importadas. (SOUZA, 2009, p.63)

Nesse panorama de crescimento na década de 50 ocorreu o primeiro CBBB em 1954:

Pelo que o CBBB representou ao longo dos anos, quanto aos temas já tratados, sua itinerância no território nacional, seus altos e baixos e por certamente espelhar a ideologia ou ideário do bibliotecário brasileiro, a partir da década de 50, poderia ser tratado como um evento marcante para a Biblioteconomia no Brasil. Entretanto, pode-se também vê-lo como o marco de um momento em que a política, a economia e a sociedade brasileiras estavam em ebulição social e econômica. (SOUZA, 2009, p.68).

Laura Russo, em entrevista de 1984 (Anexo N), relata a importância do evento de 1954 para a área e dá destaque aos temas principais: A situação atual da biblioteconomia no país; a criação de um currículo mínimo; os 8 cursos existentes no país na época e as 6 associações que já sinalizavam a necessidade de uma associação maior que as congregasse. Ela afirma que o 1º evento terminou com o desejo coletivo dos presentes, de que o congresso fosse realizado a cada 2 anos, porém isso não se concretizou. Em 1957 Laura teve a oportunidade de ir à 24ª Sessão anual da IFLA em Madrid, e a partir daí, junto a outros colegas, o desejo de concretizar a formação de uma associação que congregasse todas as associações brasileiras de biblioteconomia começou a ganhar forma.

Outro ponto marcante dessa época foi o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho (Portaria nº162, de 07/10/1958) da profissão de bibliotecário no 19º Grupo do plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), dando um status novo para a

carreira. De acordo com a entrevista de Laura esse momento foi essencial para a área, pois era exigido esse reconhecimento para a regulamentação profissional, demanda que já se encontrava na Câmara Federal. Em 1959 na 2º edição do CBBB é efetivada a criação da FEBAB com objetivos e ambições importantes como a autorização do MEC de um currículo mínimo para os cursos em nível universitário e posterior registro de todos os diplomas já expedidos pelos cursos de Biblioteconomia. Entre julho de 1959 e janeiro de 1961 ocorre uma campanha política da FEBAB em busca de apoio de deputados e senadores influentes que pudessem apoiar a busca pela regulamentação. Em 1961 ocorre a 3º edição do CBBB em que é empossada a primeira diretoria da FEBAB.

Aragão (1961, p.9) afirma que grande parte do mérito da aprovação da Lei 4084/62 que regulamenta a profissão é da FEBAB, por ser a instituição agregadora de todas as associações e esses elementos impulsionaram direta ou indiretamente o reconhecimento da profissão. No mesmo ano foi publicada a Resolução nº 3.261, do Conselho Federal de Educação, estabelecendo o currículo mínimo para o curso de Biblioteconomia, fixando a duração do curso em 3 anos. Uma comissão específica foi nomeada pelo Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, em Portaria nº 20, de 15 de janeiro de 1959, para estudar a matéria (RUSSO, 1966). Tal conquista foi bastante questionada por alguns, pois a construção desses currículos não contou apenas com a participação de bibliotecários e como consequência muitos profissionais da área não se sentiram contemplados pela versão final apresentada. Algumas reclamações sobre o currículo foram citadas por Russo (1966, p.19):

Muitas escolas não estão satisfeitas com o currículo mínimo, por acharem excessivo o número de matérias culturais em um plano de estudo, destinado à formação de técnicos. Cremos, entretanto, um pouco exagerada essa afirmação, uma vez que, durante anos, alguns bibliotecários e pessoas interessadas nessa ciência, criticaram o regime reinante de formar, segundo dizem, “fazedores de fichinhas”. No estudo apresentado ao Conselho Federal de Educação, a comissão enfatizou a necessidade de melhor formação cultural do bibliotecário.

Observamos, pelo discurso de Russo, que havia dissidências sobre o currículo mínimo, talvez com um excesso de corporativismo nesse olhar que exclui outros profissionais dessa construção coletiva. Sobre a introdução das chamadas disciplinas culturais no currículo mínimo de acordo com Lemos (1971, p.15) seria a oportunidade de uma formação profissional diferente da “visão extremamente tecnicista e imediatista do trabalho bibliotecário como lhe era ensinado”. Tal corrente de pensamento, de apoio a uma base de formação mais humanística na área, de acordo com registros encontrados, contava com

apoiadores e foi tema de debates no CBBB. Como por exemplo, Macedo (1963), em trabalho apresentado no 4º congresso, defende que:

Na época atual o nosso país sofre grandes transformações sociais e cresce assustadoramente, reclamando reformas de toda sorte. Se a vida muda, o currículo deve, conseqüentemente, mudar. Precisa este adaptar-se aos novos interesses dos alunos em face da sua realidade social.

Quadro 9: Comparação entre os currículos

Currículo proposto pela “Comissão de especialistas em Biblioteconomia”	Currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação
<ol style="list-style-type: none"> 1. Bibliografia 2. Catalogação 3. Classificação 4. Documentação 5. História da arte 6. História da ciência e da tecnologia 7. História da literatura 8. História do livro e das bibliotecas 9. Introdução à filosofia 10. Introdução às ciências sociais 11. Organização e administração das bibliotecas e serviços de documentação 12. Referência 	<ol style="list-style-type: none"> 1. História do livro e das bibliotecas 2. História da literatura 3. História da arte 4. Introdução aos estudos históricos e sociais 5. Evolução do pensamento filosófico e científico 6. Organização e administração de bibliotecas 7. Catalogação e classificação 8. Bibliografia e referência 9. Documentação

Fonte: Macedo, 1963

Ainda de acordo com a autora, uma das críticas da FEBAB a esse primeiro currículo aprovado pelo Conselho, dando voz a outra formação discursiva, foi que ele estava mais voltado às necessidades da Biblioteca Nacional do que com as do resto do país, principalmente por conta das disciplinas específicas e com poucos especialistas. A FEBAB em memorial dirigido ao presidente do conselho federal de educação, em 12/02/1963, assinala, entre outros pontos, os seguintes:

- a) O currículo aprovado parece visar somente aos interesses da Biblioteca Nacional
- b) Falta no currículo a importantíssima cadeira de “seleção de livros”
- c) As disciplinas catalogação e classificação devem ser apresentadas separadamente, uma vez que constituem matérias autônomas a mais de 20 anos.

Tais formações discursivas defendendo ou sendo contra o CM construíram a base de evolução da formação profissional da área. Nas recomendações do 10º CBBD em 1979, essa pauta da revisão do currículo e formação se manteve em voga:

- 4.3 – Libertar os bibliotecários de esquemas preconcebidos de pensar a agir, sobretudo nos novos bibliotecários. Tal objetivo deve partir do próprio desenvolvimento dos Cursos de Biblioteconomia, e sustentado pela própria atuação dos profissionais;
- 4.4 – Solicitar que a ABEBD (Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação) conduza com firmeza seus propósitos da revisão do Currículo Mínimo de Biblioteconomia, assumindo um posicionamento compatível com as condições reais de ensino no Brasil, cabendo-lhe;
- Assessorar a organização de novos Cursos no Brasil, dentro de objetivos mais realistas;
 - Fornecer informações e subsídios para a retomada de um amplo debate nacional sobre formas de ensino e conteúdo programático das disciplinas;
 - Incentivar os Cursos e se empenharem na revisão dos seus Currículos, tentando um ajustamento entre a situação ideal e as próprias possibilidades de cada curso, adequando cada um à própria realidade e definindo sua atuação presente e futura;

Fonte: Repositório FEBAB 2021 (Anexo L)

O segundo currículo mínimo de Biblioteconomia foi aprovado em 1982, pelo Conselho Federal de Educação e já se apresenta com um maior e diversificado número de matérias em comparação ao primeiro.

Quadro 10: Currículo mínimo de 1982

Currículo Mínimo 1982
<ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação 2. Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo 3. História da Cultura 4. Lógica 5. Língua portuguesa e literatura da língua portuguesa 6. Língua estrangeira moderna 7. Métodos e técnicas de pesquisa 8. Informação aplicada à Biblioteconomia 9. Produção dos registros do conhecimento 10. Formação e desenvolvimento de coleções 11. Controle bibliográfico dos registros do conhecimento 12. Disseminação da informação 13. Administração de bibliotecas

Fonte: Muller (1988, p.75)

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, foram extintos os currículos mínimos sendo adotadas agora as Diretrizes Curriculares Nacionais, que têm como objetivo orientar a organização dos Currículos nas IES, mas sem

instituir obrigatoriedade de disciplinas. Em 2001 foram oficializadas as Diretrizes Curriculares estabelecidas para o curso de Biblioteconomia pelo MEC (Parecer CNE/CES n.492, de 3 de abril de 2001).

De acordo com Muller (1985), o fim da década de 1960 e o início da de 1970 foram marcados por instabilidade política e o panorama da área de Biblioteconomia era de crescimento e mudanças. Ao promover cursos avulsos e regulares de Biblioteconomia, o Instituto Nacional do livro também contribuiu para o desenvolvimento do ensino de Biblioteconomia no país (MUELLER, 1985, p.5). Temos outros pontos de destaque da década de 60 como em 1966 com a criação do Conselho Federal de Biblioteconomia e do código de ética da profissão. Destacamos que desde 1966, a FEBAB foi reconhecida como entidade filantrópica, sem fins lucrativos, pelo Decreto Federal nº59.593/66 (RUSSO, 2010, p.136). Interessante frisar que, nesse período, escolas e associações atuavam praticamente em conjunto, na medida em que os professores eram os mesmos que representavam os movimentos profissionais (CASTRO, 2000, p.209). Na atualidade apesar do crescimento da área, a realidade permanece similar, professores e escolas conectados aos objetivos do movimento associativo.

Em 1967, a criação da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação – ABEBD, atual Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação – ABECIN, aconteceu durante a 5ª edição do CBBB. De acordo com o site da instituição, em reuniões realizadas no dia 9 de janeiro de 1967 (com a presença de 27 professores brasileiros) e no dia seguinte, (com a presença de 40 professores brasileiros) discutiu-se o Estatuto proposto para a nova Associação. De acordo com Souza (2006):

Em anos que imediatamente antecedem a constituição da ABEBD inicia-se a série de eventos intitulada Congresso Brasileiro de Biblioteconomia – CBBB, com a primeira edição sendo realizada em 1954. A segunda edição do CBBB deu-se em 1959 (já denominado Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação). Em 1961 foi realizada a terceira. O quarto CBBB deu-se em 1963 e o quinto CBBB ocorreu em 1965. Em todas essas edições desse evento os bibliotecários produziram recomendações visando dar adequação e concretude, pela via do ensino biblioteconômico, do que consideravam necessário em termos de forjar uma boa capacitação profissional. As recomendações finais tiradas em cada um desses eventos sobre o ensino de Biblioteconomia espelham com certo vigor que, por onze anos de acúmulo de sugestões e recomendações relativas ao ensino de Biblioteconomia, indicavam também a necessidade da criação de uma entidade que congregasse as escolas e cursos de Biblioteconomia, a partir de então.

Sampaio (1991) afirma que “A expansão de ensino superior se inicia nos anos 60 e se intensifica ao longo da década de 70”, e para a área de Biblioteconomia o saldo foi positivo pelo surgimento das primeiras revistas especializadas, dos primeiros cursos de mestrado e a ampliação dos cursos de graduação.

Quadro 11: Lista das revistas especializadas em biblioteconomia até 1979

1. Revista Ciência da Informação (IBICT, 1972)
2. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG (1972)
3. Revista de Biblioteconomia de Brasília (ABDF, 1973)
4. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (FEBAB, 1973)
5. BIBLOS – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História da FURG (1979)

Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria (2021)

Quadro 12: Cursos de pós-graduação stricto sensu criados até 1979:

1. Mestrado em Ciência da Informação do IBBD (1970)
2. Mestrado em Biblioteconomia da UFMG (1976)
3. Mestrado em Biblioteconomia da PUC – Campinas (1976)
4. Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da UnB (1978)
5. Mestrado em Biblioteconomia da UFPB (1978).

Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria (2021)

Quadro 13: Cursos de Graduação em Biblioteconomia em atividade até o ano de 1979

Escolas	Ano de criação
Biblioteca Nacional ¹	1911
Curso Elementar de Biblioteconomia do Mackenzie College (SP)	1929
Curso de Biblioteconomia da Prefeitura Municipal de São Paulo	1937
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP. Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação.	1938
Universidade Federal da Bahia – UFBA. Instituto de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia	1942
Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae (SP)	1944
Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas/ SP. Faculdade de Biblioteconomia.	1945
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Biblioteconomia	1947
Escola de Biblioteconomia Nossa Senhora de Sion (SP)	1948
Escola de Biblioteconomia da Prefeitura de Recife	1948
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Escola de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia	1950
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Centro de Artes e Comunicação. Curso de Biblioteconomia	1950
Curso de Biblioteconomia do Instituto Caetano de Campos (SP)	1951
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar - SP. Biblioteconomia e Ciência da Informação	1959
Pontifícia Universidade Católica – Paraná	1960
Universidade Santa Úrsula – USU - RJ. Instituto de Tecnologia da Informação e da Comunicação - Curso de Biblioteconomia	1960
Universidade de Brasília – UnB - DF. Faculdade de Ciência da	1962

¹O curso ministrado pela BN foi transferido para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A transferência do curso da BN originou-se da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg), criada pelo Decreto-Lei nº 773 de 20 de agosto de 1969, que reuniu estabelecimentos isolados de ensino superior, anteriormente vinculados aos Ministérios do Trabalho, do Comércio e da Indústria; da Saúde; e da Educação e Cultura.

Escolas	Ano de criação
Informação. Curso de Biblioteconomia / Arquivologia/Museologia	
Universidade Federal do Pará – UFPA. Faculdade de Biblioteconomia. Curso de Biblioteconomia	1963
Universidade Federal do Ceará – UFC - CE. Centro de Humanidades. Curso de Biblioteconomia	1964
Escola de Biblioteconomia e Documentação da Fundação Desembargador “Álvaro Clemente de Oliveira” (BA)	1965
Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Departamento de Biblioteconomia.	1966
Universidade de São Paulo – USP. Escola de Comunicação e Artes – ECA. Departamento de Biblioteconomia e Documentação.	1967
Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Centro de Ciências Sociais. Curso de Biblioteconomia	1969
Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Curso de Biblioteconomia	1969
Universidade Estadual de Londrina – UEL- PR. Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia	1972
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC - SC. Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED). Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação – DBI. Curso de Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação	1973
Centro Universitário de Formiga – UNIFOR - MG. Escola de Biblioteconomia– ESBI. Curso de Biblioteconomia	1974
Universidade Federal Fluminense – UFF - RJ. Instituto de Arte e Comunicação Social. Departamento de Documentação. Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia Criação: 1974 (data de reconhecimento do curso pelo Decreto 74145).	1974
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Ciência da Informação Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia	1974
Faculdades Integradas Teresa D'Ávila - FATEA/Lorena – SP Curso de Biblioteconomia	1975
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia	1976

Escolas	Ano de criação
Universidade Estadual Paulista – UNESP. Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC). Departamento de Ciência da Informação (DCI). Curso de Biblioteconomia / Curso de Arquivologia	1977
Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Departamento de Biblioteconomia e História. Curso de Biblioteconomia	1978
Faculdades Integradas Coração de Jesus – FAINC - SP. Faculdade de Biblioteconomia	1979

Fonte: Adaptado de Almeida (2012)

Diante desse panorama das décadas de 50/60/70, busca-se colocar em realce as temáticas discutidas naquele período e que permanecem atualmente como pauta da área e ainda reverberam na atuação dos bibliotecários. Essa lista acima evidencia a expansão e o crescimento dos cursos de Biblioteconomia no país. Nesse sentido, há uma potência na força institucional e o desenvolvimento das ações das entidades que buscavam mais espaço na sociedade para o crescimento e valorização da área. Sobre a importância do CBBD nesse período, Muller (1985) afirmou que: “Tornaram-se importante veículo de comunicação profissional, especialmente na década de 1960 e início de 1970, antes da aparição das principais revistas profissionais”.

Não é possível ignorar que o período histórico analisado (1954-1979) e suas particularidades impactam a construção da área e seus pilares políticos. Nas tradições do Estado brasileiro, uma profissão que possui lei regulamentadora possui vantagens profissionais significativas e a Biblioteconomia é até hoje uma das 68 profissões regulamentadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil. Este número equivale a apenas 2,8% do total de ocupações catalogadas no país (2.422) de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO. Uma das consequências, é que os órgãos públicos como bibliotecas, arquivos, casas legislativas, museus, tribunais só podem abrir concurso para determinada área profissional se existir regulamentação para ela. Muitas vagas de bibliotecário no país, até hoje derivam dessa determinação.

Peralta (2007) aponta que a construção da memória de um determinado evento social não deve ser encarada como algo meramente determinado por uma constelação de poderes que emanam uma versão monolítica do passado, sendo certo que a construção social do

passado encerra sempre as relações de poder e de dominação, levando em conta a pluralidade de atores e de forças que contribuem para essa construção.

Ao longo do capítulo foram destacados fatos históricos, institucionais e registros sobre a memória da Biblioteconomia no Brasil, em especial nas décadas de 50/60/70. Entendendo que a memória é construída no presente a respeito de algo que aconteceu no passado, olhamos os indícios disponíveis sobre a trajetória da área e a construção da agenda atual.

Na próxima sessão abordaremos a concepção teórico-metodológica a ser utilizada para análise do objeto desta dissertação.

4 A AGENDA DO FUTURO E AS DEMANDAS DO PASSADO: O CBBB SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO DE VERTENTE FRANCESA

Este capítulo objetiva refletir sobre as discussões propagadas dentro das edições do evento (1954-1979) e as possíveis consequências na construção da agenda bibliotecária atual ilustrada pela 28ª edição do congresso em 2019. Igualmente iremos apresentar o embasamento teórico da pesquisa fundamentado na Análise do Discurso em sua vertente francesa (AD).

Michel Pêcheux é um autor que, mesmo tendo mergulhado nos estudos em linguística, não abandonou suas origens filosóficas e focou no discurso como objeto de estudo. Diferentemente da análise de conteúdo, a análise do discurso considera que a linguagem não é transparente.

Esse arcabouço teórico-metodológico foi concebido, inicialmente, para trabalhar com uma massa importante de dados, para dar suporte em análises das ciências sociais, e a linguística serviria de apoio para a reflexão sobre grande conjunto de dados coletados em questionários, entrevistas, etc. Orlandi (2009, p. 16) entende que esse arcabouço teórico acaba “refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” e visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (p. 26). Mostra que cada análise em AD é singular, por mobilizar diferentes conceitos/categorias de análise, o que provoca profundos efeitos no resultado.

Dessa forma, no intuito de construir a memória do campo profissional da Biblioteconomia decidi analisar o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia (CBBB) e suas discussões, considerando que esse evento nacional é o mais antigo e ainda importante por reunir pesquisas da área, discutir a prática profissional e unir demandas especializadas. Em 25 anos (1954-1979), o CBBB realizou 10 edições, as 5 primeiras com espaços de tempo entre 2 e 4 anos e as demais, padronizadas de 2 em 2 anos, fato que, de acordo com a entrevista de Laura Russo (Anexo N)), já era um desejo desde a primeira edição em 1954. Ocorrendo nas cinco regiões do país, as edições foram realizadas no Sul (3 edições), Nordeste (3 edições), Sudeste (2 edições), Norte (1 edição) e Centro-Oeste (1 edição).

Podemos chegar ao entendimento de que, para produzir ou compreender um texto, temos que levar em conta as suas condições de produção pela AD. Quais crenças e valores os interlocutores carregam, que aspectos sociais, históricos, políticos, e que relações de poder determinam essa produção. Utilizando a noção de interdiscurso, que Pêcheux (1997) define como memória discursiva, um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer. Para compreender um texto é necessário, além do conhecimento da língua, que vai materializar os conteúdos também conhecer e compreender as condições de sua produção, de modo a ser possível compreender a que formação ideológica (FI) esse enunciado está alinhado e em que formações discursivas se insere. A formação discursiva pode ser definida quando

se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2012. P.47)

Já a formação ideológica pode ser exemplificada como um conjunto de representações que:

[...] em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe: os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem. (PÊCHEUX, 1997, P.146)

Utilizando a definição de ideologia de Orlandi (2004, p.48):

ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique.

Segundo Orlandi (1994), na Análise do discurso: “*a ideologia não é ‘x’ mas o processo de produzir ‘x’*”. Temos assim que a posição ideológica do sujeito - não consciente - determina os sentidos desse discurso. “[...] não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados.” (ORLANDI, 2005, p.47).

Tratando-se de instituições que representam uma categoria específica de profissionais, seus discursos e enunciados têm ainda um peso maior. Como uma onda que chega aos poucos, uma manifestação vinda seja do Conselho Federal de Biblioteconomia, ou da FEBAB, reverbera entre os profissionais da área, visto que:

as formações ideológicas comportam necessariamente, como um dos seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX e FUCHS, 1993. P.166-167).

Para a AD, ideologia é interpretação de sentidos em um determinado caminho, induzida pela relação da história com a língua. A ideologia constrói a “naturalização dos sentidos” que historicamente determinados entendemos como “óbvios”.

A perspectiva discursiva entende que os sujeitos estão sentenciados a interpretar os objetos simbólicos pois têm a necessidade de “dar” sentido de acordo com Orlandi (1996). O “o gesto de interpretação acontece porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, em sua relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível, é o lugar próprio da ideologia e é materializada pela história”, segundo Orlandi (2004, P.19). Tendo essa perspectiva, podemos inferir que essa interpretação também depende do arcabouço simbólico e ideológico de quem está interpretando. Não há neutralidade, sempre somos guiados por algum tipo de poder ou ideia anterior a nós, e que certamente nos atravessará e encontrará terreno fértil (ou não) em outro indivíduo.

Recuperando a questão que norteou a discussão desenvolvida nesta dissertação, “Quais aspectos dos discursos atuais sobre o campo biblioteconômico no Brasil já constituíam a agenda da área desde as primeiras edições do CBBB?” iremos, neste capítulo, a título de comparação, fazer uma análise sobre pontos temáticos existentes nas dez primeiras edições em comparação à edição de 2019, 40 anos depois da 10ª edição de 1979, porque esse evento pode nos dar um panorama sobre qual a agenda os bibliotecários estão construindo neste momento e compreender a construção da memória dessa área profissional. Todos os temas analisados e separados por edição encontram-se no anexo A.

A 28ª edição do CBBB, realizada em outubro de 2019 na cidade de Vitória – ES, teve como tema principal: “Desigualdade e Democracia: Qual o papel das Bibliotecas?”, e, segundo o relatório final, a justificativa do tema proposto pela FEBAB é:

[O entendimento] que nossa responsabilidade como bibliotecários, reafirmada em nosso juramento nos compromete a defender a democracia, a liberdade de expressão e a inclusão de todos e para isso temos que ter consciência de nosso importante papel de colaboração na sociedade atuando com ética, compromisso e coragem. (FEBAB, 2019)

Durante os quatro dias de evento diversas atividades como conferências, mesas redondas, pôsteres, videografias e palestras discutiram as pautas levantadas. Além disso, foram comemorados os 60 anos de existência da FEBAB e 65 anos do CBBB. Em destaque um trecho do discurso de abertura do evento que destaca o direcionamento das discussões:

“E nós da FEBAB entendemos que as bibliotecas são espaços democráticos, transformadores e que o bibliotecário é o agente mobilizador capaz de promover transformações.

Defendemos que as bibliotecas são essenciais para a sociedade. Bibliotecas transformam vidas, porque estamos falando de pessoas, e para elas são pensadas as coleções, não o contrário. Assim, a biblioteca é parte da sociedade e não deve estar dissociada dos anseios, das necessidades, dos problemas sociais, econômicos e políticos.”

(Adriana Ferrari, Presidente da FEBAB no discurso de abertura da 28ª edição em 2019)

A partir desse ponto iremos dar luz a alguns discursos ocorridos nos primeiros congressos assim como suas recomendações. Cada um dos dez eventos foi analisado separadamente de acordo com os materiais coletados no repositório FEBAB. Consideramos importante para a pesquisa contextualizá-los historicamente e dar destaques às dimensões mais relevantes.

1º. CBBB - 1954

O primeiro CBBB aconteceu em Recife, no período de 18 a 25 de julho de 1954, como promoção da Prefeitura Municipal do Recife. Diversas conquistas para a categoria começaram a ser construídas nessa mesma década de 1950, o que refletiu nos debates levantados durante o congresso. “Existiam duas grandes preocupações na época: a expansão dos cursos e a luta dos bibliotecários para firmarem-se como classe de nível superior” (MUELLER, 1985, p. 5)

Fonseca (1957) afirma que "o Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia teve o mérito principal de, reunindo bibliotecários de vários pontos do território nacional, iniciar uma fase de colaboração entre eles, até então muito dispersos". Conforme analisamos no capítulo 3, nesse período começa a crescer o número de cursos de graduação pelo país, e o número de profissionais se expande. Essa consolidação é auxiliada pela criação do Instituto

Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD em 1954, pois “sistematizava políticas e institucionalizava a produção científica, a fim de fazê-la conhecida no âmbito interno, na medida em que até então havia tentativas isoladas de controle do que era produzido no e sobre o Brasil (...)” (CASTRO, 2000, p. 116.). De acordo com o próprio *site* do órgão, os anos 50 são marcados por uma reorganização das atividades de ciência e tecnologia no país. Registra-se a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ampliando o seu poder, transformando-o em fundação, ligando-o à Secretaria do Planejamento e à Presidência da República.

Igualmente marcante foi o surgimento das primeiras entidades de classe do país como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) em 1959, a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF), em 1962 e a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) em 1965.

2º. CBBB - 1959

O Segundo congresso, em 1959 na Universidade Federal da Bahia, foi o berço da criação da FEBAB, e de acordo com a proposta existia uma preocupação quanto ao *status* da profissão de bibliotecário na sociedade e sua validação oficial: “Não podem mais ficar os bibliotecários indiferentes a essa situação de inferioridade perante as outras profissões” (RUSSO, 1959)

Aceita a proposta, a FEBAB foi fundada em 26 de julho de 1959, tendo como principal objetivo defender e incentivar o desenvolvimento da profissão. Segundo Castro (2000, p.178), “sua criação tornava-se imperativa para a categoria, na medida em que, com o passar do tempo[...], os problemas da classe e das bibliotecas foram se aviltando dado o processo da técnica e da ciência”.

No ano anterior, em 1958 o Ministério do Trabalho e Previdência Social publicam a portaria nº162 incluindo a profissão de bibliotecário no 19º Grupo – Bibliotecários, do plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL). O estatuto da CNPL, em seu artigo 1º, parágrafo único, assim define o profissional liberal: “é aquele legalmente habilitado à prestação de serviços de natureza técnico-científica de cunho profissional com a liberdade de execução que lhe é assegurada pelos princípios normativos de sua profissão, independentemente de vínculo da prestação de serviço”. Tal passo é essencial à tão sonhada

regulamentação. Na figura 1 podemos ver a capa do jornal da FEBAB de agosto de 1989, comemorando 30 anos de existência da associação e exaltando as conquistas desse momento histórico em 1959.

Figura 1 – Jornal da FEBAB edição 1989

JORNAL DA FEBAB
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS
EDIÇÃO ESPECIAL – SÃO PAULO, AGOSTO DE 1989
FILIADA À IFLA

TRINTA ANOS DE EXISTÊNCIA

Capacitação do bibliotecário, defesa da classe e da Instituição Bibliotecária, sempre foram as metas perseguidas pelos Presidentes da FEBAB e suas diretorias.

No decorrer desses 30 anos, marcos importantes foram conquistados e, nada mais justo e próprio, que rendermos nossas homenagens com esta retrospectiva histórica.

Parabéns a todos!

Os Presidentes Antônio Gabriel, Esmeralda Aragão, Laura Russo, Elizabet Carvalho, May Brooking Negro e abaixo a atual Presidente Selma Chi Barreiro, gestão 1987 – 1989

1959: o Início da Estruturação e da Organização da Classe

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB, foi criada durante o II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – CBBB, realizado em Salvador, no dia 26 de julho de 1959, quando, em sessão plenária, foi aprovada, por unanimidade, a tese apresentada pelos bibliotecários, Laura Garcia Moreno Russo e Rodolpho Roche Junior, com a finalidade de criar um organismo que congregasse os bibliotecários brasileiros, através de suas Associações de classe.

A FEBAB teve fases distintas de desenvolvimento, cada uma delas marcada sensivelmente pela linha de ação de seu Presidente.

Durante o II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação foi constituída por Laura Russo, Maria Alice de Toledo Leite e Maria Helena Brandão, uma Secretaria Geral em São Paulo. Essa Secretaria Geral se incumbiu de estruturar a FEBAB e de acompanhar o projeto de Lei n. 4.770/58 que transitava na Câmara Federal, no Rio de Janeiro, desde 12.12.1958. Tratou de conseguir condições para que o MEC se dispusesse a nomear bibliotecários e professores, para estudarem um Currículo Mínimo para as dez Escolas então existentes. Pela Portaria n. 162, de 7.10.1958, o Ministério do Trabalho criou o 19º Grupo de Profissionais Liberais, compreendido no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL – o Bibliotecário. Esse foi o primeiro passo para o regulamento do profissional, cujos patronos foram os Deputados Federais, por São Paulo, Rogê Ferreira e Almino Afonso.

Em 1º.1.1960 foi lançado O FEBAB, boletim informativo que circulou até dezembro de 1972. Essa publicação é constituída de 26 volumes, com 78 fascículos. Em seu primeiro volume é encontrado o texto do projeto n. 4.770/58 [v. 1, 5/6, 60] que em 1962 foi transformado na Lei n. 4.084/62. Nesse mesmo número consta o texto do projeto de Estatuto da FEBAB, levado para consideração dos Presidentes das Associações, durante o III CBBB, em Curitiba. O FEBAB, boletim informativo é o mais completo histórico das lutas empreendidas pela Classe, indispensável a quem desejar saber com exatidão como a FEBAB com suas filiais contribuíram para o desenvolvimento da biblioteconomia em nosso País e por que não dizer, para o progresso e conceituação da Classe.

A primeira Diretoria e suas grandes conquistas 1961/1962

No dia 16.1.1961, durante o III CBBB, tomou posse a primeira Diretoria da FEBAB, assim constituída:

Presidente – Laura Russo
Vice-Presidente – Fernanda Leite Ribeiro
Secretaria Geral – Maria Helena Brandão
Primeira Secretária – Philomena Bocattelli
Segunda Secretária – Odette S. de Oliveira Penna
Primeira Tesoureira – Maria Alice de Toledo Leite
Segunda Tesoureira – Heloisa Medeiros
Bibliotecária – Cecília B. de Souza Reis

Nessa gestão, os objetivos da FEBAB foram os que estipulavam seus Estatutos, de maneira muito simples, mas muito rígida:

- congregar as Associações de Bibliotecários do País com o objetivo de defender a classe, nos terrenos técnicos, cultural, social e econômico;
- contribuir para a solução dos problemas atinentes à Classe, quer regionais, quer nacionais;
- prestar toda a assistência possível às Associações filiadas;
- servir como centro de documentação e informação das atividades biblioteconômicas do País, contribuindo, dessa maneira, para o aprimoramento cultural e técnico da classe e desenvolvimento das bibliotecas brasileiras.

Nesse período foi conseguida a Promulgação da Lei n. 4.084/62, o Currículo Mínimo, em Nível Universitário, regulamentações das carreiras de Bibliotecários, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das Universidades.

3º. CBBB - 1961

Sobre o Terceiro CBBB, pode-se dizer que ainda “A classe buscava com impaciência sua reafirmação social.” afirmava Laura Russo em discurso sobre o 3º Congresso em 1961 (Anexo C). Castro (2000, p.209) aponta que “[...] neste período, escolas e associações atuavam praticamente em conjunto, na medida que os professores eram os mesmos que representavam os movimentos profissionais.”

Em 1962, ano seguinte à 3º edição do congresso, ocorreu a promulgação da Lei nº4.084/62, que regulamentou o exercício da profissão de bibliotecário no Brasil e estabeleceu as prerrogativas aos portadores de diploma em nível superior na área. A partir dessa lei também é criado o Conselho Federal de Biblioteconomia e os Regionais. No mesmo ano foi publicada a Resolução nº 3.261, do Conselho Federal de Educação, estabelecendo o currículo mínimo para o curso de biblioteconomia, fixando a duração do curso em 3 anos. (CORTÊ, 2015, P. 28). Em seu artigo 6, a Lei 4.084/62 traz as seguintes atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia:

São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia: a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes: o ensino de Biblioteconomia; a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em vias de equiparação; administração e direção de bibliotecas; a organização e direção dos serviços de documentação; a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência

Uma das recomendações em destaque nesse evento é sobre o ensino: "As Escolas de Biblioteconomia tenham em mente que estão preparando elites técnicas e não "fornadas" de bibliotecários [...] Escolas de Biblioteconomia com currículos bem reestruturados que permitam aos bibliotecários já formados voltarem aos bancos escolares para se atualizarem nas técnicas da Documentação". (FERREIRA; TOLEDO; FERREIRA, 1979.)

O crescimento das escolas durante essas 3 décadas analisadas, sugere que essa ampliação de curso pelo Brasil foi em direção aos interesses da categoria: Ocupar mais espaços e buscar reconhecimento social. Tendo mais profissionais capacitados e potencial de crescimento na ocupação do mercado tradicional (bibliotecas) por meio da reserva de mercado proveniente da regulamentação, muitas oportunidades surgiram seja no ambiente

acadêmico, sejam vagas no serviço público e privado. Todos esses fatores mobilizaram as necessidades e discursos naquela época.

Sobre a recomendação ao fim do terceiro congresso sobre a criação de um grupo de trabalho em catalogação de acordo com (FERREIRA; TOLEDO; FERREIRA, 1979.) “Como os processos técnicos eram também uma preocupação constante e se acreditava no trabalho em grupo, recomendou-se desde logo a criação de uma Comissão Brasileira de Catalogação[...]”, temos que o Grupo de Trabalho em Catalogação da FEBAB foi criado em abril de 2020 a partir da necessidade de ampliar as discussões técnicas da área, bem como contribuir para a promoção de ações pontuais para os catalogadores brasileiros. Destacamos que esse projeto de praticamente 60 anos atrás está sendo atendida apenas na atualidade. Esse grupo tem por objetivos:

- Estabelecer redes entre diferentes agentes relacionados à catalogação
- Contribuir para a tradução de documentos técnicos da área;
- Desenvolver produtos e conteúdos que direcionem os profissionais brasileiros a uma catalogação uniforme.

Observamos assim um exemplo de como as demandas desse início embrionário da área ainda reverberam nas ações e discussões atuais.

4º. CBBDD - 1963

No quarto congresso (1963), Laura Russo desenhou a primeira versão do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, que foi aprovado durante o evento sob responsabilidade da FEBAB. Em 1966, o documento passa para o âmbito do CFB, assumindo daí o status de lei. A versão mais recente e em vigor do código foi atualizada pela Resolução CFB nº 207/2018.

Uma das recomendações dessa quarta edição, de acordo com (FERREIRA; TOLEDO; FERREIRA, 1979), é “a instalação de cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Documentação, visando ao contínuo aperfeiçoamento dos serviços bibliotecários.” A necessidade de programas de pós só começaria a ser resolvida na década de 70 conforme quadro 10 no capítulo 3.

5º. CBBDD - 1967

Em trabalho apresentado no 5º congresso (1967) e intitulado “A Febab e suas realizações”, Laura Russo levanta debates importantes após 8 anos da criação da entidade. Destacamos alguns tópicos:

“Os apáticos, os pessimistas e os derrotistas sempre existiram e existirão, porque é da natureza humana combater o que não conhece. Felizmente, são poucos e a eles nosso chamamento, para que se integrem no lugar que lhes é devido. Devem saber que nenhuma ação negativa, modificará programas, se eles tiverem a autenticidade de bem servir, não abalará consciências se forem bem formados, não destruirá ideias porque eles estão consolidados.

Urge, pois, dinamizar a atividade associativa e, por isso, é dever das associações e das escolas orientarem os novos bibliotecários para as ações que satisfaçam seus ideais, mas que sempre estejam em perfeita consonância com os de sua classe. Somente nas associações, poderão encontrar o clima favorável a realização de reuniões frequentes, que visam não só, o aprimoramento técnico, mas a união e cordialidade que tanto favorecem a realização de qualquer trabalho. Fazemos, por isso, veemente advertência ao mal do isolamento.”

Percebe-se pelo tom do texto que não havia unanimidade sobre a atuação da federação. Fato compreensível a se considerar o tamanho do país e o grande número de pessoas envolvidas com a Biblioteconomia. Esse reforço sobre a importância do movimento associativo e participação dos colegas é recorrente em diversos documentos e discursos recuperados.

Uma das recomendações recuperadas desse evento foi: “Protestos contra a USP pela separação do ensino da biblioteconomia e Documentação na estruturação da Escola de Comunicações e Artes; pedido às escolas de uniformização da Nomenclatura das disciplinas e da seriação curricular; incorporação das Escolas nas Universidades e muitas outras.” (FERREIRA; TOLEDO; FERREIRA, 1979.)

Sobre essa absorção dos cursos de Biblioteconomia isolados pelas universidades temos o exemplo simbólico do curso da Biblioteca Nacional. Essa transferência originou-se da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg), criada pelo Decreto-Lei nº 773 de 20 de agosto de 1969, que reuniu estabelecimentos isolados de ensino superior, anteriormente vinculados aos Ministérios do Trabalho, do Comércio e da Indústria; da Saúde; e da Educação e Cultura. Em 5 de junho de 1979, pela Lei nº 6.555, a FEFIERJ foi institucionalizada com o nome de Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). E, em 24 de

outubro de 2003, a Lei nº 10.750 alterou o nome da Universidade para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mas a sigla foi mantida. (UNIRIO, 2021)

Outra recomendação relevante do quinto congresso foi: “Bibliotecas nas penitenciárias - eis uma generosa ideia proposta, para ser introduzida no novo Código Penal.” (FERREIRA; TOLEDO; FERREIRA, 1979.)

A criação de Bibliotecas Prisionais é legitimada por meio da Lei de Execuções Penais (LEP – Lei Federal nº 7.210 de 11 de julho de 1984) que diz em seu art. 21, Capítulo V, que: “Cada estabelecimento penal deve ser dotado de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”. Porém apenas em 2017, a FEBAB deu voz e representatividade para as unidades de informação no cárcere, ao montar a primeira Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP) e no CBBD de 2019 incluiu em sua programação o “I Fórum Brasileiro das Bibliotecas Prisionais”. Tal conquista é simbólica sobre a atuação dos bibliotecários sob as demandas sociais das diferentes realidades do país e através desse resgate podemos entender que desde 1967 essa ideia já pairava sobre as demandas da área.

6º. CBBD - 1971

Sobre o 6º CBBD 1971 tivemos como tema central: “Biblioteca e desenvolvimento econômico-social”, seguindo a linha de temáticas reflexivas e que colocavam as bibliotecas como protagonistas sociais de mudanças. Os primeiros computadores pessoais começaram a fazer sua história a partir da década de 70 e já estavam sendo cogitados em atividades técnicas em todo lugar. Temos agora um trecho do discurso de Laura Russo sobre esse congresso:

“Os bibliotecários procuraram, avidamente, realizar reuniões especializadas, onde discutiram problemas comuns e acertaram providências para atividades futuras. Viu, assim, a FEBAB, naquela semana de intenso trabalho, concretizado um de seus objetivos: reunir os bibliotecários de cada área, para trabalhar pela homogeneidade de métodos e processos específicos. [...]

Integram a Federação seis Comissões Permanentes:

- Comissão Brasileira de Documentação Biomédica;
- Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica;
- Comissão Brasileira de Documentação Jurídica;
- Comissão Brasileira de Documentação Agrícola;
- Comissão Brasileira de Documentação de Bibliotecas Públicas;
- Comissão Brasileira de Documentação de Bibliotecas Escolares;

É com grande orgulho que ostentamos esse panorama de integração de nossa classe; enquanto em grandes e pequenos países os bibliotecários se dividem em associações especializadas, enfraquecendo o conjunto associativo, no Brasil, os Grupos de Trabalhos das Associações Estaduais se filiam às Comissões Nacionais da FEBAB. Abriu-se, dessa forma, um vasto campo de estudos biblioteconômicos, enquanto os Cursos de pós-graduação estão em compasso de espera. O êxito obtido por essas Comissões Nacionais nos leva a crer que estamos trilhando o caminho certo da especialização do bibliotecário. [...]"

Laura Russo em discurso sobre o 6º CBBD em 1971 (Anexo C)

Percebe-se no discurso de Laura Russo que é nesse momento do movimento associativo que são delineadas muitas das comissões e grupos de trabalho que perduram até a atualidade. Nesta ocasião estávamos às vésperas de iniciar os primeiros cursos de pós-graduação na área, os mestrados na década de 70 na década de 80, os primeiros cursos de doutorado.

Seguindo o entendimento de Mueller et al, (1996):

três características são indícios da maturidade de uma área do saber e marcam o seu grau de institucionalização e desenvolvimento: a existência de literatura científica e profissional; a existência de uma associação ou sociedade científica e a existência de cursos regulares para a formação de novos profissionais e de pesquisadores.

No início da década de 20 deste século XXI, a classe bibliotecária encontra-se de certa forma consolidada a nível nacional, contando com uma estrutura ampla de aparatos legais e institucionais que regulam a profissão. Trazendo essa retrospectiva do primeiro ao décimo evento, podemos inferir que as temáticas debatidas nos primeiros congressos levantam temas pertinentes ao seu tempo histórico e suas demandas, sem esquecermos que “existem tantos pontos de vista quantas são as pessoas dispostas a lançá-los em um espaço que também é construído circunstancialmente” (DODEBEI, 2016, p.227). Esses olhares são diversos, pois demandas, necessidades e interesses também o são. Estando a atuação bibliotecária condicionada a esses pontos de vista, temos em um panorama para esse papel segundo (MORAES, LUCAS, 2012):

o bibliotecário deve estar imerso na realidade na qual ele se encontra como forma de, por meio da facilitação do acesso à informação, possibilitar que os sujeitos que buscam a informação emergem na realidade na qual se encontram como forma de transformar a realidade ao seu redor.

E cada instituição modela seu atendimento a esses usuários e as suas demandas de acordo com sua necessidade local.

O discurso que emana da entidade FEBAB à classe bibliotecária, pela escolha das temáticas do congresso de maior importância nacional, refletem apenas o contexto daquela instituição, não de cada uma das possíveis realidades do bibliotecário no Brasil. Segundo Orrico e Oliveira (2007):

Compreende-se que no contexto da Análise do Discurso noções como acontecimento, sujeito, ideologia, materialidade ocupam um lugar fundamental. Além disso, a concepção de discursividade e a utilização do aparato instrumental da linguística contribuem para uma focalização diferenciada das materialidades textuais com suas implicações ideológicas e políticas. As relações entre sujeitos do discurso e dos lugares diferenciados que eles ocupam na ordem do discurso, determinam, também, o foco dos estudos que tomam produções institucionalmente enquadradas.

As condições de produção, envolvem o sujeito e suas contradições, que se impõem nos esquecimentos e sua posição social, que depende da ideologia, de sua posição em relação ao modo de produção, de sua posição na esfera específica em que o discurso é praticado.

7º. CBBBD - 1973

Sobre o 7º CBBBD em 1973 observam-se discussões mais objetivas e técnicas, desviando um pouco das tendências progressistas e sociais dos congressos anteriores, tendo como tema central: As bibliotecas e os centros de documentação em função do sistema nacional de informação científica e tecnologia.

O discurso de Laura Russo em 1973 continua com o apelo pela participação dos bibliotecários na luta do movimento associativo e questionando a necessidade de troca de nomenclatura da função. Discussão que se prolonga até a atualidade, no século XXI, com a tentativa de troca da nomenclatura de alguns cursos de graduação de Biblioteconomia para “Ciência/ Gestão da Informação”. Por exemplo a Escola de Biblioteconomia da UFMG no ano 2000 se transformou em Escola de Ciência da informação, e a na USP o Departamento de Biblioteconomia e Documentação mudou de nome para Departamento de Informação e Cultura em 2015. Tais mudanças de nomenclatura não foram pontuais, refletindo disputas internas na área como um todo.

“[...] necessitamos fortalecer nossas entidades de classe, cujo elenco já é bastante numeroso, destacando-se no ensino 20 escolas; na fiscalização ao profissional um Conselho Federal e 10 Conselhos Regionais; na atividade associativa de aprimoramento e defesa profissionais, uma Federação e 15 Associações de Bibliotecários. Repetimos, Associações de Bibliotecários e não de documentaristas, de técnicos em informação, de informatas, de informólogos, de pesquisadores

legislativos, coordenadores de publicações e documentação, nem de técnicos em informática. Essa complicada e diversificada nomenclatura, para denominar a atividade profissional do bibliotecário, nos parece de um ridículo olímpico.

Respeitadas as devidas proporções que caso requer, podemos pensar:

Será que Calímaco, o primeiro bibliotecário que a história registra, se envergonhou algum dia de ser bibliotecário, quando poderia ter-se intitulado assessor de Ptolomeu I, com funções na Biblioteca de Alexandria? Cremos que não.

Será que os pacientes e dedicados bibliotecários dos Conventos da Idade Média, se hoje ressuscitassem, gostariam de ser chamados documentaristas? Não acreditamos

Eles não precisaram de artifícios para bem exercer a profissão e deixar como testemunho de sua atividade, através dos séculos e das fronteiras dos idiomas, as coleções preciosas que ajudaram a formar, para que servissem as gerações futuras.[...]"

Laura Russo em discurso de abertura do 7º CBBB em 1973 (Anexo C)

No fim desse discurso, Russo exalta os desafios inerentes à função do movimento associativo:

"[...]Apesar de todo esforço de conscientização, reconhecemos que há um longo caminho a percorrer, porque, em certos setores da educação e da cultura, o problema da falta de bibliotecas não está sequer equacionado, para solução a curto, médio e longo prazo [...]"

Laura Russo em discurso de abertura do 7º CBBB em 1973 (Anexo C)

E como presidente, exalta a visão que a FEBAB como entidade defendia naquele momento:

"[...]Ser bibliotecário, a nosso ver, é trabalhar com os olhos voltados para o futuro promissor das bibliotecas, dos arquivos documentários e de nossas entidades de classe. Eis o dever de quantos exercem essa honrosa profissão e habitam a terra abençoada e amável do Brasil."

Laura Russo em discurso de abertura do 7º CBBB em 1973 (Anexo C)

De forma clara, observa-se que Laura Russo foi uma bibliotecária essencial para a história da classe no Brasil. Suas opiniões e conduta guiaram movimentos importantes e que refletem na atuação profissional até os dias de hoje como, por exemplo, a regulamentação da profissão, o código de ética e a criação da FEBAB em si. Talvez poucos bibliotecários do século XXI tenham essa noção, mas chegamos a um questionamento sem pretensão de obter resposta: O quanto da visão de mundo de Laura Russo existe na biblioteconomia brasileira?

Destaques de recomendações do 7 congresso são: “A obrigatoriedade da catalogação na fonte e o emprego do ISBN.”

A trajetória da catalogação, o principal processo técnico dentro da atividade bibliotecária, tem como marco importante o estabelecimento do Serviço de intercâmbio de Catalogação (SIC), implementado por Lydia de Queiroz Sambaquy, na Biblioteca do Departamento Administrativo do serviço Público (DASP), em 1942. Na década de 60, o computador passou a ser utilizado em diversos serviços nas bibliotecas. Em 1970 Regina Carneiro, a primeira bibliotecária chefe no departamento de catalogação da Câmara Brasileira do Livro, destacou a importância da CIP – Cataloging in Publication. Ela atuou junto aos Editores e Livreiros brasileiros na defesa pela adoção da “Catalogação na Fonte” que é o processo de criação da ficha catalográfica, que resume o esforço intelectual do bibliotecário durante o processo de elaboração dessas fichas. Essas fichas também são conhecidas como catalogação na publicação. Seus esforços contribuíram para a uniformidade da catalogação em âmbito nacional, e assim melhorar o intercâmbio de informações bibliográficas no país.

Em 1976 a CIP - Cataloging in Publication - é estabelecida internacionalmente. Catalogação-na-publicação (antiga ficha catalográfica) é a descrição física e temática de uma obra, de acordo com normas internacionais (AACR2 – Anglo-American Cataloging Rules – 2.ed.). Em 2003, ano em que a CIP foi oficializada no Brasil com a publicação da Lei do Livro, nº10.753, de 30 de outubro. E a ficha catalográfica passa a ser obrigatória em todas as publicações, o que além de padronizar a catalogação do livro em âmbito nacional, facilita a busca de informações sobre o livro e o seu controle em bibliotecas e livrarias. (SANTOS, PEREIRA, 2014). Ações e demandas que atravessaram o tempo e servem sendo úteis na atualidade.

Sobre o emprego obrigatório do ISBN - International Standard Book Number (Número Internacional Padronizado) que consiste na atribuição de um número padrão, funcionando como um identificador único e persistente às publicações de diversos tipos (livros, catálogos de exposição, apostilas entre outros) lançadas no mundo todo. Criado como norma internacional em 1970 (Norma ISO 2108), a aplicação do número foi implantada no Brasil em 1978 por meio da Agência Brasileira do ISBN, a adoção do número passou a ser obrigatória a partir da Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003. Desde 2020, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) passou a ser a Agência Brasileira do ISBN. O ISBN não é

obrigatório, mas ele confere autoridade e credibilidade à obra, uma vez que ele a reconhece internacionalmente.

8º. CBBB - 1975

O 8º CBBB em 1975 volta-se para a relação da biblioteca com a educação, apresentando o tema central: A responsabilidade social das bibliotecas no plano setorial da educação. Outro ponto de destaque é o tema II: Os direitos autorais e a publicação oficial, que ilustra o acompanhamento das pautas nacionais já que dois anos antes, em 1973, houve a promulgação da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973 que regula os direitos autorais e dá outras providências.

O discurso de abertura desse evento foi proferido pelo bibliotecário Rubens Borba de Moraes e merece alguns destaques:

A primeira constatação que faço é óbvia: o número de bibliotecários formados cresceu. Atinge hoje milhares. Estamos bem longe dos poucos que tinham passado pela escolinha de São Paulo, fundada, sem ajuda de governo, em 1936. Temos hoje dezenas de escolas espalhadas pelos Estados. A profissão de bibliotecário é reconhecida, os cursos regulamentados. Temos leis e regulamentos, temos conselhos estaduais e federal!

Passamos de uma única Associação Paulista de Bibliotecários para tantas associações que existe uma Federação de Associações.

Infelizmente está acontecendo com os bibliotecários o que acontece sempre nos países em vias de desenvolvimento com todos os técnicos: estão concentrados nas grandes cidades.

Nada os arranca dali.

Se em alguns Estados são bem pagos, em outros ganham salários derrisórios.

Rubens Borba de Moraes em discurso de abertura do 8º CBBB 1975 (Anexo D)

Sobre o aumento no número de formados, algumas reflexões importantes: se a reclamação de décadas anteriores era a de poucos formados em biblioteconomia, essa já não era a realidade na década de 70, pois, como vimos ao longo do trabalho e em especial no quadro 13, capítulo 3 sobre as graduações em atividade até o ano de 1979, muitas escolas foram abertas em diferentes universidades do Brasil. Porém a centralização desses profissionais no mercado de trabalho já era um problema a ser enfrentado. A maioria encontrava-se nas capitais e cidades mais industrializadas. Segundo levantamento atualizado do CFB, a distribuição de profissionais no país segue nessa configuração, confirmando a discrepância de atuantes em determinadas regiões, tendo a região Sudeste, em destaque os

estados de São Paulo e Rio de Janeiro liderando o ranking com o quantitativo de profissionais:

Quadro 15: Quantitativo de inscritos nos conselhos regionais de Biblioteconomia.

Estados	Total de inscritos	Bibliotecários ativos
CRB 1 - Brasília, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	3.543	1.648
CRB 2 – Pará, Amapá, Tocantins	1417	1011
CRB 3 – Ceará e Piauí	1270	830
CRB 4 – Pernambuco e Alagoas	2303	973
CRB 5 – Bahia e Sergipe	2042	840
CRB 6 – Minas Gerais e Espírito Santo	4706	2260
CRB 7 – Rio de Janeiro	7559	2853
CRB 8 – São Paulo	12455	4385
CRB 9 – Paraná	1676	729
CRB 10 – Rio Grande do Sul	2655	1160
CRB 11 – Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia	966	779
CRB 13 - Maranhão	800	579
CRB 14 – Santa Catarina	1712	723
CRB 15 – Paraíba e Rio Grande do Norte	931	637
Total:	44.035	19.407

Fonte: Dados CFB 2021

O avanço tecnológico e as possibilidades de ampliação das bibliotecas no país também foram abordados no discurso:

Não sou contrário ao progresso tecnológico, não quero que as nossas bibliotecas fiquem paradas olhando embasbacadas para o que se faz nos países ultra-adiantados.

Não vejo as associações de bibliotecários representarem no Brasil o papel e a influência que associações semelhantes representam em alguns países desenvolvidos [...]O nosso atraso em matéria de biblioteca é uma prova de falta de cooperação entre bibliotecários e governo.

Rubens Borba de Moraes em discurso de abertura do 8º CBBB 1975 (Anexo D)

A Biblioteconomia, assim como outras áreas do conhecimento, é muito influenciada pelos ditos “países de primeiro mundo” como França, Estados Unidos e Canadá. Seus debates técnicos, normas, manifestos e campanhas influenciaram o cenário bibliotecário brasileiro desde o início de sua organização. Embora esse cenário pouco tenha mudado, algumas iniciativas brasileiras merecem destaque: de acordo com o site do Senado (2021), em 1948, a bibliotecária e bacharela em Direito Doris de Queiroz Carvalho percebeu a necessidade de detalhar a Classificação Decimal de Dewey na classe 340, referente ao Direito, e desenvolveu a Classificação Decimal de Direito. O sistema é específico para obras jurídicas nacionais. Devido ao grande interesse que o material provocou, ele foi reeditado em 1953 e em 1977 pelo Ministério da Fazenda. Em 2002 houve a última atualização da Classificação Decimal de Direito, um dos poucos códigos brasileiros.

Outra iniciativa brasileira foi a criação da tabela PHA (Prado Heloisa Almeida) elaborada pela bibliotecária Heloísa Almeida Prado em 1976. Foi uma tentativa de se estabelecer uma tabela de notação de autor adequada às peculiaridades da língua portuguesa. Apesar de, teoricamente, ser mais compatível com as necessidades brasileiras, há poucos estudos sobre seu uso e se pode afirmar que não se popularizou. (PRADO, 2003)

A comparação entre a força das associações estrangeiras de bibliotecários com a nacional, segue desigual. Diversos fatores influenciam essa questão, inclusive culturais e regionais.

9º. CBBB - 1977

Na 9ª edição do CBBB em 1977 o tema central “Integração dos sistemas de informação no desenvolvimento nacional” exemplifica as preocupações quanto à informática e suas possibilidades que emergiam naquela década de 70.

Nas recomendações finais do evento, resgatado em documento no repositório FEBAB, temos orientações às diversas esferas políticas, sinalizando a tentativa dos presentes no Congresso de conectarem suas demandas e necessidades a outras esferas de poder e ação. Por exemplo: foi recomendado o aprimoramento da formação profissional tanto pela reformulação do currículo, quanto pela criação da Licenciatura em Biblioteconomia.

De acordo com Spudeit (2014), o curso de Licenciatura em Biblioteconomia já existiu na UNIRIO entre 1986 e 1991, porém, teve o projeto político pedagógico reformulado em 2009 e a primeira turma no novo currículo iniciou em 2010. A licenciatura em Biblioteconomia já existiu em outras universidades no país, mas atualmente a UNIRIO é a única que possui o curso.

10º. CBBB - 1979

E no 10º CBBB, em 1979, no Jubileu de 25 anos do primeiro Congresso, temos como tema único e central: Biblioteconomia Brasileira: Avaliação Crítica e perspectivas, onde o foco da discussão foi o balanço das ações dos últimos anos.

Ao fim da década de 70 conforme aprofundamos no capítulo 3 no quadro 12, havia cerca de 34 cursos em funcionamento no país. Tal número aponta para outra perspectiva de problema a ser debatido nos eventos. Se na década de 50 a ideia era ampliar o número de escolas de Biblioteconomia, ao fim da década de 70, a qualidade dessa educação (baseada no currículo mínimo de 1962) e a atuação do formando na vida profissional, já se mostram questões importantes.

Nesse ponto, a personalidade da biblioteconomia que trazemos para analisar o discurso é Edson Nery da Fonseca, bibliotecário que auxiliou a criar vários cursos de biblioteconomia de graduação e pós-graduação no Brasil, participou também da fundação da Universidade de Brasília (UnB), onde foi responsável pela implantação da Biblioteca Central, e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Resgatando seu discurso na sessão solene de abertura do 10ºCBBB em 1979 temos a lembrança da trajetória e da memória do evento:

“[...] vinte e cinco anos atrás, disse no Recife minha velha amiga Sully Brodbeck, em Informe apresentado ao Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia: "Não seria muito difícil comprovar que a maioria dos alunos dos nossos cursos de biblioteconomia são e serão os responsáveis pelo surto renovador das bibliotecas brasileiras”.

Edson Nery da Fonseca na abertura do 10º CBBB em 1979 (Anexo H)

Observa-se que mesmo após 20 anos da formação da FEBAB na qualidade de instituição central do movimento associativo bibliotecário, o discurso do professor Edson seguiu clamando por uma entidade ou líder individual que pudesse centralizar esforços e pautas.

“[...] Desconfio que a biblioteconomia brasileira está a necessitar de um líder ou, pelo menos, de um órgão que tenha competência para planejar iniciativas e coordenar esforços, com vistas à implantação daquela rede nacional de bibliotecas reclamada em 1943 por Rubens Borba de Moraes. Aos agradecimentos pela atenção com que me honraram nesta noite, desejo acrescentar, como palavra final, meus votos de que neste congresso seja aclamado o líder ou constituído o órgão de que tanto a biblioteconomia brasileira necessita.”

Edson Nery da Fonseca na abertura do 10º CBBD em 1979 (Anexo H)

Tal desejo apontado no discurso foi de fato realizado anos depois, segundo o site oficial do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) o projeto foi criado em 1992 e está inserido na Coordenação-Geral de mesmo nome, subordinada ao Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), na Secretaria da Economia Criativa (SEC) da Secretaria Especial da Cultura (SECULT). Tem como objetivo proporcionar à população bibliotecas públicas estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País. O SNBP atua em articulação e parceria com 27 Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs) a fim de fortalecer as ações de estímulo ao livro, à leitura e às bibliotecas. De acordo com dados de 2015 do SNBP, o Brasil possui 6057 bibliotecas públicas entre municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados e no Distrito Federal. E a divisão dessas bibliotecas em todo o território colabora com a observação sobre a centralização dos bibliotecários em capitais e regiões mais abastadas. Desse total, 462 estão na região norte, 501 na região centro-oeste, 1293 na região sul, 1844 na região nordeste e 1957 na região sudeste.

Neste ponto do capítulo iremos analisar de forma global as formações discursivas identificadas na pesquisa das 10 primeiras edições, seus contextos históricos, realizando e indicando, quando possível, relações com a edição de 2019. Todos os temas separados por edição estão no Anexo A.

A formação discursiva “Movimento Associativo” aparece em todos os 3 primeiros eventos antes de 1962. Após o decreto Nº 56.725 de 16 de Agosto de 1965 que regulamenta a lei Nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e que consolida as expectativas da área, observamos um espaçamento da temática aparecendo apenas em 1967 e 1977. Entendemos que esse espaço temporal se dá por conta da regulamentação e possível estabilização dessa demanda. Observamos igualmente que o fortalecimento da FEBAB, na qualidade de entidade nacional que conecta as entidades regionais, e a atuação do Conselho Federal de Biblioteconomia que começava a se estruturar, também era um sinal claro de evolução dessa FD no campo da Biblioteconomia.

Constatamos que esse tópico se mantém relevante na agenda de 2019, pelos desafios da modernização e novos postos de atuação bibliotecária em especial pelo Eixo 5: “O farol do advocacy”. O termo Advocacy pode ser traduzido como defesa ou engajamento ativo em relação a uma causa ou proposta. Advocacy envolve ação, isto é, “não se trata simplesmente de ser ou mostrar-se favorável a uma ideia ou causa, mas sim de atuar de modo planejado e estratégico para alcançar os resultados almejados” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2008). Tal postura dentro do universo da Biblioteconomia sustenta muitos dos valores defendidos pelo movimento associativo como fortalecimento do profissional, união em prol de objetivos comuns, democracia, liberdade – uma vez que a adesão é tão livre quanto a saída - e representatividade. Uma das definições possíveis para o indivíduo envolvidos com o advocacy:

As pessoas que advogam pela Biblioteca acreditam na importância do acesso livre e equitativo à informação em uma sociedade democrática. Estas pessoas acreditam que bibliotecas e bibliotecários são vitais para o futuro de uma nação letrada e informada. Elas falam em defesa das bibliotecas. As pessoas que advogam pela Biblioteca estão em toda parte, embora nem sempre eles mesmos se nomeiem assim. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2008).

A necessidade de existir grupos estruturados como conselhos e associações que de alguma forma defendem os interesses dos bibliotecários e conseqüentemente das bibliotecas, se manteve. Ao mesmo tempo novas demandas e desafios se estruturaram ao longo dos anos. A expectativa de atuação do movimento associativo nos anos iniciais de organização da profissão de bibliotecário, os primeiros passos burocráticos, não se repetem, evoluem.

Outra formação discursiva, o “Ensino de Biblioteconomia” surge em seis congressos, antes de 1962 como expressão e nos anos seguintes a regulamentação como “formação” e “educação”, mantendo o campo de sentidos.

Apenas no evento de 1961 o conceito de “documentação” foi atrelado ao de biblioteconomia relacionado ao ensino e a formação. “Naquela época, o termo documentação não era familiar à Classe, embora nesse mesmo ano tivesse o IBBD iniciado suas atividades. Foi uma tomada de consciência de seu valor e utilidade que os bibliotecários iniciaram.” Laura Russo em discurso sobre o 1º CBBD em 1954 (Anexo C).

Tal sinalização, no enunciado destacado de Laura Russo, é evidenciada quando observamos que o termo “documentação” não aparece no 1º CBBD em 1954. Porém, a partir do 2º CBBD em 1959, já é possível ver a expressão “documentação” aparecendo em algumas temáticas como: “Bibliografia e Documentação” que se repetem em 1959 e 1961. De acordo com Castro (2000), é comum na literatura dos anos 50 e 60 as expressões: bibliotecário-documentalista (ou documentarista), documentalista e outras para designar as práticas e o perfil desse dito “novo profissional” que buscava se desvincular, de certa forma, da imagem do bibliotecário focado apenas na guarda e preservação dos livros.

Ainda de acordo com Castro (2000), apontamos que muitas disciplinas em cursos de graduação ganharam o termo documentação acoplados a seus nomes. O tema “Profissão de bibliotecário documentalista” também aparece em 1961, porém após essas datas a expressão “documentalista” e seus derivados não voltam a aparecer no período analisado apesar de o termo documentação estar inclusive no nome do congresso.

Interessante destacar que até hoje no plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação chama-se o bibliotecário de bibliotecário-documentalista conforme Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2015:

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO: E

DENOMINAÇÃO DO CARGO: BIBLIOTECÁRIO/DOCUMENTALISTA

CÓDIGO CBO: 2612 – 05

REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO PARA INGRESSO NO CARGO:

ESCOLARIDADE: Curso superior em Biblioteconomia

OUTROS:

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Registro no Conselho competente. Lei nº 9.674, de 26 de junho de 1998 dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário.

Em termos de discurso, a manutenção da expressão “documentalista” na estrutura do serviço público, reflete a influência dessas formações discursivas do período analisado, as décadas (50/60/70). Na agenda atual, essa preocupação se mantém em nosso entendimento refletida nos: Eixo 7: “Construção e identidade profissional”; Eixo 8: “Ciência da Informação”; Eixo 11: “IV Fórum de Biblioteconomia Escolar. Todos abordam pontos importantes e demandas vigentes como o ensino a distância, tendência da atualidade.

Outra frente profissional é a que disciplina a atuação em bibliotecas escolares e que reflete novas oportunidades de atuação diretamente envolvidas com a Lei 12.244/2010 que defende em seu Art. 1º que “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.” E complementados no Art. 3º “Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário [...]”. Tal prazo foi prorrogado para 2024 por meio do projeto de lei 9484/18 em decorrência da impossibilidade de todas as escolas cumprirem a exigência, porém tal expectativa de abertura de vagas em todas as regiões do Brasil, das capitais ao interior, estimulam novas escolas de Biblioteconomia a surgirem em formato EAD e o aumento das discussões sobre a atuação em bibliotecas escolares.

Em 1963, o 4º CBBBD teve como tema principal “A educação através da biblioteca”; em 1967, o tema do 5º CBBBD foi “A biblioteca como fator de progresso”; em 1971, no 6º evento o tema foi “A biblioteca e desenvolvimento econômico-social”; em 1973, no 8º evento, “A responsabilidade social das bibliotecas no plano setorial da educação”. Todas as temáticas citadas, de acordo com a nossa análise, constroem a Formação Discursiva do papel da biblioteca no desenvolvimento da sociedade brasileira. Inserida nessa FD estão as estratégias para que a evolução da área nesse sentido acontecesse. Preocupações que nos últimos anos têm ganhado cada vez mais espaço com a vertente da Biblioteconomia social que busca ocupar espaços e integrar a área com as demandas sociais:

Biblioteconomia Social significa preceito na interação entre bibliotecas e sociedade, tornando-se assim uma unidade de nível cognitivo em que se reconhece que só podem existir bibliotecas onde há sociedade. Então, tudo que se relaciona direta ou indiretamente a instituições de biblioteca no contexto da sociedade pode ser considerado como assunto geral ou específico. É por isso que a sociedade como um objeto de pesquisa sociológica, é o tema de estudo de muitas disciplinas sociais e

humanistas, e a Biblioteconomia como ciência social, não é uma exceção a este respeito. (LINDEMANN; SPUDEIT; CORRÊA, 2016)

Apesar de ser um conceito que não era nomeado ou identificado entre os anos 50 e 70 considera-se nesta análise que as discussões em torno da demanda social relacionadas às bibliotecas já seriam a Biblioteconomia Social ganhando forma e plantando sementes na Biblioteconomia brasileira. Na agenda do CBBD de 2019, temos a relação com: Eixo 1 “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)” ; “Eixo 2 Ninguém fica para trás” ; Eixo 3 Cultura do privilégio; “Eixo 14: “I Fórum Brasileiro das Bibliotecas Prisionais” ; Eixo 4: “A expansão desenfreada das tecnologias” e em destaque o tema principal do evento: “Desigualdade e Democracia: Qual o papel das Bibliotecas?”, temas que corroboram com a visão de uma Biblioteconomia inclusiva e preocupada com seu papel em prol da sociedade e seus dilemas.

Em vista disso, se no primeiro capítulo trouxemos alguns questionamentos relacionados à neutralidade bibliotecária, ou ainda postura profissional, ao analisarmos essas temáticas debatidas no último evento, evidenciamos uma postura de acolhimento às diferenças, o que aponta para uma defesa de postura profissional de menor neutralidade.

Ações e demandas técnicas atravessaram o tempo e servem sendo úteis na atualidade. Nas seis primeiras edições o termo “processos técnicos” aparece como um dos temas principais. Do sétimo ao décimo é possível identificar uma segmentação entre os diferentes espaços de atuação do bibliotecário. No sétimo evento (Quadro 9, Anexo A) temos esse exemplo:

Tema Central e sub temas discutidos dentro dos tópicos:

- Documentação agrícola
- Documentação Científica e Tecnológica
- Documentação Jurídica e administrativa
- Documentação Sócio-econômica
- Bibliotecas universitárias
- Bibliotecas escolares
- Bibliotecários e livreiros
- Documentação biomédica
- Biblioteca pública

As temáticas desse evento abrangem especialmente quatro tópicos: um temático, como agrícola/jurídica e administrativa/socioeconômica/biomédica, que demonstram estar em nível de especialização semelhante entre si, já que são áreas de conhecimento. Um outro, relativo a universitárias/escolares as discussões estão em outro nível, se classificam em relação ao público-alvo. Além desses, a biblioteca pública igualmente em outro patamar de ações e público. E o último, voltado para livreiros contribuindo para a formação discursiva profissional.

E na agenda do último congresso entendemos que há conexão destes tópicos específicos acima ao Eixo 12: “V EEPC Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação” e ao Eixo 13: “6º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas”. Tal ligação aponta que a tendência de debate em torno do processamento técnico evoluiu para nichos de atuação, pois cada subárea (jurídica, artes, saúde, etc) demanda discussões específicas sobre suas próprias normalizações documentárias dentro da Biblioteconomia. Contudo, a existência desse espaço de debate e troca no CBBB identifica a importância e a evolução da área especificamente em sua dimensão técnica.

Outra dimensão a ser observada refere-se à defesa da instituição biblioteca para a sociedade. Como produto reflexo de todos os debates do 28º congresso, foi elaborado o “Manifesto em defesa das bibliotecas públicas no Brasil” que serviu igualmente como uma afirmação do movimento associativo bibliotecário brasileiro de apoio e validação ao “Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas” que completou 25 anos de sua publicação em 2019. Tais documentos, representam e alimentam, a formação discursiva que defende a atuação profissional em prol do senso de coletividade.

Já não se pauta a discussão pela carreira como há 40 anos, que jogava ênfase para o tema “Biblioteconomia como profissão” em 1959, refletindo dúvidas e incertezas sobre a regulamentação que ainda não havia chegado e o desejo de a área reafirmar sua posição como profissão de fato. Atualmente, o foco recai sobre a forma de agir, por exemplo, privilegiando uma biblioteconomia inclusiva.

Ênfase em 2 temas centrais: o primeiro na 7ª edição em 1973 “As bibliotecas e os centros de documentação em função do sistema nacional de informação científica e

tecnológica”, evidenciando a efervescência das novas tecnologias recém entrando na prática biblioteconômica e da necessidade de os bibliotecários se alinharem a esses novos desafios. Outro tema central foi “Biblioteconomia Brasileira: avaliação crítica e perspectiva” no 10º CBBB em 1979, ano que comemora o Jubileu dos eventos, 25 anos após a primeira edição e que demonstra a preocupação em refletir sobre as demandas trazidas pelo movimento associativo para o congresso e suas conquistas.

A “arquivologia” se destaca como tema no 4º CBBB de 1963 pois nesse momento histórico ao final dos anos 1950 e começo dos 1960, existiram alguns marcos no desenvolvimento que serviram de base para os passos futuros dados pela área e relacionados à Biblioteconomia como a “importação de conhecimentos arquivísticos e a aproximação do Brasil com instituições e práticas estrangeiras” (CRIVELLI, BIZELLO, 2012).

Na agenda de 2019 entendemos que esses temas se conectam ao Eixo 6: “Gestão de Bibliotecas”; Eixo 9: “2º Fórum das bibliotecas de arte”; Eixo 10: “XI Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”. Todas essas temáticas exemplificam os desafios necessários à atuação profissional diária, unindo colegas com realidades similares em um espaço e contexto seguros para criação de soluções. Em destaque a relação entre a temática de 1973 sobre um sistema de serviços de informação e em 2019 com o Eixo 15: “I Fórum de Bibliotecas Universitárias: Comunicação Científica no contexto da Ciência Aberta”, exemplificando a evolução das possibilidades de troca de informação.

Buscamos ao longo do capítulo contextualizar os congressos e a memória da Biblioteconomia. Já entendido que um sujeito está em um contexto sócio-histórico determinado, a formação dos seus discursos vai variar conforme sua posição em relação às formações ideológicas. Junto a isso, a transição do sujeito por diferentes formações discursivas o coloca num campo enunciativo daquilo que, na prática, pode ser dito. Entendemos que “O funcionamento ideológico provoca muitas ilusões: apaga-se para o sujeito o fato de ele entrar nessas práticas histórico-discursivas já existentes” (MARIANI, 1998, p. 25). O sujeito se imagina inédito, fonte do dizer e detentor do que diz, do mesmo modo, parece-lhe normal ocupar a posição social em que se encontra, como se tudo sempre

fosse assim, um pré-dado, algo inerente ao questionamento. Quando, na declaração final do 9º CBBB em 1977, a organização faz o comunicado abaixo evoca sentidos previamente dados como o sentido de nação, de comunidade e de trabalho em equipe. Componentes que sustentam o objetivo institucional da FEBAB e do CBBB e suas práticas discursivas.

“É premente a necessidade da adoção de uma política nacional de informação e do planejamento e execução por equipes interdisciplinares de um sistema nacional de informação o que, integrando e coordenando os serviços que são específicos de cada tipo de biblioteca, centro de documentação e arquivo, atinja, sem discriminação, todos os setores da comunidade e todas as categorias de usuários, permitindo que cada uma receba a informação que necessita e possa prestar sua máxima contribuição ao desenvolvimento nacional. O momento é, pois, de união de esforços, atividades e pensamentos para que possamos atingir o marco ideal.”

(Declaração final do 9º CBBB)

Ao longo do trabalho procuramos ressaltar as variadas facetas que os indivíduos que juntos realizavam os CBBB imprimiam aos debates. Muitos deles também atores do movimento associativo e defensores da área para além de somente a atuação profissional, ampliando sua luta para as esferas da Biblioteconomia como área científica e das bibliotecas como instituições. Sabemos que a memória é múltipla e que variadas interpretações podem surgir da análise dos mesmos documentos aqui estudados.

Diante disso, finalizamos a análise trazendo um trecho do relatório Geral do 10º CBBB-1979 que ilustra o objetivo de se realizar um congresso dessa magnitude e o que se espera do seu impacto na área:

“Todo congresso é uma meta que se atinge. Todo esforço que se fez aqui para chegar trazendo contribuição ou para daqui sair com ideias renovadas é fruto do congresso.”

(Relatório final do Relator Geral do 10º CBBB)

Compreendemos a importância de analisar tais fatos e documentos até aqui listados e estudados. A memória de uma área se constrói das pessoas, das conexões pulsantes e dos registros preservados. Encaramos nesta análise que quando o indivíduo fala, ele é assujeitado pela visão maior que o cerca e transborda sua ideologia que pode ser entendida como o indivíduo interpreta a realidade do mundo. Buscou-se respeitar a construção do discurso

realizada pelos envolvidos no movimento associativo e recuperados nesta pesquisa. A memória é seletiva, depende dos valores do indivíduo, do momento histórico e dos interesses do grupo social, que sempre remetem aos conflitos de definição das identidades (POLLAK, 1989). A memória coletiva é formada para dar sentido e estabelecer a maneira do indivíduo se relacionar com o mundo. No próximo capítulo iremos apresentar nossas considerações finais sobre o que debatemos durante todo o trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada área do conhecimento deve preservar sua memória, e este trabalho é uma contribuição para a memória da Biblioteconomia brasileira, exaltando o pioneirismo do grupo de profissionais que se envolveu na realização dos primeiros CBBB. Entendemos que as associações profissionais são instituições de defesa e agregação do bibliotecário, e que toda a área perde na ausência dessas forças simbólicas. Este estudo defende a importância das associações para o desenvolvimento profissional da área.

Voltando ao objetivo geral “Construir a memória do campo profissional da Biblioteconomia pelos discursos do CBBB” ao longo dos capítulos pudemos entender melhor as inclinações políticas e sociais da Biblioteconomia entre 1954 e 1979, período já ilustrado como turbulento devido às disputas de poder e espaço do bibliotecário na sociedade, mesmo com as conquistas legislativas e educacionais marcantes. Se, para o senso comum, bibliotecários só estão preocupados com o acervo e sua preservação, chegamos ao entendimento de que a categoria bibliotecária, já naquele período embrionário de regulamentação e fortalecimento da profissão, estava tão ou mais interessada em discutir sobre a relação de impacto das bibliotecas na sociedade quanto nos processos técnicos.

Ao analisarmos as recomendações por exemplo de construção de bibliotecas prisionais e bibliotecas em conjuntos habitacionais, igualmente as exigências de mais bibliotecas escolares e públicas é possível constatar a capacidade de os bibliotecários brasileiros, ainda nas décadas de 50/60/70, promoverem e defenderem de alguma forma um programa de responsabilidade social bibliotecária. Tal movimento pode não ter gerado os frutos necessários na sociedade, com a implementação abrangente desses projetos, porém esses registros e discursos são uma lembrança dessa postura combativa da categoria.

Neste percurso de investigação sobre a trajetória da memória da organização da área, buscamos utilizar as temáticas debatidas no último CBBB em 2019 como forma de comparação e resposta ao problema da pesquisa “Quais aspectos dos discursos atuais sobre o campo biblioteconômico no Brasil já constituíam a agenda da área desde as primeiras edições do CBBB?”, tendo as conexões analisadas demonstrado grande vanguarda na escolha dos temas das edições entre 1954-1979. Compreende-se que há uma evolução das pautas e de seus impactos nos interesses da sociedade. Neste mais recente congresso analisado, percebemos

pelas temáticas listadas no quadro 23 (anexo A), uma maior preocupação com áreas mais específicas de atuação do bibliotecário, como as bibliotecas prisionais que nesse evento conquistaram pela primeira vez um espaço de debate (Mesmo tendo sido citadas pela primeira vez em 1967), quanto para objetivos mais alinhados as necessidades globais como por exemplo os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)” apoiados na agenda 2030 e aos interesses da IFLA. Entendemos que esse é o panorama de resposta ao nosso problema, em que podemos afirmar que sim: diversos aspectos da agenda atual da biblioteconomia no Brasil já constituam a agenda da área durante as dez primeiras edições do CBBB, e que aqueles debates influenciaram e refletem até hoje na área.

Aliado aos discursos analisados ao longo do trabalho e listados no quadro 3, capítulo 1, temos nesse recorte, apontamentos e questionamentos que se mantêm atuais e que de alguma forma demonstram uma identidade original da profissão: a necessidade de uma rede pública de bibliotecas em âmbitos estadual e federal e a busca por mais reconhecimento da sociedade para com as bibliotecas.

Com o auxílio da Análise do Discurso de Vertente Francesa, nosso olhar neste trabalho entende que a linguagem não é transparente, mas sim materializada pela ideologia que rege todos nós, e exposta pela linguagem. Um discurso nada mais é do que a tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputas segundo Orlandi (2009) e as novas gerações certamente só têm a aprender estudando, refletindo e entendendo a constituição do nosso capital organizacional durante os 25 primeiros anos de CBBB e das instituições que se constituíram nessa época e impactam nosso trabalho até hoje. Alguns exemplos foram as legislações aprovadas nas últimas décadas como a Lei nº9.674, de 26 de junho de 1998. Essa lei dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário e determina outras providências, conquista destacada na entrevista de Laura Russo (Anexo N) como uma vitória do movimento associativo dos anos 50/60. Esse movimento teria construído as relações necessárias para a regularização da profissão e como consequência o exercício através dessa lei de 1998.

Outro exemplo é a Lei Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 que Institui a Política Nacional do Livro, que inclusive responde a uma das recomendações do 8º CBBB em 1975 (Anexo E) “os bibliotecários apoiam a política dos representantes da indústria editorial no sentido de que seja aprovada uma lei básica para todos os problemas ligados ao livro no país”

Outra recomendação em destaque do 8º evento “A meta da interiorização das bibliotecas públicas deve ser prioritária no processo de expansão dos serviços de bibliotecas”, de alguma forma foi atendida pela Lei nº 1.244/2010 que define que as instituições públicas e privadas de ensino de todos os níveis desde a educação básica à superior do país precisam ter bibliotecas. Todas essas leis impactam a realidade dos bibliotecários no Brasil e atendem as perspectivas de ampliação da atividade profissional.

O impacto da IFLA no movimento associativo daquele momento histórico (décadas de 50/60/70) mostra-se mais como um modelo a ser seguido e inspiração para os bibliotecários brasileiros, como por exemplo no 8º CBDD com a indicação de que “Os bibliotecários devem lutar pela adoção, em todo o país, de padrões mínimos para os serviços, de normas técnicas adequadas e de compatibilização de procedimentos e rotinas, seguindo, na medida do possível, as recomendações da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA)”. Seguir as normas internacionais e ter onde se espelhar sem dúvida guiaram nossa profissão nas últimas décadas e estreitaram relações entre a prática bibliotecária brasileira e as técnicas estrangeiras.

Embora tenhamos quase 60 anos de regulamentação da profissão, os desafios persistem. Um dos maiores é fazer com que a sociedade entenda o papel da biblioteca e a sua capacidade como espaço de ação pedagógica, propiciando aos seus usuários um ambiente de informação, a partir de um processo de letramento informacional, visando ao desenvolvimento da capacidade crítica dos cidadãos, exigência primeira da democracia.

No capítulo 4 contextualizamos a análise do discurso e buscamos igualmente analisar o objeto principal da pesquisa, respeitando o contexto histórico e contextualizando o movimento associativo, sua trajetória e conquistas. Com a finalidade de responder especificadamente cada um desses itens: a) Identificar marcas discursivas nas temáticas promovidas pelo CBDD; b) Relacionar as marcas identificadas nos discursos proferidos durante a realização de suas dez primeiras edições.

Utilizamos os capítulos e sua estruturação como fio condutor da explicação desses objetivos listados. Portanto assumimos o desafio de olhar e buscar entender motivações, necessidades e demandas na construção da prática profissional bibliotecária, e compreendemos que através da análise apresentadas conseguimos alcançar nossos objetivos específicos propostos.

Tornou-se mais palpável, a partir da análise feita compreender melhor como os temas e discursos, estabelecidos pelo movimento associativo e refletidos nas discussões dos congressos, contribuem para a construção das representações do bibliotecário e seus impactos ao longo do tempo sejam nas legislações relacionadas a área do livro e da leitura, nas denominações utilizadas na área, sejam na vanguarda das discussões de temas que se mantêm relevantes. Pontuamos que a metodologia utilizada se mostrou satisfatória para atingir os objetivos propostos por meio da análise dos documentos recuperados no repositório FEBAB, na medida em que viabilizou identificar formações discursivas que perpassam a trajetória profissional do bibliotecário. E a bibliografia utilizada igualmente colaborou para o aprofundamento da temática no sentido de oferecer subsídios às questões da pesquisa, apesar de entendermos que há ainda a necessidade de mais pesquisas e discussões sobre a memória da Biblioteconomia brasileira.

Os bibliotecários responsáveis pela realização das dez edições do CBBBD aqui analisadas, não apenas entenderam a necessidade de boas bibliotecas e bons bibliotecários para a sociedade, durante esses primeiros vinte e cinco anos de existência do evento, eles próprios construíram o legado da profissão. Os que estiveram à frente da consolidação e criação da FEBAB, do CBBBD, do Currículo mínimo obrigatório, do próprio CFB e do IBBD, consolidaram esses órgãos, determinaram suas configurações e geraram práticas e posturas que perduram até os dias atuais. Por fim, ressaltamos que Laura Russo em 1963 de forma vanguardista já vislumbrava nossos desafios e a necessidade do trabalho em conjunto, convocando todos os bibliotecários a darem o seu melhor: "Vivemos numa época de transição e **nenhum bibliotecário deve omitir-se** de participar desse drama onde todos devem atuar não como expectadores do trabalho de alguns, mas como atores conscientes de seu verdadeiro papel dentro da classe."

Esta análise não busca esgotar as discussões possíveis sobre as temáticas e discursos exemplificados, e sim dar subsídios para um olhar mais aprofundado ao estudar a trajetória do CBBBD e seus impactos na realidade dos Bibliotecários no Brasil. Ressaltamos a importância e valor do Repositório FEBAB como fonte de informação sobre a trajetória da Biblioteconomia Brasileira e recomendamos que novas pesquisas e análises sejam feitas a partir desse rico material.

REFERÊNCIAS

- ABECIN. Associação de Educação em ciência da Informação. Ensino. Disponível em: http://www.abecin.org.br/portal/abecin/main.php?pageNum_escolas=ens. Acesso em: 5 jul. 2020.
- AFONSO, Raffaella Dayane et al. **Movimentos associativos**: um estudo webométrico nos websites das Associações de Bibliotecários do Brasil. Revista ACB, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 753-768, dez. 2016. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1227>>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- AGÊNCIA Senado. Contribuição sindical, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/contribuicao-sindical>. Acesso em: 23 out. 2020.
- ALMEIDA JÚNIOR. Oswaldo Francisco. Profissional bibliotecário: Um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia; MUELLER, Suzana. **Profissional da informação: O espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004.
- ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 2012. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- ALTHUSSER, Louis – **Aparelhos Ideológicos de Estado** – notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, 2º Ed. São Paulo, SP: Edições Graal, 1985.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). Manual das pessoas que advogam pela biblioteca. Tradução da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. 3. ed. São Paulo: FEBAB, 2008. Disponível em: <http://siseb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Manual-das-pessoas-que-advogam-pelas-bibliotecas.pdf> . Acesso em: 17 abr. 2021
- ANAIS do 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2054>. Acesso em: 20. Abr.2020
- ANAIS do 9º Congresso Brasileiro & V Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre de 3 a 8 de julho de 1977. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1155>. Acesso em: 20. Abr.2020
- ARAGÃO, Esmeralda M. de. A profissão de bibliotecários e documentalistas: situação e perspectivas no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO,3, **Anais...**, Curitiba, ABPr, 1961. P.1-8.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROSO, M. A. Discurso de abertura do 4º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e documentação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 1, n. 1, 1972.
Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/70960>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BELTRÃO, J.F; CAROSO, C. **Patrimônio, Linguagens E Memória Social: Problemas, Estudos E Visões No Campo Da Antropologia**. In: FILHO, M.F.L; ECKERT, C; BELTRÃO, J.F (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra Gráfica & Editora, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
Disponível em: <https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/bobbio-norberto-liberalismo-e-democracia.pdf> . Acesso em: 21 de jul. de 2019

BOLETIM Informativo Número 02 – Discurso Maria Alice Barroso 6º CBBB 1971.
Repositório – FEBAB. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/818>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº 4084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 ago.1965.

BRASIL. Decreto-lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. **Lex**: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 2000. Disponível em:
http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/ArquivoFinal28_08.pdf. Acesso em: 21 mar.2021

BRASIL. Lei n.º 12.244: Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: Congresso Nacional, 2010.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a Profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 de julho de 1962.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n.248, Seção I, p.27.833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm .

Acesso em: 23 nov. 2020

BRASIL. Lei nº. 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n.120, Seção I, p.1-2, 23 jun. 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/>>. Acesso em: 23 maio 2020.

BRODBECK, Sully, “Sugestões para uma cooperação intensa entre as bibliotecas especializadas do Brasil,” **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/495>. Acesso em: 24. Ago. 2020.

BURKER, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a10.pdf> Acesso em: 01 ago.2019

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação: análises a partir de sua produção científica (2011-2017). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, p. 69-89, set. 2018. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/814>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2000.

CASTRILLÓN, Sílvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do gato, 2011

CASTRO, César. **História da Biblioteconomia Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CHAGAS, M. Memória E Poder: Dois Movimentos. **Cadernos De Sociomuseologia**, nº 19, v. 19, 2002.

CLASSIFICAÇÃO brasileira de ocupações. Site CRB 4. Disponível: <http://crb4.org.br/carreira.php?codigo=7> . Acesso: 15 abr 2021.

CNPL – Site institucional. Disponível em: <https://www.cnpl.org.br/> Acesso em: 25.fev.2020

CONSELHO Federal de Biblioteconomia. Quantitativo de bibliotecários [mensagem pessoal].

Mensagem recebida por <thalitagamacontato@gmail.com> em 31 maio. 2021

CONSELHO Federal de Biblioteconomia. histórico. Disponível em: http://www.cfb.org.br/html/historico_03.asp.> Acesso em 31 maio. 2021.

CONSELHO Federal de Biblioteconomia. Resolução CFB nº 207/2018. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Disponível em:

<http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1330>. Acesso em: 23 nov. 2020 .

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-10ª Região – CRB10. Porto Alegre, RS.

Disponível em: <http://www.crb10.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-11ª Região – CRB11. Manaus, AM. Disponível

em: <https://www.crb11.org.br/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-13ª Região – CRB13. Maranhão, MA. Disponível

em: <https://crb13.org.br/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-14ª Região – CRB14. Florianópolis, SC.

Disponível em: <https://www.crb14.org.br/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-15ª Região – CRB15. João Pessoa, PA.

Disponível em: <http://www.crb15.org.br/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-1ª Região - CRB1. Brasília, DF. 2014. Disponível

em: <http://www.crb1.org.br/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-2ª Região – CRB2. Pará. 2014. Disponível em:

<http://crb2.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2020

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-3ª Região – CRB3. Fortaleza, CE. 2014.

Disponível em:<http://www.crb3.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-4ª Região – CRB4. Recife, PE. 2014. Disponível

em: <http://www.crb4.org.br/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-5ª Região – CRB5. Salvador, BA. 2014.

Disponível em:<http://www.crb5.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-6ª Região – CRB6. Belo Horizonte, MG. 2014.

Disponível em: <http://www.crb6.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-7ª Região – CRB7. Rio de Janeiro, RJ Disponível

em: <http://www.crb7.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-8ª Região – CRB8. São Paulo, SP. Disponível em:

<http://www.crb8.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia-9ª Região – CRB9. Curitiba, PR. Disponível em:

<https://crb9.org.br/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CÔRTE, A. R. e et al. **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil - 1965-2015**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. 352p

CÔRTE, Adelaide Ramos e. **Biblioteconomia: legislação e organismos de classe**. Brasília: ABDF;SAIBA, 1991. 138 p.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional: A construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), IBICT/UFRJ. Rio de Janeiro, 169 p. 1997.

CRB10. **Número de bibliotecários no Brasil**. Disponível:

http://crb10.blogspot.com/2013/07/total-de-bibliotecarios-no-brasil.html?utm_source=twitterfeed&utm_medium=facebook Acesso: 16 abr. 2021

CREF3/SC. **Você sabe as diferenças entre Conselho Profissional, Sindicato e Associações?** 2017. Disponível em: <<https://www.crefsc.org.br/voce-sabe-as-diferencas-entre-conselho-profissional-sindicato-e-associacoes/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CRIVELLI, Renato. BIZELLO, Maria Leandra. A história da Arquivologia no Brasil. **Fuentes**. Vol. 6 - Nº 21 - La Paz, Agosto 2012.

CUNHA, Murilo Bastos da. O desenvolvimento profissional e a educação continuada. **Revista de biblioteconomia de Brasília**. Brasília, v. 12, n. 2, jul./dez., p. 149-156, 1984.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

DODEBEI, Vera. Ensaio sobre memória e informação. **Morpheus** (UNIRIO. Online), v. 9, p. 227-244, 2016.

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.). GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 43-54.

DUTRA, S.K.W. World Library and Information Congress: 75th IFLA General Conference and Assembly “Libraries create futures: building on cultural heritage” (23 a 27 de agosto, 2009 – Milão– Itália) - Breve síntese. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.5, n.1/2, p. 148, jan./dez. 2009.

DUTRA, S.K.W; BELLUZZO, R.C.B. Da Contribuição Da FEBAB Para O Desenvolvimento De Competências De Bibliotecários Acadêmicos: Experiência Com EAD. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.2, p. 56-73, jul./dez. 2010.

FEBAB. Portal Institucional. Disponível em: <http://www.febab.org.br/sobre/historico>. Acesso: set. 2020.

FEBAB; Associação Bibliotecária do Paraná. Declaração 10º CBBB 1979. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2050>. Acesso em 15. Abr. 2021

FEBAB. Quantitativo de inscritos [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gama.thalita@hotmail.com> em 29 de julho. 2021

FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro; TOLEDO, Maria do Rosário de Castro Ferreir; FERREIRA, Ruthe Helena Camargo. 1954 – 1979: Jubileu dos Congressos de Biblioteconomia e documentação, temários, autores, trabalhos apresentados e recomendações. **Repositório – FEBAB**. 10º CBBB, 1979. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1941>. Acesso em: 20 maio 2020.

FOUCAULT, M.. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1979. 247 p.

FONSECA, Edson Nery da. Conferência do Professor Edson Nery da Fonseca na Sessão Solene de Abertura do 10º CBBB. **Repositório – FEBAB**. Acesso em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2000>. Disponível em: 24.ago. 2020

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FOSKETT, D.J. **The creed of a librarian**: no politics, no religion, no morals. Library Association Occasional Papers n°3. London: Library Association, 1962.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999

FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: H. L. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. As formações discursivas IN: **A Arqueologia do Saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.47.

GONDAR, J. **Memória Individual, Memória Coletiva, Memória Social**. Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 08, número 13, 2008. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4815/4305>. Acesso: 01.set. 2020.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre a memória social. In: GONDAR, J; DODEBEI, V (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra capa, 2005. p. 17.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006

HISTÓRIA da catalogação no Brasil. **Site Câmara do Livro.** Disponível em: <https://cutt.ly/Db6FRXj>. Acesso em: 03 mar. 2021

HOBBS, Thomas. **Do cidadão.** São Paulo: Martin Claret, 2009. 288 p.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente:** Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2013

IFLA. **Portal Institucional.** Disponível em < <https://www.ifla.org/>> Acesso: 01. set. 2020.

IMPERATRIZ, I.M.M. Relatório Geral Resumido, contendo as recomendações gerais do Seminário Sul – Americano dos Manifestos e Diretrizes IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas e Escolares, promovido e realizado pela FEBAB no período de 14 a 16 de julho de 2005, em Curitiba, Paraná, Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** Nova Série, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-120, jan./jun. 2006.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS 2013. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública.** 2ª ed. Lisboa, 2013. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018

JEPPERSON, R. L. Institutions, institutional effects, and institutionalism. In: POWELL, Walter, DIMAGGIO, Paul (Eds.) **The new institutionalism in organizational analysis.** Chicago: University of Chicago Press, 1991.

JOB, Ivone; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de bibliotecários no Brasil. **Revista ACB:** biblioteconomia em Santa Catarina. Florianópolis, v.11, n.2, p.259-272, ago./dez., 2006.

LANKES, R. David. **Expect more:** melhores bibliotecas para um mundo complexo. Tradução [de] Jorge do Prado. São Paulo: FEBAB, 2016.

LEITE, Maria Alice de Toledo; PINHEIRO, Maria Gecilia Pimenta. Os Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação: estudo comparativo de suas resoluções com o que foi realizado. **Repositório – FEBAB.** 4º CBBB, 1963.. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/588>. Acesso em: 20 maio 2020.

LEWIS, Alison. **Questioning library neutrality:** essays from progressive librarian. Duluth, Library Juice Press, 2008. Disponível em: http://eprints.rclis.org/15071/1/Questioning_Library_Neutrality_Intro.pdf . Acesso em: 21.nov.2020

LINDEMANN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma Biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB,** [S.l.], v. 21, n. 3, p.

707-723, dez. 2016. ISSN 1414-0594. Disponível em:

<<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MANIFESTO da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994. Disponível em:

<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf> Acesso em: 30 jul. 2019

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIANI, B. A eficácia da imprensa sobre o político. In: **O PCB e a imprensa**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MÉDIA salarial dos Bibliotecários, Outubro 2020. Disponível:

<https://www.salario.com.br/profissao/bibliotecario-cbo-261205/>

MILANESI, Luiz. **Biblioteca**. Côtia, SP: Ateliê Editorial, 2013

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1985

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar: Centros de cultura e bibliotecas públicas**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989

MIRANDA, Antônio. Prefácio, 1999. In: CASTRO, César. **História da Biblioteconomia Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine de Oliveira. A Responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109 - 124, jan./jun. 2012.

MORAES, Marielle Barros de; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA NETO, Casemiro. Um pouco da história do sindicalismo brasileiro e a organização sindical do bibliotecário. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 43, jan. 2009.

MORAES, R. B. Discurso pronunciado na sessão de abertura do 8º cbbd. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n. 1, 1977. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/78274>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MORENO, E. A. et al. A formação continuada dos profissionais bibliotecários: análise do conteúdo dos sites das entidades de classe. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v.12, n.1, p. 43-58, jan./jun., 2007.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000

- MUELLER, S. P. M. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, 1985.
- MUELLER, S. P. M. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 71-81, jan./jun. 1988.
- MULLER, Suzana Pinheiro et al. Disseminação da Informação em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 337-351, set./dez. 1996
- NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- NUNES, P; ARAUJO, I.A. A FEBAB, a ABDF e As Associações e Bibliotecários. **Revista Eletrônica da ABDF**, v.1, n.3, p.47-55,out./dez. 2015. Disponível em: revista.abdf.org.br/abdf/article/view/66/65. Acesso em: 01 set. 2020.
- OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de (Org.). História, memória e instituições. In: OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008. (Memória, documentação e pesquisa).
- ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005
- ORLANDI, E. P. **Discurso, Imaginário Social e Conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994
- ORLANDI, E.P. **Interpretação e autoria: leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**, Campinas, SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**, 8ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2009.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.82 p.
- ORRICO, Evelyn Goyannes Dill e OLIVEIRA, Carmen Irene de. Análise do discurso na divulgação científica: uma reflexão na Ciência da Informação. In: **Anais do VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Salvador, BA. out 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br>. Acesso em: 28 jun. 2020
- ORRICO, Evelyn. A memória da divulgação científica: um discurso informacional. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, [S.l.], v. 8, n. 14, mar. 2015. ISSN 1676-2924. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4827>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

PÊCHEUX, M. **Les Vérités de la Palice**, Maspero: Paris, 1975.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] Campinas: Editora da Unicamp, 1997

PÊCHEUX, M. ;FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Trad. Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed., São Paulo, Editora da UNICAMP,1993. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. Tradução de Vera Ribeiro. In: ZIZEK, S. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 143-152.

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Antropologia, Escala e Memória**, n. 2 (Nova Série), 2007.

PEREIRA, Eliane A. J.; CUNHA, Miriam V. da. Reflexões sobre as profissões. **Encontros Bibli**. Florianópolis, v. 12, n. 24, p. 44-58, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

PROGRAMA Oficial: A responsabilidade social da biblioteca no plano setorial da educação. 8º CBBB – 1975. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1060>. Acesso em: 20 abr.2020

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos. Como os cinco dedos da mão. In: CASTRILLÓN, Sílvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do gato, 2011.

RBBB, Editor. Estatuto da FEBAB. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 4/6, p. 25-33, mar. 2018. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1115/1020>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

RECOMENDAÇÕES do IX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1154>. Acesso em: 15 abr .2021

RELATÓRIO final do Relator Geral do 10º CBBB. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2049>. Acesso em: 03 dez.2020

RELATÓRIO final do Relator Geral do 28º CBBB. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4553> . Acesso em: 03 dez.2020

RIBEIRO, Alexander Borges; MIRANDA, Angélica Conceição Dias; REIS, Juliani Menezes dos. Movimento Associativo e Entidades de Classe: discussões existentes e a produção

científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 2-19, jul. 2015. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/266>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

RODRIGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

ROMANELLI, Maria de Lourdes Côrtes. A Febab faz 40 anos (1949 -1999) – o que você sabe sobre ela? **R. Bras. Bibliotecon. Doc.**, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 1, p. 119 – 122, 1999.

ROSETTO, Márcia. Contribuição de Carminda Nogueira de Castro Ferreira para o movimento associativo no Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.2, p. 78-80, jul./dez. 2010

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira**: Rio de Janeiro: INL, 1966. 357p

RUSSO, Laura Garcia Moreno. A FEBAB e suas associações filiadas. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/522>. Acesso em: 28 de dez. de 2020.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. A Febab e suas realizações. **Repositório - FEBAB**, Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/717>. Acesso em: 17 abr. 2021

RUSSO, Laura Garcia Moreno. Discurso 7º CBBB 1973. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/952> . Acesso em 14 out. 2020.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. Entrevista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** 17(1/2): 93-97, jan./julho 1984.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2010

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro**: 1808-1990. Documento de Trabalho NUPES, 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf> . Acesso em: 21. maio. 2021

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, jul. 2011. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>>. Acesso em: 18 out. 2018.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. PEREIRA, Ana Maria. **Catálogo**: Breve história e contemporaneidade. Niterói: Intertexto, 2014.

SARLO, Beatriz.. **Tempo passado** : cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEBRAE. **Quais os tipos de associação sem fins lucrativos**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/quais-os-tipos-de-associacao-sem-fins-lucrativos,27b597daf5c55610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 08 jun. 2019.

SHERA, J. H. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977. Disponível em: [https:// goo.gl/hBtNLm](https://goo.gl/hBtNLm). Acesso em: 23 jul. 2019

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Órgãos de classe: constituições no campo da ci, biblioteconomia, arquivologia e museologia. **Biblioo**. 2016. Disponível em: <https://biblioo.info/orgaos-de-classe/> Acesso em: 19.abr.2021

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia**: perspectivas históricas e objeto de estudo. 2.ed. Recife: Ed.do autor, 2012

SILVA, Magali Lippert da. **Sob o signo do paradigma informacional**: Representações sociais de dirigentes de classe sobre identidades e práticas profissionais. 2008. Dissertação (Mestrado em comunicação e informação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14934/000669662.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso: 20 jul. 2019

SINDICATO dos Bibliotecários no estado do Paraná. 2020. Página inicial. Disponível em: <http://www.sindib.pr.gov.br/> . Acesso em: 12 abr. 2020

SINDICATO dos Bibliotecários no estado do Rio de Janeiro. 2020. Página inicial. Disponível em: <http://www.sindibrj.org.br/> . Acesso em: 12 abr. 2020

SINDICATO dos Bibliotecários, Cientistas da informação, Historiadores, Museólogos, Documentalistas, Arquivistas, Auxiliares de biblioteca e Centros de documentação no Estado de São Paulo, 2020. Página inicial. Disponível em: <http://www.sinbiesp.org.br/> .Acesso em: 12 abr. 2020

SISTEMA Nacional de Bibliotecas Públicas. Página Inicial. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/> Acesso em: 6 abr. 2021.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Criação da ABEBD: expectativas e caminhos adotados. **Biblios**: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información, v. 7, n. 25-26, jul. diz. 2006. Disponível em: http://eprints.rclis.org/8802/1/25_04.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

SOUZA, F. C. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. Florianópolis: UFSC, 2009.

SOUZA, Regina Celi. Dados sobre a Associação Paulista de Bibliotecários. Mensagem recebida por gama.thalita@hotmail.com em 26 agosto de 2021.

SPUDEIT, D. F. A. O.; MORAES, M. B.; CORRÊA, E. C. D. Formação política do bibliotecário no Brasil. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 24-46, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71686>>. Acesso em: 28 set. 2020.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis Oliveira; FUHR, Fabiane. Sindicatos de bibliotecários: história e atuação. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 235-249, 2011.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis Oliveira. Licenciatura em Biblioteconomia. **Biblioo**, 2014. Disponível em: <https://biblioo.info/licenciatura-em-biblioteconomia/> Acesso em: 03.mar.2021

TEMÁRIO 5º CBBB 1967. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/764>. Acesso em: 20 abr.2020

TEMÁRIO 7º CBBB – 1973. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/962>. Acesso em: 20 abr.2020

TEMÁRIO, Programa e Recomendações do 6º CBBB 1971. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/809>. Acesso em: 20 abr.2020

VÁZQUEZ, Sanches A. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990

VEIGA, Yara Soeli Bassani. Discurso de encerramento do 10º CBBB. **Repositório – FEBAB**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1999>. Acesso em: 13 de out. 2020.

VIANA, N. Memória e Sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. **Espaço Plural** — Ano VI - Nº 14 - 1º Semestre de 2006.

VIEIRA, A. S. Repensando a biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 81-85, jul./dez. 1983.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles. **Bibliotecários no Brasil**: representações da profissão. 2008. 345 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ZAHER, Célia Ribeiro. **Sistemas nacionais e internacionais de informação**. **Repositório – FEBAB**, 1979. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1120>. Acesso em: 23 maio 2021.

ANEXO A – TEMAS POR EDIÇÃO

Quadro 13: Temas do 1º CBBB

I CBBB – 1954 – RECIFE -PE
<p>Tema I – Situação Atual do leitor brasileiro</p> <ul style="list-style-type: none"> a) O leitor e o bibliotecário b) Formação do leitor brasileiro
<p>Tema II – O ensino profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Escolas de biblioteconomia b) Bibliotecários para trabalho especializado c) Cursos de Emergência d) Formação dos professores de biblioteconomia e) Intercâmbio entre professores das escolas brasileiras de biblioteconomia f) Colaboração com a associação latinoamericana de professores e escolas de biblioteconomia g) Literatura brasileira nacional
<p>Tema III- Processos Técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Problemas de Classificação b) Normas brasileiras de catalogação: entrada de autores coletivos e nomes brasileiros c) Catalogação de material especializado d) Catálogo coletivo e) Catalogação centralizada e cooperativa f) Aquisição centralizada g) Padronização de material de biblioteca h) Terminologia
<p>Tema IV – Bibliotecas Públicas</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Funcionamento de redes de bibliotecas populares e ambulantes b) Aparelhagem áudio-visual
<p>Tema V – Bibliotecas Especializadas</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Bibliotecas universitárias e bibliotecas de instituições b) Bibliotecas para cegos c) Criação de um serviço nacional e internacional de permuta de documentação entre bibliotecas d) Arquivística
<p>Tema VI- Bibliotecas Infantis e de escolas primárias</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Seleção de livros para bibliotecas infantis b) Simplificação dos processos técnicos de catalogação e classificação c) Funcionamento de redes de bibliotecas de escolas primárias d) Atividades nas bibliotecas infantis
<p>Tema VII – Bibliografias</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Normas para compilação de bibliografias b) Bibliografia de bibliografias nacionais c) Bibliografias especializadas

<p>Tema VIII – Associações de Bibliotecários e Legislação Bibliotecária</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Federação de Associações de Bibliotecários b) Estatutos c) Funcionamento e programa de trabalho d) Criação de um órgão informativo e) Colaboração com a Federação Americana de Bibliotecários e com a Federação Internacional de Federações de bibliotecários. f) Legislação para bibliotecas (Recursos econômicos para a manutenção de bibliotecas: construção, instalação, etc) g) Regulamentação da profissão e carreira de bibliotecário

Fonte: Repositório FEBAB (2020)

Quadro 14: Temas do 2º CBBB

II CBBB – 1959 – Salvador - BA
<p>Tema I – Relações públicas aplicadas a biblioteca</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Ética profissional
<p>Tema II – Processos Técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Código Brasileiro de Rubricas b) Código Brasileiro de Catalogação c) Classificação Decimal Universal
<p>Tema III – Biblioteconomia como profissão</p>
<p>Tema IV – Ensino da Biblioteconomia</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Currículo do nível universitário b) Formação de bibliotecários c) Programa de técnicas fotodocumentárias
<p>Tema V – Associações Bibliotecária</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Organização de conselhos consultivos b) Federação Brasileira de Bibliotecários
<p>Tema VI - Bibliografia e Documentação</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Bibliotecário e documentalista: Formação e atribuição b) Técnica bibliográfica c) Normalização bibliográfica d) Mecanização e) Fotodocumentação f) Divulgação g) Biblioteca e serviço de documentação: Intercomunicação
<p>Tema VII – Relações entre editores, livreiros e bibliotecários</p>
<p>Tema VIII – Intercâmbio Biblioteconômico</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Catalogação Cooperativa b) Catálogo Coletivos

c) Empréstimo inter-bibliotecas
d) Permuta
Tema IX – Bibliotecas públicas, infantis, especializadas e ambulantes
Tema X – Edifícios de biblioteca: Cooperação entre bibliotecários e arquitetos

Fonte: Repositório FEBAB (2020)

Quadro 15: Temas do 3º CBBB

III CBBB – 1961 - Curitiba – PR
Tema I – Processos Técnicos
Tema II – Ensino de Biblioteconomia e documentação
Tema III – Profissão de bibliotecário documentalista
Tema IV – Bibliografia e documentação – Bibliotecas especializadas
Tema V – Relações Públicas e intercâmbio
Tema VI – Tipos de bibliotecas
Tema VII – Movimento Associativo da Classe

Fonte: Repositório FEBAB (2020)

Quadro 16: Temas do 4º CBBB

IV CBBB – 1963 – Fortaleza - CE
Tema I – Processos técnicos e intercambio
<ul style="list-style-type: none"> a) Aquisição planificada b) Catálogos Coletivos; catalogação cooperativa e centralizada c) Novas tendências de normalização dos trabalhos de catalogação e classificação d) Empréstimo entre bibliotecas
Tema II – Bibliotecas Públicas, infanto juvenis, ambulantes e escolares
<ul style="list-style-type: none"> a) Sistemas regionais de bibliotecas e municipais: seus serviços e atividades b) Papel da biblioteca no plano nacional de educação c) O instituto nacional do livro e o programa nacional para o desenvolvimento dos serviços da biblioteca pública. d) O Sesi, o Sesc e suas bibliotecas ambulantes
Tema III – Informação Científica
<ul style="list-style-type: none"> a) Bibliotecas universitárias b) Bibliotecas especializadas c) Centros de documentação e informação técnico-científicas

<ul style="list-style-type: none"> d) Teletipos na informação e) Organização da bibliografia nacional f) Mecanização bibliográfica g) Centros de reprodução de documentos: organização e aparelhamento h) Normalização da documentação i) Terminologia científica
<p>Tema IV – Educação do bibliotecário documentalista</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Tendências modernas dos currículos b) Intercâmbio entre as escolas de biblioteconomia c) Movimento associativo nacional e internacional – FEBAB, Associações Nacionais, FID/CIA, ISO e IFLA
<p>Tema V – Arquivologia</p>
<p>Tema central: A educação através da biblioteca</p> <p>Fonte: Repositório FEBAB (2020)</p>

Quadro 17: Temas do 5º CBBB

V CBBB – 1967 - São Paulo - SP
<p>Tema central: A biblioteca como fator de progresso</p>
<p>Tema I – Formação Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Currículo Mínimo b) Graduação, pós-graduação e doutoramento c) Cursos de atualização d) Formação de professores
<p>Tema II – Processos Técnicos</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Atualização, mecanização b) Aquisição cooperativa e planificada c) Problemas de catalogação e classificação. Normalização da técnica catalográfica. O catálogo sistemático nas bibliotecas especializadas. O emprego das fichas perfuradas em bibliotecas e na documentação. d) Permuta Nacional e Internacional de publicações e) As classificações hierárquicas e a indexação coordenada. Revisão e atualização da CDU.
<p>Tema III – Bibliotecas Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Bibliotecas Nacionais b) Bibliotecas públicas, estaduais e municipais c) Bibliotecas infanto-juvenis d) Bibliotecas circulantes e ambulantes e) Cooperação entre bibliotecas f) Sistemas regionais de bibliotecas
<p>Tema IV – Bibliotecas Universitárias e Especializadas</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Bibliotecas Universitárias b) Bibliotecas Especializadas

<ul style="list-style-type: none"> c) Bibliotecas Escolares d) Bibliotecas e os deficientes da visão e) Cooperação entre bibliotecas
<p>Tema V – Informação Científica</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Centros documentação e informação técnico-científica b) Coordenação dos serviços bibliográficos de resumos e indexação c) Registro e recuperação de informação d) Terminologia científica e) Coordenação dos serviços de tradução f) Normalização da Documentação (Especialmente das publicações primárias)
<p>Tema IV – Reprografia</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Microfilme, microficha b) Xerografia c) Instrumentos fotográficos d) Métodos modernos de reprodução
<p>Tema VII – Instrumentos audiovisuais</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Aparelhagem áudio-visual
<p>Tema VIII – Movimento Associativo</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Movimento Associativo Nacional: Conselhos nacional e regionais de biblioteconomia, FEBAB e associações filiadas. b) Movimento Associativo internacional: FIAB, FIAB/GRAAL, FID, FID/CLA, FID/CCC, ISO c) Organização de Seminários e Congressos <p>Fonte: Repositório FEBAB (2020)</p>

Quadro 18: Temas do 6ºCBBD

VI CBBD – 1971 - Belo Horizonte - MG
Tema Central: Biblioteca e desenvolvimento econômico-social
<p>Tema I – Atividades profissionais</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Formação b) Movimento Associativo c) Normas para reuniões e trabalhos em grupo
<p>Tema II – Organização bibliotecária</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Processos Técnicos b) Fontes bibliográficas c) Normalização d) Terminologia e) Serviço de tradução
<p>Tema III – Mecanização</p> <ul style="list-style-type: none"> a) De serviços b) Da informação c) Repografia
<p>Tema IV – Planejamento e Instalação</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Equipamento b) Edifício

c) Material
Tema V – Comunicação e informação a) Teoria da informação b) Instrumentos de comunicação de massas c) Recursos audiovisuais
Tema VI – Cooperação Nacional e internacional a) Bibliotecas Gerais Públicas b) Bibliotecas Especializadas c) Bibliotecas Especiais d) Bibliotecas ambulantes e) Bibliotecas empresariais f) Catálogos coletivos g) Permuta, intercâmbio h) Aquisição planejada e cooperativa

Fonte: Repositório FEBAB (2020)

Quadro 19: Temas do 7º CBBB

VII CBBB – 1973 – Belém - PA
Tema Central: As bibliotecas e os centros de documentação em função do sistema nacional de informação científica e tecnológica
SubTemas: <ul style="list-style-type: none"> • Informática • Planejamento • Instalações e Equipamentos • Organização bibliográfica
Tema Central e sub temas discutidos dentro dos tópicos: <ol style="list-style-type: none"> a) Documentação agrícola b) Documentação Científica e Tecnológica c) Documentação Jurídica e administrativa d) Documentação Sócio-econômica e) Bibliotecas universitárias f) Bibliotecas escolares g) Bibliotecários e livreiros h) Documentação biomédica i) Biblioteca pública

Fonte: Repositório FEBAB (2020)

Quadro 20: Temas do 8º CBBB

VIII CBBB – 1975- – Brasília - DF
Tema Central: A responsabilidade social das bibliotecas no plano setorial da educação
Tema 1: Problemas de editoração, divulgação, distribuição e comercialização
Tema 2: Os direitos autorais e a publicação oficial
Tema 3: Organização o controle das publicações oficiais

Fonte: Repositório FEBAB (2020)

Quadro 21: Temas do 9º CBBB

IX CBBB – 1977 – Porto Alegre – RS
Tema Central: Integração dos sistemas de informação no desenvolvimento nacional
Tema 1: Educação para a biblioteconomia
Tema 2: Movimento Associativo

Fonte: Repositório FEBAB (2020)

Quadro 22: Temas do 10º CBBB

X CBBB – 1979 – Porto Alegre – RS
Tema Central: Biblioteconomia Brasileira: Avaliação Crítica e perspectivas

Fonte: Repositório FEBAB (2020)

Quadro 23: Temáticas 28º CBBB 2019

EIXOS TEMÁTICOS
Eixo 1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Eixo 2 Ninguém fica para trás
Eixo 3 Cultura do privilégio
Eixo 4 A expansão desenfreada das tecnologias
Eixo 5 O farol do advocacy
Eixo 6 Gestão de bibliotecas
Eixo 7 Construção e identidade profissional
Eixo 8 Ciência da Informação

Eixo 9 2º Fórum das Bibliotecas de Arte
Eixo 10 XI Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Eixo 11 IV Fórum de Biblioteconomia Escolar: Pesquisa E Práticas Rumo ao Desenvolvimento Humano
Eixo 12 V EEPC Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação
Eixo 13 6º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas
Eixo 14 I Fórum Brasileiro das Bibliotecas Prisionais
Eixo 15 I Fórum de Bibliotecas Universitárias: Comunicação Científica no contexto da Ciência Aberta

Fonte: Relatório Final CBBD 2019

ANEXO B – DISCURSO DE ABERTURA 6º CBBB

061.1

Discurso de Abertura do VI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

Maria Alice Barroso *

Resumo

Atividades atribuídas pelo Ministério da Educação e Cultura ao Instituto Nacional do Livro: programa de co-edição do livro nacional, a Enciclopédia Brasileira, bibliotecas volantes e salas de leitura, bolsas de estudo e cursos.

Pela primeira vez tenho a honra de participar de um Congresso de Biblioteconomia e esta honra assume um caráter especial para mim porque se este Congresso reúne meus colegas da profissão eleita — porque sou bibliotecária por escolha feita já na idade da razão — este estar entre colegas, significa, sobretudo, estar entre amigos, amigos que formam uma família que tem o seu grande elo — e por que não dizer a sua grande obsessão — no livro. E acrescento: este Congresso já não apenas me confere a sensação de estarmos em família, mas ele me proporciona, ainda, a sensação de estar em casa, pois realizando-se em Minas Gerais, tendo eu nascido numa pequena cidade do Estado do Rio fronteira com Minas, considero-me e proclamo com orgulho que fluminense sou.

E com este à vontade de quem está em sua casa, no meio de seus semelhantes, e gostaria que entendessem o termo semelhante — não apenas por sermos seres humanos mas semelhantes porque nos assemelhamos em nossas idéias e atividades — que me dirijo aos meus colegas para transmitir

* Diretora do Instituto Nacional do Livro.

em nome do Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho, a importância que sua Excelência atribui e confere aos trabalhos que se vão proceder neste 6.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e as conclusões que d'êles resultarão.

No momento em que o Brasil se apressa para realizar a sua grande reforma de ensino, no instante em que nosso País vai aplicar, na Educação, no próximo quadriênio, com a execução, pelo menos, de 20 projetos de alta prioridade, 26 bilhões de cruzeiros, está o Ministro Jarbas Passarinho profundamente consciente que não apenas os professores são peças importantes na execução deste programa, mas que com eles e ao lado deles, se coloca o bibliotecário, o intermediário entre o estudante e o livro, ou mais claramente, o condutor do estudante ao livro.

Sabemos todos que o Governo acaba de enviar ao Congresso a reforma do ensino e não desconhecemos que as profundas repercussões dessa reforma seriam minimizadas se, paralela à sua implantação, não estivesse sendo executada uma nova política do livro, programa esse capaz de conferir aos Estados brasileiros a preocupação de destinar, em seus orçamentos, verbas para o livro didático, entrelaçando-os à política estabelecida pelo Ministério da Educação e Cultura.

Julgo oportuna, e agradeço, a ocasião de falar aos meus prezados colegas de todo o Brasil sobre o programa nacional do livro cuja responsabilidade de execução cabe, de agora por diante, ao Instituto Nacional do Livro. Houve por bem o Senhor Ministro da Educação e Cultura unificar os órgãos do livro que existiam no MEC, reunindo, através de um Colegiado, os Departamentos de Ensino, a fim de que os mesmos, normativamente, estabeleçam os programas a serem executados pelo INL, através do regime de coedição, para os três níveis de ensino: fundamental, médio e superior.

A fim de conjugar esforços e recursos, o Ministério da Educação e Cultura estabelecerá convênios com os Estados para a formação do Fundo Nacional do Livro Didático, no qual o Ministério e os Governos Estaduais depositarão percentagens de acordo com os critérios flexíveis, que considerarão não só o universo escolar a ser progressivamente atendido como também o orçamento de cada Estado conveniente.

Acreditamos que o regime de coedições — que no tocante ao livro didático tão bons resultados pode oferecer em 1970, logo em seu 1.º ano de implantação no INL — poderá proporcionar largas tiragens, através

de criteriosa seleção de títulos procedida pelos respectivos Departamentos de Ensino do MEC, vindo baratear sensivelmente o preço do livro didático, beneficiando em larga escala o estudante brasileiro. Aqueles que têm acompanhado o trabalho do INL na gestão do Ministro JARBAS PASSARINHO sabem que não se trata de um passe de mágica ou de exibição demagógica : já em 1972 deveremos coeditar, no ensino fundamental, 2.250.000 exemplares, atendendo à área do ensino superior com 1.050.000 livros dos quais 420.000 serão destinados às bibliotecas universitárias.

Seja-me concedida permissão para discorrer, sucintamente, sobre algumas metas que o Ministro JARBAS PASSARINHO atribuiu ao INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO até o final do governo do Excelentíssimo Presidente da República, General GARRASTAZU MÉDICI :

A Enciclopédia Brasileira, um dos principais objetivos do decreto de criação do Instituto em 1937, de acordo com a reforma administrativa ora em processo no MEC, é um projeto, em moldes empresariais, financiado por estabelecimento de crédito oficial, utilizando as Universidades como fontes de pesquisa dos verbetes sobre o Brasil. Acreditamos e nos empenhamos a fim de que ao final do presente governo os primeiros volumes já estejam publicados, tornando irreversível a sua continuação.

No tocante às bibliotecas e salas de leitura, a coedição nos possibilita não só organizar o acervo básico de uma biblioteca brasileira, como também implantar, em cada município, uma biblioteca ou uma sala de leitura, sendo esta última a semente, o devir da biblioteca. Paralelamente constituímos representantes no INL nos municípios, não só para estabelecermos laços entre o Instituto e as cidades do interior, como também visando motivar a comunidade na criação de "Sociedades de Amigos da Biblioteca", a fim de que este órgão se transforme num patrimônio que não apenas serve mas que pertence aos habitantes dos municípios.

Quanto às bibliotecas volantes, hoje o INL as empresta aos municípios pelo período de 6 meses, condicionando tal empréstimo ao compromisso das prefeituras adquirirem sua própria biblioteca volante, à qual o Instituto doa o acervo.

Procuramos distribuir, dentro dos recursos disponíveis, as bolsas de estudo aos estudantes de biblioteconomia, descentralizando-as da Guanabara e dividindo-as equitativamente pelos Estados brasileiros onde existam cursos de biblioteconomia.

E nesta área, gostaria de congratular-me com os nossos colegas de carreira, pela grande conquista obtida com a nomeação da bibliotecária

JANICE DE MONTE-MOR para a direção da Biblioteca Nacional. Creio não exorbitar, interpretando mais esta atitude de extraordinária lucidez administrativa do Ministro JARBAS PASSARINHO, não apenas como um ato de desejo de colocar uma extraordinária profissional a serviço dos escritores, reconhecimento ao labor e capacidade do bibliotecário como também o aos quais aprendemos, em nosso curso, a respeitar, colaborando na divulgação de suas obras.

Concentramos a atividade da nossa assessoria de cursos naqueles que estão vinculados somente ao aperfeiçoamento do livro: neste ano de trabalho já realizamos três cursos para formação de revisores e, neste momento, na Guanabara, contando com cerca de 90 alunos temos o curso para formação de tradutores para os idiomas espanhol, inglês e francês.

Houve por bem o Ministro da Educação e Cultura, através da mensagem que o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso, já aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, criar os Prêmios Literários Nacionais, de forma cíclica e anual, destinando à Poesia, Ficção e Ensaio Literário ou Histórico, os prêmios de 30 mil cruzeiros para livro inédito e 30 mil para livro publicado no último biênio. E é com orgulho que lhes afirmo serem estes em termos financeiros, os maiores prêmios literários.

Meus colegas, meus amigos: ao caber-me a honra de representar, neste Congresso, a Sua Excelência, o Ministro da Educação e Cultura, não desejo que minhas palavras fossem apenas as de uma calorosa saudação aos bibliotecários de todo o Brasil, reunidos nesta Belo Horizonte a que aprendi a amar através dos amigos que aqui posuo: almejei também prestar-lhe, conta de nossa administração, neste ano de trabalho, à frente do Instituto Nacional do Livro. Entendo que se realizamos algo nesse órgão, fundamental foi a experiência da bibliotecária que, mais do que a escritora que também sou, tem-me guiado num programa que colima e ambiciona grandes transformações, mas sem jamais desviar-se ou pretender ignorar a realidade do nosso País.

Pertencço, como bibliotecária, a uma geração que prepara e cederá os lugares de comando aos bibliotecários mais jovens sem a frustração e o amargor do poder perdido: vivendo uma difícil fase de transição, sucedamos a uma geração que tinha no bibliotecário o ser erudito, que guardava na memória do amor a colocação dos livros nas estantes. A nós, coube como herança humanista e os primeiros conhecimentos técnicos, a utilização de códigos e sistemas. Seremos e estamos sendo substituídos por uma geração que se valerá de computadores e todo um processamento tecnológico que muito facilitará o trabalho, mas que jamais deverá abolir

o ser humano do seu comando e conseqüente utilização. Aqueles que chegam e assumem seus lugares na carreira, podemos dizer que fizemos tudo para que eles realizem o melhor.

Permitam-me os jovens, permitam-me todos, enfim, que eu concentre minha mais colorosa homenagem à extraordinária equipe que tornou possível a realização deste VI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, na figura admirável de sua Presidente, a bibliotecária ETELVINA LIMA, em cujo saber e experiência tanto tenho me louvado na difícil tarefa de administrar o Instituto Nacional do Livro.

Do seu trabalho extraordinário, sem alardees publicitários, mas de rara e pôsteria eficiência, poderíamos resumir com esta frase de CONRAD: "Teve de suportar a crítica dos homens e a severidade prosaica de uma tarefa cotidiana que dá o pão, mas cuja única recompensa se encontra no perfeito amor que essa tarefa inspira".

Julho de 1971

SUMMARY

A activities prescribed by the Ministry of Education and Culture to the Book National Institute (Instituto Nacional do Livro). Program for co-editing national books, the Brazilian encyclopaedia, mobile libraries and reading rooms, courses and bchularships.

ANEXO C – DISCURSO DE ABERTURA 7º CBBB

7.º CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Discurso proferido por Laura Garcia Moreno Russo, presidente de honra do conclave, na solenidade de abertura, em 29 de julho de 1973.

Reúne-se, mais uma vez, a classe bibliotecária, em obediência às Resoluções do VI Congresso, realizado em Belo Horizonte há dois anos, quando resolveu aceitar o amável convite dos bibliotecários paraenses, a fim de que na cidade de Belém fosse realizado o 7.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

Cumpre-nos, primeiramente, agradecer a distinção que nos deram os bibliotecários do Estado do Pará, convidando-nos para ser presidente de honra deste Congresso, homenagem da qual fazemos partilhar todos aqueles que lideram as quinze Associações filiadas à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.

NOSSOS CONGRESSOS

O conagraamento de bibliotecários teve início em 1954, quando foi realizado no Recife, o 1.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Naquela época, o termo documentação não era familiar à Classe, embora nesse mesmo ano tivesse o IBBD iniciado suas atividades. Foi uma tomada de consciência de seu valor e utilidade que os bibliotecários iniciaram, porém, terminado o conclave, dificuldades imensas ocasionaram o distanciamento de novo encontro, que só se deu em 1959, em Salvador.

O 2.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação fixou a denominação que iria ser adotada pelos demais: biblioteconomia e documentação. Foi nesse congresso aprovada a tese que deu origem à FEBAB, unindo definitivamente os bibliotecários, para a luta que então se iria travar, no sentido de colocá-los no lugar que há muito tempo lhes deviam os altos escalões da administração pública. Nessa época, os bibliotecários paulistas haviam conseguido que o Deputado Rogê Ferreira desse entrada no Congresso Nacional ao projeto que iria se transformar na Lei 4084/62, a partir da qual o exercício da profissão de bibliotecário seria considerado de nível universitário.

O 3.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba em 1961, caracterizou-se pelas lutas em plenário e pelas inúmeras teses apresentadas. A classe buscava com impaciência sua reafirmação social.

Em seqüência normal veio o 4.º Congresso, realizado em Fortaleza, em 1963, patrocinado pela Universidade Federal do Ceará. Já, então, tinham os bibliotecários a profissão regulamentada, porém, faltava a regulamentação da lei. Parodiando o que já é uma paródia política, a novela O BEM AMADO, faltava na lei alguns "considerandos" e "os mais ou menos" que o Decreto 56.725/65 procurou introduzir.

Há quem acuse essa legislação de imperfeita. Certamente o é, como todas as leis elaboradas pelo homem, para servir a um determinado grupo, sociedade ou civilização. Se assim não fosse, o Corpus Juris Civilis, que tão bem serviu aos Romanos, poderia vigorar no século 20. Só as leis físicas são perfeitas e imutáveis. Ninguém as ousa criticar, porque foram feitas por Deus, para reger o Universo.

Três anos eram passados, quando a FEBAB solicitou ajuda ao Instituto Nacional do Livro para realizar em São Paulo o 5.º Congresso. Durante o ano de 1966, a Comissão Organizadora trabalhou intensamente para a concretização de um ideal: realizar um conclave, cujos participantes fossem agrupados, segundo seus campos de atividades. Os que estavam habituados ao velho sistema reagiram de incio, mas logo entenderam que a atividade bibliotecária já estava por demais diversificada, para admitir discussões em grandes sessões plenárias. Elas serviam como espetáculo, mas seus benefícios já então eram bem discutíveis.

O 6.º Congresso foi patrocinado, também, pelo Instituto Nacional do Livro. Teve lugar em Belo Horizonte, em 1971. Seu grande mérito foi o de reafirmar a orientação seguida no conclave anterior. Os bibliotecários procuraram, avidamente, realizar reuniões especializadas, onde discutiram problemas comuns e acertaram providências para atividades futuras. Viu, assim, a FEBAB, naquela semana de intenso trabalho, concretizado um de seus objetivos: reunir os bibliotecários de cada área, para trabalhar pela homogeneidade de métodos e processos específicos. Integram a Federação seis Comissões Permanentes:

- Comissão Brasileira de Documentação Biomédica;
- Comissão Brasileira de Documentação Tecnológica;
- Comissão Brasileira de Documentação Jurídica;
- Comissão Brasileira de Documentação Agrícola;
- Comissão Brasileira de Documentação de Bibliotecas Públicas;
- Comissão Brasileira de Documentação de Bibliotecas Escolares;

Outras áreas de atividades já são do interesse de algumas Associações filiadas, porém, não constituem Comissões Nacionais.

É com grande orgulho que ostentamos esse panorama de integração de nossa classe. Enquanto em grandes e pequenos países os bibliotecários

se dividem em associações especializadas, enfraquecendo o conjunto associativo, no Brasil, os Grupos de Trabalhos das Associações Estaduais se filiam às Comissões Nacionais da FEBAB. Abriu-se, dessa forma, um vasto campo de estudos biblioteconômicos, enquanto os Cursos de pós-graduação estão em compasso de espera.

O êxito obtido por essas Comissões Nacionais nos leva a crer que estamos trilhando o caminho certo da especialização do bibliotecário. Esperamos que as diretorias das Associações de Bibliotecários prestigiem, cada vez mais, as atividades dos Grupos de Trabalhos, compartilhando de seus êxitos e dificuldades.

O INTERESSE PELA PROFISSÃO NO SÉCULO 20

O Correio Brasiliense, em sua edição de 9 de janeiro do corrente ano, publicou interessante entrevista de uma recém-formada em biblioteconomia, numa das escolas do país. Disse a colega: "Há muita gente com diploma, procurando emprego e nada consegue, porque o mercado está saturado". Em que pesem as razões apresentadas, discordamos completamente de seu modo de ver a atividade bibliotecária assim exercida, sem familiaridade com os problemas das bibliotecas das cidades interioranas, onde rareiam os bibliotecários. Sabemos que a culpa não cabe somente aos bibliotecários, que preferem trabalhar nos grandes centros, mas, também, às autoridades estaduais e municipais, que na grande maioria, ainda não consideram a biblioteca como entidade indispensável às suas coletividades.

Em face da complexidade e relevância do assunto, o CFB e a FEBAB se preocupam com a necessária e urgente adequação de medidas, que venham assegurar a conveniente vitalidade de nossas bibliotecas.

Apesar de todo esforço de conscientização, reconhecemos que há um longo caminho a percorrer, porque, em certos setores da educação e da cultura, o problema da falta de bibliotecas não está sequer equacionado, para solução a curto, médio ou longo prazo. Disto tivemos prova, quando há dois meses, solicitamos à Secretaria do Interior do Estado de São Paulo a publicação do levantamento das bibliotecas públicas municipais. Alegou a Secretaria que não dispunha de verbas para publicações e recomendou-nos ao Mobral, que repetiu o estribilho "não temos verbas para publicações".

O trabalho oferecido, era o fruto de pesquisas realizadas ao longo de dois anos. Tinha seus dados tabulados e estava acompanhado de mapas, gráficos e tabelas de padrões. Apesar de tudo, ele continha um grande defeito: não fora apresentado por uma Empresa de Planejamento, tão a gosto de alguns administradores da atualidade.

Por toda essas razões, necessitamos fortalecer nossas entidades de classe, cujo elenco já é bastante numeroso, destacando-se no ensino 20 escolas; na fiscalização profissional um Conselho Federal e 10 Conselhos Regionais; na atividade associativa de aprimoramento e defesa profissionais, uma Federação e 15 Associações de Bibliotecários. Repetimos, Associações de Bibliotecários e não de documentaristas, de técnicos em informação, de informatas, de informólogos, de pesquisadores legislativos, coordenadores de publicações e documentação, nem de técnicos em informática. Essa complicada e diversificada nomenclatura, para denominar a atividade profissional do bibliotecário, nos parece de um ridículo olímpico.

Compreendemos, mas não justificamos a atitude daqueles que, para fugir a um reenquadramento injusto, arranjam novas denominações para a atividade nobre de buscar em livros ou em documentos os dados necessários de atendimento de consulentes, não importando a entidade onde trabalhe, se numa biblioteca infantil ou num sofisticado centro de documentação.

A continuar assim, os bibliotecários que aspiram a poeira dos assuntos econômicos, levantada nos debates das mesas redondas, conferências e entrevistas, logo serão intitulados técnicos em rentabilidade da informação, ou técnicos em rentabilidade das bibliotecas.

Respeitadas as devidas proporções que o caso requer, podemos pensar: será que Calímaco, o primeiro bibliotecário que a história registra, se envergonhou algum dia de ser bibliotecário, quando poderia ter-se intitulado assessor de Ptolomeu I, com funções na Biblioteca de Alexandria? Cremos que não.

Será que os pacientes e dedicados bibliotecários dos Conventos da Idade Média, se hoje ressuscitassem, gostariam de ser chamados documentaristas? Não acreditamos. Eles não precisaram de artifícios para bem exercer a profissão e deixar como testemunho de sua atividade, através dos séculos e das fronteiras dos idiomas, as coleções preciosas que ajudaram a formar, para que servissem às gerações futuras.

Entre as peças que constituem essa dívida do passado, destacamos a série de doze códigos conhecida por Beatos, em homenagem àquele que passou mais de trinta anos escrevendo e iluminando sua obra belíssima, o Beato de Liebano, que viveu na Espanha, durante a Idade Média. Parece-nos ver o Professor Esteves Barba, da Biblioteca Nacional de Madrid, mostando os códices a seus alunos, carinhosamente, tal como acariciamos uma pessoa amada.

A história nos ensina que, desde os tempos antigos da pedra de Roseta, até a era moderna da pedra lunar, o homem tem feito o possível

para alcançar metas que se ajustem às suas necessidades e encontrar a forma de deixar testemunho de sua atividade. Com exclamações de triunfo ou de angústia, com hinos a seus deuses e súplicas de ajuda, tem expressado em cada época seus esforços para sobreviver. Os sonhos do homem, seus êxitos e fracassos, que permaneceram plasmados em pinturas rupestres, em manuscritos famosos, como a série dos Beatos, em obras impressas, em transmissões do vídeo, indicam que nosso mundo continua e se transforma em esperanças e objetivos. Mas, se o bibliotecário do século 20, pode esboçar o perfil dessa inquietação e vislumbrar claramente a sua atividade através dos tempos, não vemos motivo para dúvidas de ser ou não ser bibliotecário.

Ser bibliotecário, a nosso ver, é trabalhar com os olhos voltados para o futuro promissor das bibliotecas, dos arquivos documentários e de nossas entidades de classe. Eis o dever de quantos exercem essa honrosa profissão e habitam a terra abençoada e amável do Brasil.

..... ○ ○ ○

ANEXO D – DISCURSO DE ABERTURA 8º CBBB



Discurso pronunciado na Sessão de Abertura do 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação pelo Prof. Rubens Borba Morais.

A Comissão Organizadora deste Congresso pediu-me que vos dirigisse algumas palavras. Não me impôs um tema mas sugeriu-me que desse francamente minha opinião sobre o movimento bibliotecário atual comparado com o de trinta e tantos anos atrás, quando publiquei, em 1943, um livrinho intitulado **O Problema das Bibliotecas Brasileiras**.

Aceitei a sugestão e trouxe como Presidente de Honra do Congresso que hoje se inicia as reflexões de um velho bibliotecário, empenhado, nestes últimos cinquenta anos, em apenas cuidar de livros, ensinar Biblioteconomia e administrar bibliotecas no Brasil e no estrangeiro. Para essas reflexões peço a benevolência que os jovens têm para com os anciões.

Em 1943 fazia poucos anos que surgira em São Paulo um movimento biblioteconômico renovador. A fundação de uma Escola de Biblioteconomia com um currículo moderno, à reorganização da Biblioteca Municipal estavam dando apenas os primeiros frutos. Em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e na Bahia, antigas bolsistas da escola paulista estavam iniciando cursos que estabeleceriam bases seguras para um futuro desenvolvimento. No Rio de Janeiro o Dasp começava a formar uma plêiade de bibliotecários modernos eficientes.

O movimento estava iniciado, começava a espalhar-se pelo país. Pareceu-me então que, antes que se disseminasse desordenadamente, era tempo de analisar o problema e planificar a solução em diversas etapas.

Achava que era preciso, em primeiro lugar, formar pessoal técnico capaz, em número suficiente para atender as nossas necessidades. Era necessário planejar redes de bibliotecas nos Estados. Fundar bibliotecas a esmo de nada adiantava. Era um esbanjamento de dinheiro e esforços. Parecia-me ser da maior importância recuperar as velhas e ricas instituições entregues a literatos e aos bichos. Chamava a aten-

tar esses planos mirabolantes é jogar dinheiro fora e ter "para inglês ver", para mostrar para turistas. Há outros meios mais baratos de incentivar o turismo.

As nossas escolas de Biblioteconomia seguem um currículo mínimo estabelecido por lei. Não há dúvida que é necessário rever esse programa de tempos em tempos, tendo em vista as necessidades do país. Acho que, quando ele for revisto, é preciso levar em conta a triste realidade do nível mobralesco da maioria dos estudantes. O bibliotecário precisa ter um mínimo de cultura geral. O fato é óbvio e ninguém o contesta. Entretanto, nossos programas estão reduzindo as matérias culturais e aumentando as técnicas adiantadas que o futuro bibliotecário dificilmente terá ocasião de empregar. Já é freqüente o jovem recém-formado sentir-se frustrado. Sai da escola com a cabeça cheia de Informática, de *thesauri* e de computador. Vai trabalhar na biblioteca de algum ministério com poucos leitores ou uma biblioteca pública pobríssima. Como foi treinado para usar técnicas sofisticadas e não tem eletrônica à sua disposição, acaba frustrado e pondo a culpa de seu fracasso no governo e no imperialismo americano. Um técnico frustrado ou um técnico sem cultura é uma calamidade pública. Seria mais útil que nossas escolas ensinassem como por em ordem e fazer funcionar uma biblioteca antiquada, como enfrentar a realidade. Que tal um curso de sobrevivência na selva aplicado à Biblioteconomia? Duas matérias parece-me que deveriam ser introduzidas com urgência: a de custos operacionais e a de bom senso.

Não vejo as associações de bibliotecários representarem no Brasil o papel e a influência que associações semelhantes representam em alguns países desenvolvidos. Nem me parece que tenham a influência de outras sociedades entre nós. Se tivessem não teriam deixado a Biblioteca Nacional chegar ao ponto que chegou foi enfim entregue a uma bibliotecária para salvar os restos do naufrágio. Não teriam deixado a Biblioteca Municipal de São Paulo tornar-se um caos. Tenho certeza, porém, que as nossas associações mandaram e mandam muitos ofícios aos órgãos competentes. Mas, a Federação das Indústrias e as chamadas classes produtoras não se contentam em mandar ofício quando querem a cooperação do governo. É talvez por isso que produzimos cada vez mais e que nossas exportações crescem. O nosso atraso em matéria de biblioteca é uma prova de falta de cooperação entre bibliotecários e governo.

A organização de congressos de Biblioteconomia é talvez a principal atividade de nossas associações. Atividade meritória, não há dúvida. É tão agradável encontrar colegas, rever amigos, ouvir queixas e lamentações e também ouvir contar vantagem. É ótimo ir ao Recife ver onde o Capiberibe une-se ao Beberibe para formarem o oceano Atlântico. Como é gostoso comer pato com *tucupi* em Belém do Pará. Que espetáculo esplêndido o ver esta cidade magnífica rodeada de favelas e sem uma biblioteca pública.

Espero que desta reunião de trabalho e turismo não saiam somente "resoluções" publicadas em atas. Gostaria de ver surgir aqui uma nova mentalidade mais realista e mais atuante. Temos uma bem sucedida política exterior baseada no realismo pragmático. Vamos fazer uma política bibliotecária com base no realismo dramático de nossa verdadeira situação.

Brasília, 20 de julho de 1975.

ANEXO E – RECOMENDAÇÕES FINAIS 8º CBB**DECLARAÇÃO FINAL DO 8º CONGRESSO
BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E
DOCUMENTAÇÃO**

Os bibliotecários reunidos em Brasília analisaram a situação geral em que se encontram as bibliotecas do País e expressam, nesta declaração, suas preocupações com o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos serviços bibliotecários. As recomendações que se seguem foram inspiradas pelo propósito de contemplar antes os aspectos globais da profissão do que particularidades técnicas já abundantemente discutidas em congressos anteriores.

1) Não é mais admissível que o desenvolvimento de serviços de bibliotecas e documentação permaneça à margem do processo de planejamento e desenvolvimento integrado do País. Diante da decisão governamental de promover um desenvolvimento social harmônico, valorizando o homem brasileiro e melhorando a qualidade de vida em todo o território nacional, a existência de um sistema nacional de bibliotecas adquire importância fundamental. Esse sistema deve ser incluído nos Planos de Desenvolvimento e vincular-se estreitamente ao planejamento educacional e cultural, seguindo, na medida do possível, as recomendações finais da Conferência Intergovernamental sobre o Planejamento de Infra-Estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, realizada pela Unesco em setembro de 1974.

2) Para atingir esses objetivos, os bibliotecários deverão articular-se de forma ativa com as administrações federal, estaduais e municipais, bem como com as empresas privadas, levando-lhes projetos e concepções, atuais e factíveis, de desenvolvimento de bibliotecas públicas, escolares, especializadas e universitárias. A meta de interiorização das bibliotecas públicas deve ser prioritária no processo de expansão dos serviços de bibliotecas.

3) Esses projetos deverão organizar-se de forma sistêmica, baseados na realidade concreta de cada situação específica dando importância não apenas à construção de prédios, mas, principalmente, à formação de coleções bibliográficas e não-bibliográficas que correspondam às reais necessidades dos usuários existentes e potenciais.

A otimização do uso das publicações oficiais nas bibliotecas deve ser um dos objetivos de bibliotecários e editores oficiais, tendo em vista que esses documentos são elementos indispensáveis não só ao processo decisório, na Administração, mas também à reconstituição da própria história nacional.

4) A atual fase de desenvolvimento do País exige uma radical mudança de atitudes dos bibliotecários em face dos usuários, objetivo primordial da própria profissão. Eles devem preocupar-se de forma mais criativa com os consulentes, atuais e potenciais, de tal forma que as técnicas se tornem um meio efetivo de realização dos objetivos sociais da Biblioteconomia.

5) A fim de se efetivar a mudança de atitudes e o desenvolvimento que se almejam, faz-se inadiável a reformulação do ensino de Biblioteconomia, de modo que se assegure a formação de bibliotecários com aptidões técnicas e base cultural adequadas não só ao planejamento bibliotecário, mas também à prestação de serviços eficazes. A imediata criação, no Departamento de Assuntos Universitários do Ministério

da Educação e Cultura, de uma comissão de especialistas em ensino de Biblioteconomia, poderia realizar trabalho idêntico ao já executado para Medicina e Engenharia, proporcionando um diagnóstico completo da formação do bibliotecário e elaboração de currículos adequados às diferentes regiões.

Impõe-se, também, a implantação urgente de cursos de pós-graduação, visando à formação de recursos humanos de alto nível, em base interdisciplinar.

6) O conceito de sistema integrado de bibliotecas não se desvincula do desenvolvimento de um sistema nacional de arquivos e deve ser a infra-estrutura do sistema nacional de informação científica e tecnológica.

7) O desenvolvimento de serviços bibliotecários deve ser encarado pelas autoridades como suporte essencial do desenvolvimento de uma indústria editorial forte e independente. As entidades representativas dos bibliotecários devem articular-se com os representantes da indústria editorial, visando, inclusive, a influir na expansão dos serviços editoriais, para que estes possam atender à demanda diversificada de todas as camadas da população. Os bibliotecários apóiam a política dos representantes da indústria editorial no sentido de que seja aprovada uma lei básica para todos os problemas ligados ao livro no País.

O sistema de co-edições do Instituto Nacional do Livro e da Editora da Universidade de São Paulo deve ser adotado, na medida do possível, por outros órgãos públicos, universidades e instituições de pesquisas, ampliando a distribuição de suas publicações e tornando-as mais acessíveis.

Devem ser reforçadas as relações de colaboração entre editoras e gráficas envolvidas na edição de publicações oficiais e os bibliotecários.

8) É urgente a regulamentação da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973. O Conselho Nacional de Direito Autoral, criado pelo referido diploma legal, deve estar estreitamente vinculado aos órgãos incumbidos da publicação de registros correntes da produção intelectual e artística do País.

9) As metas de um desenvolvimento educacional que forme recursos humanos qualificados não serão alcançadas sem a implantação, em todo o território nacional, de um ensino que tenha por base o uso efetivo dos recursos de informação existentes. Isso implica na criação de bibliotecas que se vinculem à própria metodologia do ensino, em todos os níveis, inclusive nos programas de alfabetização de adultos.

Com o apoio das pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, bibliotecários, educadores e editores deverão traçar e implantar uma política de desenvolvimento de hábitos de leitura em todas as camadas da população.

10) Considerando-se as limitações de recursos existentes, os bibliotecários deverão desencadear uma política eficaz de coordenação de esforços entre bibliotecas, de integração ou fusão de bibliotecas que se situem muito próximas e atendam ao mesmo tipo de clientela, de colaboração efetiva em todos os níveis.

11) Os bibliotecários devem lutar pela adoção, em todo o País, de padrões mínimos para os serviços, de normas técnicas adequadas, e de compatibilização de procedimentos e rotinas, seguindo, na medida do possível, as recomendações da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas.

12) As associações profissionais devem assumir imediatamente o papel que lhes compete, pois são elas o foro apropriado para debate e estudo de soluções que atendam à

melhoria dos serviços bibliotecários no País. As associações deverão também manter programas de educação continuada para bibliotecários e auxiliares técnicos de bibliotecas.

13) Para o detalhamento do que se acha consubstanciado na presente declaração é necessário que uma entidade de âmbito nacional, assessorada por profissionais experientes, analise estas proposições, traduzindo-as em sugestões específicas e planos viáveis a serem apresentados às autoridades e outros setores profissionais. Essa entidade deve ser forte e dinâmica, ter uma direção que represente uma autêntica liderança da classe bibliotecária e estar sediada em Brasília, no próprio centro das decisões nacionais.

Brasília, 25 de julho de 1975.

ANEXO F – DECLARAÇÃO FINAL 8º CBBB

DECLARAÇÃO FINAL

É premente a necessidade da adoção de uma política nacional de informação e do planejamento e execução por equipes interdisciplinares de um sistema nacional de informação que, integrando e coordenando os serviços que são específicos de cada tipo de biblioteca, centro de documentação e arquivo, atinja, sem discriminação, todos os setores da comunidade e todas as categorias de usuários, permitindo que cada uma receba a informação que necessita e possa prestar sua máxima contribuição ao desenvolvimento nacional. O momento é, pois, de união de esforços, atividades e pensamentos para que possamos atingir o marco ideal.

Enfatizando alguns itens da declaração final do 8.º CBBB, repetimos o que ficou proposto e acrescentamos novas sugestões:

– As associações profissionais devem assumir imediatamente o papel que lhes compete, pois são elas o foro apropriado para debate e estudo de soluções que atendam à melhoria dos serviços bibliotecários do país. As associações deverão também manter programas de educação continuada para bibliotecários. Deverá ser promovida uma grande colaboração com outras associações de classe no sentido de uma maior facilidade na transferência de informações e apoio recíproco na consecução de projetos.

– Os bibliotecários devem lutar pela adoção, em todo o país, de padrões mínimos para os serviços, de normas técnicas adequadas e de compatibilização de procedimentos e rotinas, seguindo, na medida do possível, as recomendações da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA).

– O conceito de sistema integrado de bibliotecas não se desvincula do desenvolvimento de um sistema nacional de arquivos, infra-estrutura do sistema nacional de informação científica e tecnológica.

– A atual fase de desenvolvimento do país exige uma radical mudança de atitudes de bibliotecários face aos usuários, objetivo primordial de nossa profissão. Deve haver uma preocupação mais criativa com os consulentes, atuais e potenciais, de tal forma que as técnicas se tornem um meio efetivo de realização dos objetivos sociais da Biblioteconomia.

ANEXO G – RECOMENDAÇÕES 9º CBBB

À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

– Voto de Louvor ao Governo Federal e, em particular, ao Ministério de Educação e Cultura, pela exclusão do material bibliográfico das quotas de importação, medida de capital importância para a atualização e desenvolvimento dos acervos de bibliotecas e centros de documentação do país.

– que seja estabelecida política global, concernente à informação para o desenvolvimento, considerando em igualdade de condições as diferentes áreas da atividade humana: arquivos, bibliotecas públicas, bibliotecas especializadas, centros de documentação e serviços de informação.

– que seja implantado, de fato, o sistema nacional de informação para o Brasil (NATIS/BRASIL).

– que o Governo Federal libere as Instituições de Pesquisa e Ensino e os livreiros da necessidade de apresentação da Declaração de Importação para a liberação do material bibliográfico no Serviço de Encomendas Postais Internacionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), barateando, assim, o custo e agilizando a operação em benefício da cultura e do ensino no país.

– que o Governo Federal isente as Instituições de Pesquisa e Ensino da censura de publicações importadas do exterior, considerando a recomendação da UNESCO/NATIS, de cujo programa o Brasil é signatário, e que propugna um fluxo livre e desimpedido de informação entre as nações.

– que seja realizado estudo para a retirada dos materiais bibliográficos da rubrica "Material Permanente", criando rubrica específica, onde sejam incluídos, também, todos os novos tipos de materiais de registros bibliográficos.

À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

– que seja estabelecida política global, concernente à informação para o desenvolvimento, considerando em igualdade de condições as diferentes áreas da atividade humana: arquivos, bibliotecas públicas, bibliotecas especializadas, centros de documentação e serviços de documentação.

– que seja implantado, de fato, o sistema nacional de informação para o Brasil (NATIS/BRASIL).

– que o Governo Federal libere as Instituições de Pesquisa e Ensino e os livreiros da necessidade de apresentação da Declaração de Importação para liberação de ma-

material bibliográfico no Serviço de Encomendas Postais Internacionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), barateando, assim, o custo e agilizando a operação em benefício da cultura e do ensino no país.

— que o Governo Federal isente as Instituições de Pesquisa e Ensino da censura de publicações importadas do exterior, considerando a recomendação da UNESCO/NATIS, de cujo programa o Brasil é signatário, e que propugna um fluxo livre e desimpedido de informação entre as nações.

— que seja realizado estudo para a retirada dos materiais bibliográficos da rubrica "Material Permanente", criando rubrica específica, onde sejam incluídos, também, todos os novos tipos de materiais de registros bibliográficos.

AO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC)

— Voto de Louvor a Sua Excelência, Senhor Ministro de Educação e Cultura, Senador Ney Braga, pela instituição do prêmio MEC de Biblioteconomia e Documentação, resolução n.º 256/77.

— Voto de Louvor ao Governo Federal e, em particular, ao Ministro de Educação e Cultura pela exclusão do material bibliográfico das quotas de importação, medida de capital importância para a atualização e desenvolvimento dos acervos de bibliotecas e centros de documentação no país.

— que o Governo Federal libere as Instituições de Pesquisa e Ensino e os livreiros da necessidade de apresentação da Declaração de Importação para liberação de material bibliográfico no serviço de Encomendas Postais Internacionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), barateando, assim, o custo e agilizando a operação em benefício da cultura e ensino no país.

— que o Governo Federal isente as Instituições de Pesquisa e Ensino da censura de publicações importadas do exterior, considerando a recomendação da UNESCO/NATIS, de cujo programa o Brasil é signatário, e que propugna um fluxo livre e desimpedido de informação entre as nações.

AO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC/DAU)

— que seja instituída comissão ligada à Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), para avaliar o ensino de Biblioteconomia.

AO MINISTÉRIO DA FAZENDA

– que seja realizado estudo para a retirada dos materiais bibliográficos da rubrica “Material Permanente”, criando rubrica específica onde sejam incluídos, também, todos os novos tipos de materiais de registros bibliográficos.

ÀS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA (ESTADUAIS)

– que examinem a situação do professor integrante do plano de carreira do magistério, possuidor do grau de bacharel em biblioteconomia, para que seja classificado no mesmo nível dos demais possuidores de titulação universitária.

À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO (ABEBD)

– que a ABEBD realize, a curto prazo, um estudo para a reformulação do currículo mínimo do curso de biblioteconomia.

– que seja introduzida a disciplina de “métodos quantitativos aplicados à biblioteconomia” e que, a exemplo da Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sejam criados cursos de licenciatura em biblioteconomia.

ÀS BIBLIOTECAS CENTRAIS UNIVERSITÁRIAS

– que entrem em contato com o órgão universitário responsável para assumirem o encargo da catalogação na fonte, das obras editadas pela Universidade a que estão vinculadas.

– que contribuam para o controle bibliográfico nacional, fazendo o registro de todo o material bibliográfico (teses, catálogos, estatutos, etc...) que documenta a produção científica e literária da Universidade e relata os principais aspectos de sua existência.

– que enviem à Biblioteca Nacional, para fins de Depósito Legal, exemplar de cada publicação da Universidade.

AO CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB)

— que o CFB promova, em Brasília, reunião da Federação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia (FEBAB), do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), levando comunicado conjunto, respectivamente, das associações, conselhos regionais e diretores de Escolas para sistematizar as atribuições de suas entidades representativas.

AO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq)

— que o CNPq crie uma comissão para unificar e coordenar os diversos esforços individuais no campo da ciência e tecnologia, e, mais significativamente, a unificação e coordenação dos diversos sistemas de informação existentes no Brasil.

À FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS (FEBAB)

— que a FEBAB estude quais as providências que os Estados devem tomar para a sindicalização do bibliotecário, recomendando diretrizes a serem adotadas.

ANEXO H – DISCURSO DE ABERTURA 10º CBBB**DISCURSO DE ABERTURA DA PRESIDENTE DO 10º CBBB,
YARA SOELI BASSANI VEIGA**

Excelentíssimas autoridades presentes,
Senhoras e Senhores,
Prezados Colegas,

Na qualidade de Presidente da Associação Bibliotecária do Paraná, e, portanto, da Comissão Diretora do 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, tenho a honra de dar início aos trabalhos desta conclave.

Este Congresso é especial por diversos motivos. Primeiro, é o décimo desta natureza a ser realizado no país, demonstrando com isso sua maturidade. Segundo, comemora o Jubileu de Prata dos congressos de biblioteconomia no Brasil. Terceiro, como em 1961, realiza-se no Paraná, primeiro estado a sediar um Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação por duas vezes.

A história da biblioteconomia paranaense começou quase ao mesmo tempo que a série de Congressos. Foi há 27 anos que se criou o primeiro Curso de Biblioteconomia e Documentação neste Estado. Os professores responsáveis pelo início deste programa são os homenageados da hoje, como também o é o responsável pela organização do 1º Congresso, realizado em Recife, em 1954.

O êxito de todo projeto de grande envergadura depende de múltiplos fatores. Este projeto não fugiu à regra e, contou ainda com tempo exíguo para sua efetivação. Esta circunstância, todavia, só contribuiu para estimular o ânimo de todos os envolvidos em sua organização. A tarefa só pode ser completada devido ao espírito de missão e solidariedade que tanto os bibliotecários paranaenses como colegas de todas as regiões do país demonstraram.

A Comissão Organizadora do 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação espera que esta encontro seja profícuo e satisfatório. Espera, também, que as informações e as idéias ventiladas correspondam à avaliação crítica que se pretende e ofereçam perspectivas de desenvolvimento.

COLEGAS, sejam bem-vindos.
Está aberto o Congresso.

ANEXO I – DISCURSO DE ENCERRAMENTO 10º CBBB**DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO 10º CBBB,
PROFERIDO PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO DIRETORA,
YARA SOELI BASSANI VEIGA.****AUTORIDADES PRESENTES, SENHORAS, SENHORES**

Prezados Colegas

Pere que este Congresso correspondesse de algum modo, à expectativa quer profissional quer social, de cade Congressista, empenhamos o melhor e o mais consciente dos nossos esforços.

Desde o primeiro momento foi gratificante o calor humano com que o nosso trabalho foi recebido pelos participantes. E foi, e é sumamente grato para nós registrar como este mesmo calor humano minimizou e compensou as nossas falhas.

A Declaração final, que ouvimos, reflete e avalteção que nós mesmos fizemos das nossas metas.

Aqui consignamos um egredecimento especial ao bibliotecário Anibal Rodrigues Coelho, que aceitou ser o nosso porta-voz, como Relator-Geral.

Constetamos, com satisfação, que chegamos bem próximo das metas que nos propusemos – como um dos passos ne caminha de cade vez mais firme e decidida da Biblioteconomia Brasileira.

Agradecemos a todos os que vieram nos enriquecer com a sua experiência, apresentando trabalhos oficiais, oferecendo trabalhos livres, ministrando cursos, deixando circular livremente as suas idéias, compartilhando avaliação e perspectivas profissionais.

Queremos, ao término deste Congresso, associá-lo indelevelmente ao nome de duas companheiras muito queridas, que não estão aqui para compartilhar conosco das alegrias da tarefa cumprida.

Pedimos ao bom Deus que ajude a nossa Terezinha Xavier de Miranda a recuperar a sua preciosa saúde para voltar e preencher a sua lacuna em nossas fileiras.

E agradecemos ao bom Deus que deixou a Silvia Maria Peres Lacerda conosco o suficiente para definir os rumos deste Congresso.

Declaramos encerrados os trabalhos do 10º CBBB.

ANEXO J – DECLARAÇÃO FINAL 10º CBBB

DECLARAÇÃO

Os bibliotecários brasileiros, reunidos em Curitiba por ocasião do 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, inspirados pelo tema "Biblioteconomia brasileira: avaliação crítica e perspectivas", analisaram o estado de seu campo de atuação no país e ofereceram sugestões para seu desenvolvimento.

O exame dos trabalhos apresentados e das discussões e recomendações que suscitaram, reflete uma fundamental preocupação da classe com dois temas principais: a formação profissional e a provisão de serviços eficazes para os usuários.

Com relação à formação do bibliotecário, foram duas as principais abordagens avaliativas. Uma diz respeito ao estágio do aluno de biblioteconomia e documentação, quer como preocupação do ensino, propondo maneiras de torná-lo mais eficaz, quer como preocupação com a ocupação do mercado de trabalho por pessoas ainda não habilitadas. A outra, diz respeito à formação do bibliotecário, insistindo na capacitação do futuro profissional para atividades de pesquisa. A pesquisa em biblioteconomia foi reiteradamente abordada como instrumento indispensável de avaliação para tomada de decisões e para justificação de projetos. Foi, ainda, destacada a sua importância na geração de novos conhecimentos, dos quais depende o desenvolvimento da profissão no país.

Com relação ao reconhecimento do usuário como um componente-chave dos sistemas de informação que constituem as bibliotecas, as proposições sugerem a necessidade de se ter a completa satisfação do usuário como a diretriz determinante para as fases de projeto, implementação, desenvolvimento e avaliação dos serviços.

As perspectivas para o campo estão refletidas, portanto, na crença de que a realização dos melhoramentos a serem buscados está no estabelecimento de programas regulares de pesquisa, na medida do possível integrados, gerando maior compreensão das variáveis envolvidas e oferecendo subsídios confiáveis; e na crença, também, de que serviços bibliotecários mais eficazes somente advirão de atitude favorável à cooperação e integração dos mesmos, num esforço coletivo que exige o comprometimento de cada profissional, qual quer que seja sua área de atuação.

ANEXO L – RECOMENDAÇÕES 10º CBBB

SESSÕES PLENÁRIAS – RECOMENDAÇÕES APROVADAS

Recomendações propostas por autores de trabalhos apresentados em sessões Plenárias e aprovadas pelos Congressistas.

1 – FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro et alii, 1954-1979 – Jubileu dos Congressos de Biblioteconomia e Documentação – Temários, Autores, Trabalhos apresentados, Recomendações.

Recomendações:

1.1 - que sejam adotadas normas para apresentação dos novos Congressos, de forma a facilitar a informação, apresentando os seguintes dados na ordem citada:

1. Local
2. Cidade-sede
3. Período
4. Ano
5. Patrocínio
6. Organização
- 6.1 Comissão Organizadora
7. Apoio
8. Número de inscritos
9. Objetivos
10. Programa
- 10.1 Tema central
- 10.2 Temas especiais
- 10.3 Total de comunicações
11. Eventos paralelos
12. Recomendações
13. Convidados

1.2 - sejam adotadas como normas-padrão, para apresentação de trabalhos em futuros Congressos, as normas estabelecidas pelo 10º CBBB.

1.3 - "que seja constituído, junto à FEBAB, um Secretariado Permanente dos Congressos de Biblioteconomia e Documentação, com o propósito básico de promover ou envolver esforços para a concretização das proposições aprovadas, trazendo ao Congresso seguinte um balanço das consequentes realizações". (Belo Horizonte, 4º CBBB – Recomendações).

2 – ANDRADE, Ana Maria Cardoso de & MAGALHÃES, Maria Helena da Andrade. Avaliação do serviço de referência: algumas considerações.

Recomendação:

Diante dos problemas que envolvem o trabalho de avaliação do serviço de referência, gostaríamos de sugerir que as técnicas de avaliação sejam estudadas de forma sistemática, possibilitando a criação de modelos aplicáveis às bibliotecas brasileiras.

3 – GUEDES, Marina Zeni. Estágio supervisionado em bibliotecas; proposição e validação de um currículo para ensino baseado na competência.

Recomendações:

- 3.1 - adoção da metodologia pelo Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFPR;
- 3.2 - revisão constante do Modelo Referencial e do Material Instrucional, com vistas ao aperfeiçoamento destes, com atualização da literatura profissional corrente;
- 3.3 - desenvolvimento de módulos de ensino alternativos;
- 3.4 - testagem da metodologia em populações diferentes.

4 – PIMENTEL, Cléia Dubeux Pinto. O bibliotecário e sua atuação profissional.

Recomendações:

4.1 - exigência do cumprimento efetivo das disposições legais que regem o exercício da profissão do Bibliotecário, no que se refere aos estágios, impedindo-se a atividade irregular do exercício profissional que tantos prejuízos tem trazido à classe e à sociedade. Desta forma, sugerimos que sejam aprofundados os estudos referentes às relações de emprego dos alunos estagiários, procurando criar normas e remunerações mínimas, bem como definindo melhor o tipo de prestação de serviços pretendida pelo estudante, criando condições para uma atuação não aviltante. As normas devem coibir qualquer forma de concorrência desleal ao profissional bibliotecário;

4.2 - ampliação do campo de atuação do bibliotecário através da criação de mecanismos de divulgação dos trabalhos executados por bibliotecários junto aos órgãos públicos de planejamento nacional, regional, estadual e municipal, explicando o que o profissional bibliotecário está apto e realizar e a importância da sua atuação nesses mesmos Organismos;

4.3 - libertar os bibliotecários de esquemas preconcebidos de pensar e agir, sobretudo nos novos bibliotecários. Tal objetivo deve partir do próprio desenvolvimento dos Cursos de Biblioteconomia, e sustentado pela própria atuação dos profissionais;

4.4 - solicitar que a ABEBD conduza com firmeza seus propósitos da revisão do Currículo Mínimo de Biblioteconomia, assumindo um posicionamento compatível com as condições reais de ensino no Brasil, cabendo-lhe:

- assessorar a organização de novos Cursos no Brasil, dentro de objetivos mais realistas;
- fornecer informações e subsídios para a retomada de um amplo debate nacional sobre

FORMAS DE ENSINO e conteúdo programático das disciplinas;

- Incentivar os Cursos e se empenharem na revisão dos seus Currículos Planos, tentando um ajustamento entre a situação ideal e as próprias possibilidades de cada Curso, adequando cada um à própria realidade e definindo sua atuação presente e futura;

4.5 - solicitar que a FEBAB desenvolva estudos em caráter de urgência para definição das condições indispensáveis ao pleno exercício profissional do bibliotecário, compreendidos nos seguintes pontos:

- que os Fundos de Assistência aos Municípios prevejam em duas dotações, verbas destinadas à contratação de bibliotecários para suprir as necessidades de serviços bibliotecários nas prefeituras carentes de recursos, devendo não somente estimular a criação de bibliotecas públicas como de bibliotecas escolares em caráter permanente, mas, também, os carros-bibliotecas para atendimento da população rural, com equipes móveis dinamizando e viabilizando este tipo de prestação de serviço;

- ponderar ao Governo a necessidade de criação de um Sindicato para os Bibliotecários, com a finalidade de obter respaldo político para suas reivindicações, a canalizando as críticas dos bibliotecários aos problemas da comunidade;

- que sejam difundidas e incentivadas a prestação de serviços dos profissionais na área de consultoria e tratamento técnico de coleções, sob a modalidade de AUTÔNOMOS, como forma de aumentar as possibilidades de trabalho para todos os bibliotecários e corrigir as distorções existentes;

- preparar roteiros para elaboração de projetos para criação de Bibliotecas e Serviços bibliotecários especiais;

- normas de contratação para prestação de serviços como autônomos;

- critérios para preparação de uma Tabela de Honorários; e, finalmente,

4.6 - estimular a permanente atualização dos profissionais, especialmente no contato com outras áreas de conhecimento, sendo do isolamento em que se encontra dentro do todo social, da Universidade, dos demais profissionais liberais e de própria classe.

5 - BRUNETTI, Maria Isabel Santoro & SILVA, Valéria da Assumpção Pereira da, A biblioteconomia brasileira - um problema dos bibliotecários.

Recomendações:

5.1 - que os bibliotecários brasileiros façam uma reflexão em relação ao seu trabalho frente à classe e aos problemas da biblioteconomia brasileira;

5.2 - que cada bibliotecário decida estudar uma maneira de integrar sua biblioteca numa política nacional de informação;

5.3 - que a Biblioteca Pública Municipal execute, além das suas tarefas normais, as funções de elemento de ligação entre as bibliotecas do município, as Bibliotecas Estaduais e a Biblioteca Nacional;

5.4 - que em municípios onde não exista Biblioteca Pública, essa atividade seja exercida por outro tipo de biblioteca ou pela Biblioteca Pública mais próxima.

5.5 - que o bibliotecário brasileiro se defina em relação à sua participação e colaboração efetiva diante do Sistema Nacional de Informação. Recomenda-se que haja uma mudança coletiva de atitudes profissionais para proporcionar à classe uma unidade de ação a nível nacional.

6 - FERREIRA, Carminda Nogueira da Castro, A formação do bibliotecário.

Recomendações:

Considerando que na formação do bibliotecário o orientador de sua aprendizagem desempenha papel primordial, propomos que:

6.1 - as Escolas de Biblioteconomia exijam de seus professores cursos de complementação pedagógica, ministrado em Faculdade de Educação ou em Cursos de Pós-graduação, voltados para o ensino da Biblioteconomia;

6.2 - os Conselhos Regionais de Biblioteconomia exerçam o direito que lhes é facultado pela Lei 4084/62, nomeando comissões especiais de fiscalização do ensino da Biblioteconomia, nas escolas instaladas nas áreas de sua jurisdição.

7 - PARANHOS, Wanda Maria Maia da Rocha, Avaliação de desempenho em bibliotecas.

Recomendações:

— Com relação à necessidade e propriedade de experiências de avaliação de desempenho em bibliotecas brasileiras, recomenda-se aos bibliotecários em geral e interessados no assunto que:

7.1 - sugiram modelos de avaliação da eficácia que apresentem as características de:

a) definir claramente os dados que requerem;

b) determinar a maneira de promover a coleta;

c) indicar o uso que se possa fazer deles, principalmente para a tomada de decisões;

d) atender aos requisitos de comparabilidade e validade dos resultados e praticidade na realização da coleta dos dados exigidos;

7.2 - promovam experiências de avaliação a intervalos regulares, tornando-as uma rotina normal da biblioteca;

7.3 - empenhem-se em promover as mudanças evidenciadas como necessárias em consequência da análise avaliativa, e apliquem os modelos novamente após a tomada de qualquer medida para determinar os efeitos, incorporando o novo resultado obtido como retroalimentação no ciclo de tomada de decisões;

7.4 - desenvolvam outros modelos de avaliação que superem as limitações daqueles já constantes da literatura;

7.5 - reletem na literatura formal brasileira as experiências de avaliação que desenvolverem, para favorecer o debate e o aprimoramento dos modelos disponíveis.

Considerando a propriedade do modelo na geração de resultados de acordo com os requisitos numerados em 7.1, é possível especular que a reunião de tais dados constando da literatura permita o estabelecimento de padrões de desempenho para bibliotecas.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE BIBLIOTECOMIA E DOCUMENTAÇÃO – ABEED**RECOMENDAÇÕES**

1 – Que os cursos de Biblioteconomia examinem a possibilidade de ser incluído nos seus programas curriculares o ensino de técnicas de coleta e análise de dados estatísticos de interesse para a administração de bibliotecas;

2 – Que a ABEED procure estimular a edição de textos básicos para o ensino de Estatística para bibliotecários;

3 – Que a FEBAB inicie estudo visando à normalização das estatísticas bibliotecárias no Brasil e à identificação do órgão que, em âmbito nacional centralizaria o processamento dos dados estatísticos e a sua divulgação periódica e regular;

4 – Que os bibliotecários, em sua totalidade, cooperem no preenchimento dos questionários que lhes são enviados por diferentes instituições e pesquisadores, pois sem a obtenção dessas informações estará muito prejudicado o esforço da pesquisa que visa e proporcionar um melhor conhecimento de nossa realidade bibliotecária;

5 – Que os cursos de Biblioteconomia orientem seus alunos para o cumprimento da legislação profissional, de modo que não aceitem exercer atividades que contrariem a prática e os objetivos do estágio, remunerado ou não.

ANEXO M – DISCURSO DE ABERTURA 28º CBBB

Boa noite!

Em primeiro lugar cabe agradecer àqueles que ajudaram a tornar a 28ª edição do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação realidade. Nossos patrocinadores: ProQUEST, Exlibris, Ebsco, Minha Biblioteca, Conselho Federal de Biblioteconomia, Dot.Lib e Elsevier.

Nossos apoiadores: Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior – Capes do Ministério da Educação, Instituto Cervantes, Espírito Santo Convention Bureau.

Nossa diretoria que trabalhou incansavelmente, nosso colaborador Vicente e nossos familiares que estão conosco nesta empreitada.

Agradecemos as comissões organizadora e científica, aos conferencistas, palestrantes, moderadores, relatores, professores, autores, voluntários e equipes de apoio, enfim todos àqueles que acreditam que devemos trabalhar juntos para que tenhamos um sistema de acesso à informação, ao conhecimento, à leitura e à cultura como desejamos, como acreditamos que todos os cidadãos que vivem no Brasil têm direito.

Mas esse direito ainda está longe de ser conquistado. Os poucos avanços que vislumbramos nos últimos anos não chegaram às bibliotecas como esperávamos. E

agravando mais a situação perdemos um dos nossos importantes interlocutores, com a extinção do Ministério da Cultura. E, também nesta edição, a desistência da realização do Fórum das Bibliotecas Públicas que seria promovido pela Secretaria Especial de Cultura ligada ao Ministério da Cidadania.

O tema central do CBBB é “Desigualdade e democracia” qual o papel das bibliotecas? Por que tratar desse assunto num evento de Biblioteconomia e Ciência da Informação? E porque ainda falar da Agenda 2030 e os seus 17 objetivos do desenvolvimento sustentável?

As respostas para essas questões passam pelo conceito do que é biblioteca, ou melhor, do que é biblioteca para o bibliotecário, do que o profissional exercita cotidianamente para cumprir a missão da biblioteca.

E nós da FEBAB entendemos que as bibliotecas são espaços democráticos, transformadores e que o bibliotecário é o agente mobilizador capaz de promover transformações.

Defendemos que as bibliotecas são essenciais para a sociedade. Bibliotecas transformam vidas, porque estamos falando de pessoas, e para elas são pensadas as coleções, não o contrário.

Assim, a biblioteca é parte da sociedade e não deve estar dissociada dos anseios, das necessidades, dos problemas sociais, econômicos e políticos.

Como é do conhecimento de todos, os progressos da Agenda 2030 para a América Latina e Caribe são monitorados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL.

Na Segunda Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em 2018, foi publicado o “Segundo Informe Anual sobre o Progresso e os Desafios Regionais da Agenda 2030 para os ODS”, demonstrando que durante as últimas décadas a América Latina e Caribe melhoraram consideravelmente um conjunto de variáveis econômicas e sociais cujos indicadores e medições se encontravam incluídos na Agenda 2030.

Os dados mostraram que entre 2004 a 2014 a região cresceu a uma taxa regional de 3.32%, anual. Neste tempo foram implementadas diversas políticas em matéria social. A combinação desses fatores teve importante efeito sobre o bem-estar ao diminuir o número de pessoas extremamente pobres, de 63 milhões para 48 milhões, mas desde 2015 os números da região revelaram um aumento em todos os

níveis gerais de pobreza e de pobreza extrema. Em 2017, mais de 187 milhões de pessoas estavam vivendo na pobreza e 62 milhões viviam na pobreza extrema. A incidência da pobreza é levemente maior em mulheres, em idade ativa (15 a 29 e 30 a 39 anos), do que a registrada entre homens desses mesmos grupos etários.

O relatório mostra que a América Latina e o Caribe é a região mais desigual do planeta e indica que 75% das pessoas que vivem na região não têm confiança nas entidades públicas; 85% pensam que a corrupção é um tema estendido na população; a maioria das pessoas entende que os serviços públicos de saúde não estão dando o resultado esperado e uma em cada três pessoas dizem que a Educação também não corresponde ao desejado.

Aliado a isso, dados da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que 80 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 (US\$ 5,5) por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre. No que diz respeito à distribuição de renda, o Brasil continua sendo um país de alta desigualdade, inclusive, quando comparado a outros países da América Latina.

Então como delinear e propor serviços, programas sem levar em conta essa realidade, deixando de considerar o território onde a biblioteca está inserida? É possível construir o mesmo “portfólio de serviços” para qualquer biblioteca pública ou de uso público? Para qualquer biblioteca escolar? Construir acervos sem essa visão e diálogo com a comunidade?

E estamos preparados para esse enorme desafio? Se somos também os “profissionais da informação” temos uma vantagem em poder buscar mais conhecimento e desenvolver as habilidades necessárias. Estarmos aqui é uma resposta, pois somos comprometidos com nosso desenvolvimento contínuo. E também queremos manifestar a necessidade de que as escolas de formação tenham uma pauta mais humanista e social para os futuros bibliotecários.

É claro que as tecnologias são importantes e impactam profundamente o fazer do bibliotecário, mas temos desafios maiores, se estivermos comprometidos com a construção de uma sociedade mais humana e igualitária.

As habilidades de ser um advocate “um defensor da causa” ou melhor dizendo um ativista são imperativas. Sim temos que fazer política – é por meio dela que

conseguiremos as transformações que desejamos – e fazer política é algo extremamente importante. Não vamos avançar se ficarmos reclusos a nossos ambientes ou se entendermos que não temos esse perfil, se ficarmos restritos aos aspectos técnicos da atuação, esperando que as coisas de alguma forma aconteçam ao nosso favor. Ou ainda se acreditarmos que nada muda e que não vai mudar. Isso desculpe é fake News! A verdade é que estamos vivendo um período de completo desmonte das instituições e nós não entraremos nesse jogo.

Para podermos continuar resistindo, trabalhando, para que tenhamos voz, que se iniciou há 60 anos com a criação da FEBAB. Sim a FEBAB está fazendo aniversário! Não poderíamos deixar de lembrar dos ex-presidentes cujos esforços permitiram que estivessemos aqui hoje. Nossos sinceros agradecimentos pelo trabalho, pelo cuidado com a nossa sede, pela dedicação em manter a legalidade, e por reafirmar nossa marca nos cenários nacional e internacional. Tudo construído com trabalho voluntário.

E para seguirmos com esse legado é necessário que as gerações atuais e futuras se engajem para continuarmos nesta construção e promoção da nossa Federação, que é a voz das bibliotecas e dos bibliotecários.

E aqui gostaríamos de compartilhar a pergunta que sempre escutamos – por que não somos como a ALA? Temos cerca de 21 mil bibliotecários habilitados, por que o esvaziamento de nossas associações? Também já entendemos que não se trata do valor da anuidade para a filiação. É uma questão cultural, de entendimento desse papel, ter uma entidade da sociedade civil organizada defendendo única e exclusivamente as bibliotecas e os bibliotecários.

Um dos grandes feitos da FEBAB é o CBBB que comemora 65 anos de existência, na verdade ele é o precursor da Federação. É preciso lembrar que esse importante congresso, carro chefe do programa de capacitação é o responsável pela sustentabilidade da FEBAB.

Nosso grande desejo é que esse momento também se reverta em efetivo engajamento, que os participantes se agreguem às associações filiadas para tornarmos a FEBAB cada vez mais forte!

Por fim, esperamos que todas as atividades programadas nesses quatro dias intensos de trabalho sejam o combustível para a defesa das bibliotecas como espaços democráticos e acessíveis para todos os cidadãos que vivem no país.

Bibliotecas como propulsoras de uma sociedade mais justa, igualitária e humana, que possam apoiar sobretudo, as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade, promovendo ações que contribuam na diminuição da desigualdade existente no Brasil.

Agradecemos aos que lutam pelo aprimoramento e pelo fortalecimento das bibliotecas e que aceitaram o convite para estar aqui.

Continuamos com nosso chamado pois somente juntos seremos mais fortes!

A hora é agora! Venha fazer parte da nossa luta! Muito Obrigada!

A sessão de homenagens foi conduzida pela Profa. Dra. Telma de Carvalho (Vice-Presidente da FEBAB). Foram homenageadas as bibliotecárias Ivone Tálamo (São Paulo), Iza Antunes Araújo (Distrito Federal) e Sigrid Karin Weiss Dutra (Santa Catarina) pelos feitos ao movimento associativo brasileiro. Os textos das placas de homenagem estão disponíveis no Anexo 8.

Além disto, foi comemorado os 60 anos de existência da FEBAB e 65 anos do CBBB e, para tanto, foi produzido um slideshow homenageando os antigos presidentes e as ações promovidas.

ANEXO N – ENTREVISTA LAURA RUSSO 1984

ENTREVISTA

Entrevista



LAURA GARCIA MORENO RUSSO
CRB-8/1 – S.P.
CFB/CLN
OAB – 42.423/S.P.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso de Biblioteconomia, da Escola de Sociologia e Política de S. Paulo, 1941-1942.
Curso de Documentação – Ano letivo de 1943 da Escola de Sociologia e Política de S. Paulo, 1963.
Curso de Formação Profissional de Professor. Escola Normal Dr. Veiga Filho, 1952-1954.
Curso de Biblioteconomia Superior. Biblioteca Nacional de Madrid, do Ministério da Educação Nacional. Bolsa de Estudos, 1957-1958.
Curso "Social Science Resend and Training. Administration of Social Science Libraries. Department of State – USA, 1964/65.
Curso in Library Science. Department of Health, Education and Welfare. Office of Education, USA – 1964/65.
Curso de Graduação em Direito. Faculdade S. Francisco, Universidade de S. Paulo, 1971/75.

RBBB – 1. Qual era a situação do Bibliotecário antes da fundação da FEBAB?

LGMR – Antes de falarmos da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, é necessário mencionar o importante evento que, em 23 de julho passado, completou 30 anos: a realização do I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, no Recife, em 1954.

Presidiu esse primeiro Congresso o Dr. José Cesio Regueiro da Costa, Diretor do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife.

Os pernambucanos foram os pioneiros de nossos Congressos de Biblioteconomia.

Do temário o item *Situação atual da Biblioteconomia no Brasil*.

Em excelente trabalho, elaborado pela bibliotecária Luiza Fonseca, então Chefe do Serviço de Documentação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, a matéria foi tratada, focalizando aspectos do movimento associativo e a necessidade de ser estabelecido um currículo mínimo a ser observado pelos oito Cursos de Biblioteconomia existentes no país.

Em seqüência cronológica de fundação eram os seguintes: Curso de Bibliotecono-

LAURA GARCIA MORENO RUSSO

mia, da Biblioteca Nacional, 1915; Curso de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1983; Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal da Bahia, 1942; Curso de Biblioteconomia, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1945; Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1947; Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal de Minas Gerais, 1950; Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal de Pernambuco, 1950; Curso de Biblioteconomia, da Universidade Federal do Paraná, 1952.

Naquele ano de 1954, existiam seis Associações de Bibliotecários e a tese de Luiza Fonseca já retrava a necessidade de ser criada uma entidade para congregar os bibliotecários do país, através de suas respectivas associações.

Em ordem de fundação, eram as seguintes as Associações: Associação Paulista de Bibliotecários, 1938; Associação Pernambucana de Bibliotecários, 1948; Associação Brasileira de Bibliotecários, 1949, que congregava bibliotecários do Rio de Janeiro; Associação Riograndense de Bibliotecários, 1951; Associação Baiana de Bibliotecários, 1952; Associação Paranaense de Bibliotecários, 1952.

Como pode ser verificado era pequeno o número de entidades pelas quais as atividades dos bibliotecários eram conhecidas. Eram quatorze apenas.

O I Congresso terminou com interesse de todos os participantes de realizarem esses eventos cada dois anos, mas isto não aconteceu.

Estando em Madrid, como bolsista, realizando o Curso de Biblioteconomia Superior, na Biblioteca Nacional, recebemos do então Presidente da APB uma credencial para representar os bibliotecários paulistas na 24ª Sessão Anual da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA) que se realizou em Madrid, em outubro de 1957.

A partir daquela data, começamos a estudar a estrutura e atividades da IFLA, visando a preparação de uma tese, que seria apresentada ao II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Se fosse aprovada, seria fundada a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.

Voltamos ao Brasil em 1958 e nos integramos ao grupo dos Bibliotecários paulistas, que tentavam conseguir a inclusão do Bibliotecário no Quadro dos Profissionais Liberais, exigência primeira para a regulamentação profissional, segundo o patrono de nossas reivindicações, Deputado Rogê Ferreira. Pela portaria 162, de 7 de outubro de 1958, do Ministério do Trabalho, o bibliotecário foi incluído no 19º grupo, do Plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Em 4 de dezembro de 1958, fomos ao Rio de Janeiro, com as colegas Afra de Lima e Marina da Rocha Miranda. Nossa missão era importante. Pela manhã fomos à Câmara Federal para entregar o texto do Anteprojeto de regulamentação profissional, ao Deputado Rogê Ferreira. No período da tarde, daquele mesmo dia, tivemos a grande emoção de vê-lo apresentar no plenário o projeto de número 4770/58,

ENTREVISTA

que passou a ser seguido por ele e por todos os bibliotecários do Brasil.

Em 1959, no período de 20 a 26 de julho, foi, finalmente, realizado o II Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Salvador, Bahia.

Foi a primeira vez que o termo *Documentação* passou a ser usado nas denominações de nossos conclave nacionais. Presidiu o II Congresso a colega Esmeralda Maria de Aragão.

RBBB – 2. Como e quando foi criada a FEBAB?

LGMR – No dia 26 de julho apresentamos à consideração do Plenário do II Congresso a tese que tanto sonháramos. Tivemos como colaborador o colega Rodolfo Rocha Junior, da Biblioteca Municipal de São Paulo. Visou criar um organismo de âmbito nacional, para coordenar as reivindicações da Classe e apresentá-las às autoridades de maneira unísona. Tínhamos, na oportunidade, dois projetos importantes a serem cuidados, na Câmara Federal, o de regulamentação profissional; no MEC, o de aprovação pelo CFE do Currículo Mínimo, em nível universitário, tendo como etapa seguinte o registro de todos os diplomas já expedidos, pelos Cursos de Biblioteconomia.

Eram tarefas árduas a serem cumpridas, para que fosse reconhecida a classe bibliotecária.

A tese foi aprovada por unanimidade com expectativa confiante.

Foi formado um grupo, em São Paulo, para estruturar a nova entidade, dela par-

ticipando como secretária geral, Laura Russo; Maria Helena Brandão, como secretária e Maria Alice de Toledo Leite, como tesoureira.

Foi intensa a campanha que a FEBAB desenvolveu de julho de 1959 a janeiro de 1961. As viagens foram custeadas por um grupo de bibliotecários da Biblioteca Municipal de São Paulo, chefiado pela colega Afra de Lima. Nunca faltaram contribuições da bibliotecária Zenóbia Pereira da Silva, secretária da APB.

Em janeiro de 1961, durante o III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba, foi eleita e empossada a primeira diretoria da FEBAB, constituída dos seguintes elementos: Laura Garcia Moreno Russo, presidente; Fernando Leite Ribeiro, vice-presidente; Maria Helena Brandão, secretária geral; Philomena Boccattelli, 1ª secretária; Odette Senna de Oliveira Penna, 2ª secretária; Maria Alice de Toledo Leite, 1ª tesoureira; Heloísa Medeiros, 2ª tesoureira; Cacilda Basilio de S. Reis, bibliotecária.

Foi nessa época que conhecemos a colega Adelia Leite Coelho, ex-diretora da Biblioteca do Senado.

O Congresso Nacional se instalara em Brasília e tudo ficara mais difícil. Ela foi um "lobby" estupendo, elegante como poucos, em seu modo de agir e de uma correção moral digna de encômios.

Durante 18 meses, que agiu conosco, não tivemos a mínima dificuldade de relacionamento, tal foi o nível com que tratávamos as dificuldades, que iam surgindo no trâmite do projeto. Nesse fim de

LAURA GARCIA MORENO RUSSO

jornada, nosso patrono foi o Deputado Almino Affonso, cuja atuação foi decisiva para a aprovação final e até para a promulgação da Lei 4084, em 30 de junho de 1962.

Em dezembro do mesmo ano, apresentamos ao Ministério do Trabalho o anteprojeto de decreto para regulamentar a Lei. Ele foi retido pelo DASP, durante 2 anos, custando muito sacrifício a sua retirada daquele órgão, isto acontecendo, graças ao bom relacionamento que o Dr. Rogé Ferreira mantinha, ainda, com elementos do Ministério do Trabalho.

Em 16 de agosto de 1965, finalmente, foi editado o decreto 56.725, que regulamentou a Lei.

Naquele fim de ano, organizamos as eleições, seguindo normas da Lei e do Decreto, sendo instalados o Conselho Federal de Biblioteconomia e 10 Conselhos Regionais, em julho de 1966, tendo início a fiscalização profissional.

RBBB – 3. E o Currículo Mínimo de Biblioteconomia?

LGMR – Essa foi uma questão muito séria. A comissão constituída de bibliotecários, vinculados ao ensino, nomeada pela Portaria nº 20, de 15 de janeiro de 1959, do MEC, apresentou um excelente trabalho, onde a exigência de 4 anos de estudos apareceu pela primeira vez.

Reuniu a arquivologia, a biblioteconomia e documentação, estabelecendo as matérias e disciplinas de cada curso. Enfim, para a época era ideal, que assim entendesse a CFE, mas, infelizmente, isto não ocorreu.

O estudo foi desfigurado e aprovado o texto, que vigorou até 1983.

A ementa do estudo foi a seguinte: "Dispõe sobre o ensino da Arquivística, da Biblioteconomia e da Documentação".

O texto aprovado pelo Conselho Federal de Educação fixando o currículo, foi publicado três meses após a promulgação da Lei 4084/62. Como a Lei elevava o bibliotecário à categoria de profissional de nível universitário, o MEC apressou-se em publicar o currículo que era reivindicado desde 15 de janeiro de 1959.

A partir desta data, os diplomas expedidos passaram a ser registrados nas Universidades e na Diretoria do Ensino Superior, só que haviam sido expedidos por escolas extintas.

Durante os anos de 1962 a 1966 a presidente da FEBAB, cuidou, junto ao Dasp, da reclassificação dos bibliotecários federais. Os maiores contingentes de colegas foram o da Biblioteca Nacional e das Universidades Federais.

Em 1967, foi adquirida a sede da FEBAB, que foi ampliada na gestão de Antonio Gabriel.

RBBB – 4. Poderia dizer algo sobre as publicações da FEBAB?

LGMR – Em 1960 foi lançado o FEBAB, boletim informativo, de periodicidade bimestral e ininterrupta, durante treze anos. Foi extinto em dezembro de 1972, com 26 volumes e 78 fascículos.

É a mais completa publicação, que dispõe a classe para saber da Biblioteconomia, de suas entidades e de sua legislação

ENTREVISTA

específica, em um período de grandes conquistas.

Em janeiro de 1973 foi lançada a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. Encontra-se no volume 17, /jun. 1984.

Durante a gestão da Presidente Esmeralda Maria de Aragão, foi lançada a *Carta Mensal*, que teve início em outubro de 1975 e término em dezembro de 1977, no fascículo 21.

Em 1981 a FEBAB publicou o Índice Geral de suas publicações. Foi elaborado pela bibliotecária Cecília A. Atienza e sua equipe de trabalho.

RBBB – 5. Que significa para a Classe, o trabalho desenvolvido pelas Comissões Permanentes?

LGMR – As Comissões Permanentes foram criadas para agrupar bibliotecários atuantes nos vários tipos de bibliotecas e centros de documentação.

Há 20 anos eles se reúnem para discutir e resolver seus respectivos problemas, con-

seguindo com isso uma verdadeira especialização em suas áreas de atividades.

São importantes fontes de pesquisas os trabalhos publicados pelas Comissões.

Com o passar dos anos, tanto a Lei 4084/62 como o currículo ficaram um pouco defasados e críticas injustas lhes foram feitas. Entretanto, como todo o texto que se lê ou consulta não reage a críticas, isto aconteceu com eles. Assim mesmo garantiram o exercício profissional de uma classe consciente de suas responsabilidades e respeitável sob todos os aspectos.

Neste jubileu de prata da FEBAB, ao final deste depoimento, resta-nos enviar Hossanas aos bibliotecários do Brasil, que souberam compreender a importância de união da classe, que teve início com 14 entidades e hoje se expressa por 75, sendo 30 Escolas, 27 Associações, 14 Conselhos Regionais, 1 Federação, 1 Conselho Federal, 1 Associação de Escolas e 1 Sindicato.

Viva a FEBAB! Que sua Diretoria, presidida por May Brooking Negrão, possa engrandecê-la ainda mais.